

A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

ISSN 0011-641



Breves reflexões sobre a dissuasão

Pág. 19

Marcelo Oliveira Lopes Serrano

Considerações sobre a identidade nacional brasileira: tópicos na intercessão das carreiras de estado

Pág. 35

Tania Alexandra Malinski Alberti

Guerra na Ucrânia: lições aprendidas para o Estado brasileiro

Pág. 63

Wiliam Rodrigues Ochsendorf e Souza



Comandante do Exército
Gen Ex Tomás Miguel Miné Ribeiro Paiva

Departamento de Educação e Cultura do Exército
Gen Ex Francisco Carlos Machado Silva

Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército
Gen Bda Luciano Antonio Sibinel

Editor
Cel Marcos Walfrido Ricarte Figueiredo
Diretor da BIBLIEEx

Corpo Redatorial
Gen Bda Mario Eduardo Moura Sassone (presidente)
Cel Com Alexandre Santana Moreira
Cel Inf Anselmo de Oliveira Rodrigues
Cel Rfm Sergio Dias da Costa Aita (editor executivo)
Cel Cav R/1 Alexandre Mega Alves
Cel Com R/1 Rodolfo Tristão Pina

Composição
ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
Praça Gen. Tibúrcio, 125
Praia Vermelha – Rio de Janeiro-RJ – CEP 22.290-270
Tel.: (21) 3873-3868

Direção, revisão, diagramação e distribuição
BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA (BIBLIEEx)
Palácio Duque de Caxias – Praça D. de Caxias, 25
3º andar – Ala Marcílio Dias – Centro – Rio de Janeiro-RJ
CEP 20.221-260
Tel.: (21) 2519-5707

Revisão
Cel R1 Edson de Campos Souza

Diagramação
3º Sgt Caio Pereira

Projeto Gráfico
3º Sgt Marcos Côrtes Pimenta

Os conceitos técnico-profissionais emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião da revista e do Exército Brasileiro. A revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas. Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial das matérias publicadas, desde que mencionados o autor e a fonte. Aceita-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

Os originais deverão ser **enviados para o editor executivo** (adefesanacional@gmail.com) e serão apreciados para publicação, sempre que atenderem os seguintes requisitos: documento digital gerado por processador de texto, formato A4, fonte Arial 12, margens de 3cm (Esq. e Dir.) e 2,5cm (Sup. e Inf.), com entrelinhamento 1,5.

Figuras deverão ser fornecidas em separado, com resolução mínima de 300dpi. Tabelas deverão ser fornecidas igualmente em separado, em formato de planilha eletrônica. Gráficos devem ser acompanhados de seus dados de origem. Não serão publicadas tabelas em formato de imagem.

As referências são de **exclusiva responsabilidade dos autores** e devem ser elaboradas de acordo com as prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL



A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES

Redatores — Primeiros Tenentes: BERTHOLDO KLINGER, ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO & J. DE SOUZA REIS

N.º 1

Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1913

Anno I

SUMMARIO Editorial. PARTE JORNALISTICA : O efectivo e a organização do Exército. Subsídios táticos. — A instrução da nossa infantaria em face dos actuais efectivos. Carros de munição para a infantaria e metralhadoras. Companhias de artilharia de combate. A máquina automática de carregar cartuchos. Correntes táticas na artilharia francesa. NOTICARIO : A partida de 7 de Outubro. A Madaloc. Desenvolvimento do projecto do exército do Brasil. Reorganização da Guarda Nacional. Equipamento aligerado pelo abandono da mochila. Stereototogrammetria. Artilharia para a cavalaria. Reequipamento do "Guarany". Questões à margem. A Defesa Nacional. — O ensinamento da guerra dos Balkans sobre artilharia. — A Infantaria Japonesa. Colaboração. BIBLIOGRAFIA : Os intermediários elásticos e a tração animal. — Exercícios de quadros e sobre a carta para a arma de infantaria. — Livros franceses e alemães.

Fac-Símile da portada do Nº 1, Ano I – 10/10/1913 de **A DEFESA NACIONAL**



ACESSE NOSSAS REVISTAS DIGITAIS

NOSSA CAPA

Imagens de capa: Flickr do Exército Brasileiro



EDITORIAL

Prezados leitores.

Nesta primeira edição de 2025, como vivemos tempos em que as guerras retornaram aos assuntos relevantes da conjuntura internacional, temos inicialmente artigos muito interessantes, que começam com um assunto fundamental para a estratégia, que é a dissuasão. Para isso, o desembargador Reis Friede traz o texto intitulado *Deterrência estratégica na Primeira e na Segunda Guerra Fria*, no qual cita declarações de importantes personalidades internacionais ao longo do tempo, analisa essas assertivas e suas consequências para a formulação de políticas de defesa.

A seguir, o coronel Marcelo Oliveira Lopes Serrano, com *Breves reflexões sobre a dissuasão*, apresenta sua opinião e traz para o debate a forma como a dissuasão vem sendo interpretada nos meios militares brasileiros, com a intenção de contribuir para esse importante debate.

Nesse mesmo tema, o major Julio César Martini discorre sobre *As implicações da dissuasão extrarregional e do antiacesso e negação de área para a Força Terrestre*, estratégia que visa a reduzir a liberdade de ação ou dificultar que inimigos mais fortes tentem ações contra o território de um oponente mais fraco, o que demanda a implementação de meios de alta tecnologia, especialmente quanto a mísseis, foguetes e defesa antiaérea. Tais medidas podem reforçar as ações previstas na Política Nacional de Defesa e na Estratégia Nacional de Defesa, com o fortalecimento da Base Industrial de Defesa.

Temos também uma novidade, que é a contribuição da diplomata Tania Malinski com considerações sobre *A identidade nacional brasileira: tópicos na intercessão das carreiras de estado*, que busca a relação entre direito, geopolítica e diplomacia ao traçar um breve panorama da formação da identidade nacional e de seus desafios quanto à integridade territorial e coesão nacional. Apresenta interessantes considerações históricas e formulações do general Meira Mattos e de outros pensadores nacionais quanto a contribuições da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. O alinhamento entre juristas, oficiais militares e diplomatas pode redimensionar as lideranças em sua capacidade de análise e de formulação teórica, para que o país possa ter mais integração, coesão e desenvolvimento em uníssono.

Ao dar continuidade em nossa revista sobre temas decorrentes das guerras atuais, o coronel Luciano Hickert e o tenente-coronel Rafael Penteado apresentam *Ensinaimentos da Guerra na Ucrânia (2022-2024)*, sendo que o tenente-coronel ocupa privilegiado posto de observação em Moscou. Os autores tratam de inteligência, movimento e manobra, fogos, proteção, comando e controle, além de logística. O estudo dessa guerra pode ser importante para nossa atualização, transformação e conhecimento sobre meios modernos.

O coronel Wiliam Rodrigues Ochsendorf e Souza, concludente do CPEAEx/2024, traz também suas opiniões sobre essa guerra em andamento, com *Guerra na Ucrânia: lições aprendidas para o Estado brasileiro*, porém com um enfoque diferente do artigo anterior. Analisa a resposta ucraniana à agressão russa e identifica lições que podem incrementar o resguardo da soberania brasileira. O autor faz uma análise comparativa dos contextos geopolíticos ucraniano e brasileiro, focando em defesa de fronteiras, capacidades militares e infraestrutura de transporte, o que mostra a importância de uma estratégia militar robusta e adaptável, investimento em tecnologia de defesa e fortalecimento de alianças internacionais. Entre as lições aprendidas, sobressaem a modernização das Forças Armadas e o desenvolvimento de novas capacidades, que incluem recomendações para melhorar a preparação do Brasil perante eventuais ameaças externas.

EDITORIAL

Os dois artigos seguintes trazem experiências internacionais de oficiais brasileiros.

No primeiro, o major Max Nicolato Botelho mostra sua vivência no Líbano com *A observação aérea como ferramenta de inteligência militar: estudo de caso da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL)*. Após fazer uma ambientação à região e à UNIFIL, prossegue com a participação brasileira, com atividades de reconhecimento e vigilância de inteligência militar, com a atividade de observação aérea na missão, apresentando as características da área de operações e dados da interessante pesquisa que realizou. Constata que a observação aérea é um vetor de inteligência militar eficiente e capaz de aumentar a operacionalidade e a segurança das tropas empregadas. Nesse sentido, a experiência de militares brasileiros nesse tipo de missão pode contribuir para evolução da doutrina militar, aumentando as capacidades da Força Terrestre.

No artigo seguinte, para finalizar a presente edição, o coronel Henrique Cesar Loyola Santos, também concludente do CPEAEx/2024, traz ensinamentos decorrentes de sua experiência pessoal como adido militar em *A ação da diplomacia militar brasileira no Suriname*. Compara a atuação de outros países e do Brasil naquela região e mostra a importante contribuição que a ECEME vem fazendo como parte das ações estratégicas das Forças Armadas do Suriname para sua modernização.

Boa leitura!

SUMÁRIO



04

Deterrência estratégica na Primeira e na Segunda Guerra Fria
Reis Friede

19

Breves reflexões sobre a dissuasão
Marcelo Oliveira Lopes Serrano

25

As implicações da dissuasão extrarregional e do antiacesso e negação de área para a Força Terrestre
Julio César Martini

35

Considerações sobre a identidade nacional brasileira: tópicos na intercessão das carreiras de estado
Tania Alexandra Malinski Alberti

52

Ensinamentos da Guerra na Ucrânia (2022-2024)
Luciano Hickert
Rafael Penteado

63

Guerra na Ucrânia: lições aprendidas para o Estado brasileiro
Wiliam Rodrigues Ochsendorf e Souza

75

A observação aérea como ferramenta de inteligência militar: estudo de caso da Força Interina das Nações Unidas no Líbano
Max Nicolato Botelho

85

A ação da diplomacia militar brasileira no Suriname
Henrique Cesar Loyola Santos

Deterrência estratégica na Primeira e na Segunda Guerra Fria

Reis Friede*

Deterrência estratégica e Primeira Guerra Fria

Maarten Rothman, professor associado de Relações Internacionais na *Netherlands Defence Academy*, observa que a Teoria da Deterrência, desde o começo, preocupou-se com as relações mantidas pelos países. Recorda que, durante a Primeira Guerra Fria (1947-1991), à medida que as guerras por procuração entre as superpotências ganhavam atenção e o pensamento estratégico se voltava para limitar a escalada (horizontal e vertical), o contexto conceitual foi ampliado para incluir a diplomacia coercitiva, ou simplesmente coerção, significando o uso de ameaças militares para obrigar um Estado a ceder a demandas de outro (Rothman, 2021).

Com a invenção das armas termonucleares, cuja potência destrutiva é muito superior à dos artefatos atômicos de fissão, a deterrência passou a ser amplamente aplicada à estratégia das potências nucleares e dos principais sistemas de alianças. Em artigo sobre o tema, Ávila, Martins e Cepik (2009) rememoram que a distribuição de poder no sistema internacional durante a Guerra Fria foi, em grande medida, determinada pela posse de armamentos termonucleares e pela possibilidade que os detentores dessas armas possuíam de promover um ataque retaliatório com mísseis balísticos intercontinentais (lançados de terra ou submarinos) e bombardeiros de longo alcance.

Essa relação entre posse de armas nucleares, capacidade de retaliação e poder nacional explica o fato de os Estados Unidos da América (EUA) e a ex-União Soviética (URSS) terem se lançado em uma busca frenética pela ampliação de seus arsenais nucleares – e, por consequência, de suas capacidades de retaliação – durante aquele período frio. A premissa fundamental era que cada potência nuclear deveria ter uma capacidade destrutiva instantânea e avassaladora contra qualquer agressão. A simples possibilidade de o país recebedor do primeiro ataque ainda manter, em alguma medida, essa capacidade, por si só, demonstra a complexidade que envolve a decisão de fazer uso de uma arma nuclear.

Isso porque não há como afirmar, com absoluta precisão, que a potência nuclear atacada ficará impedida de retaliar. Para muitos estudiosos, um fator essencial para a efetividade da deterrência é a existência de certo grau de incerteza do possível agressor quanto à capacidade de retaliação que o país a ser atacado teria. Haveria o risco de o atacante inicial sofrer danos ainda maiores em decorrência da resposta a ser desfechada pelo Estado inicialmente atingido. Com efeito, a estratégia de deterrência requer duas condições: *credibilidade* quanto à capacidade de retaliar um ataque e *determinação* de responder a esse ataque, independentemente de constituir uma certeza.

* Desembargador federal, é professor emérito da ECEME e da EsAO, professor *honoris causa* da ECEMAR, conferencista especial da ESG e membro da Sociedade Brasileira de Direito Aeroespacial (SBDA), da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED), do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB) e da Academia Brasileira de Defesa (ABD). É coautor da obra “Das Novas Guerras (Fenomenologia dos Conflitos Armados)” – (BIBLIE, 2019). Site: <https://reisfriede.wordpress.com/>. E-mail: reisfriede@hotmail.com.

Freedman (2021) pontua que a maior parte do arca-bouço conceitual relativo ao tema detergência foi levada a cabo no decorrer dos anos 1950 e 1960, no âmbito da Primeira Guerra Fria. Naqueles tempos, com a era termonuclear já em curso, supunha-se que a existência de arsenais equivalentes e mortais de vários megatons levariam a um ‘equilíbrio de terror’, que conduziria a uma paz desconfortável, mas potencialmente durável. Mas havia uma dúvida: e se tal equilíbrio não fosse assim tão estável?

Freedman (2021) explica que, durante os anos 1950, estudiosos da RAND Corporation revelaram que um primeiro ataque bem projetado dirigido contra as armas nucleares do oponente poderia negar-lhe a chance de retaliar. Com efeito, para evitar que isso ocorresse, era preciso desenvolver uma segunda capacidade de ataque, ou seja, a capacidade de absorver um primeiro ataque e de ainda assim retaliar, necessidade que efetivamente deflagrou uma corrida armamentista tecnológica, tanto por razões defensivas quanto ofensivas.

(...) foi durante a Guerra Fria que a dissuasão adquiriu uma estrutura conceitual convincente. (...) Os antecedentes do pensamento da Guerra Fria podem ser encontrados em debates sobre como lidar com a perspectiva de ataques aéreos em massa durante a década de 1930. Mas foram as armas nucleares que fizeram a diferença, especialmente depois que a União Soviética testou um dispositivo atômico em agosto de 1949 e quando ambas as superpotências passaram a usar armas termonucleares “destruidoras de cidades”. Depois desse ponto, mesmo quando planejadores militares e pensadores civis tentaram pensar em maneiras inteligentes de empregar armas nucleares para vencer guerras, a prudência continuou puxando os formuladores de políticas de volta à dissuasão (Freedman, 2021, p. 3).

Ao abordar a noção de *escalada*, Freedman (2021) a define como um “conceito trágico”, uma vez que tal expressão sugeriria que qualquer combate sério entre as superpotências, ainda que limitado em seus primórdios, logo chegaria ao topo e redundaria em guerra total.

Já nos anos 1960, Freedman (2021) explica que a escalada, até então vista como um caminho rápido para

a tragédia, passou a ser retratada em tons mais positivos. Esclarece detalhes adicionais ao apontar que a concepção de “escada de escalada” foi empregada para demonstrar que um conflito bélico poderia expandir-se em etapas, de modo que, pelo menos nos momentos incipientes, haveria a possibilidade de controlar o processo.

Nessa perspectiva, o objetivo central era firmar domínio suficiente em um degrau da escada para colocar sobre o adversário o ônus de correr o risco de passar para o próximo degrau, com a violência se tornando mais destrutiva e menos controlável (dissuasão intra-guerra). O problema é que, em algum momento, o domínio da escalada se tornaria impossível e não haveria mais uma maneira de limitar o uso nuclear (Freedman, 2021).

O medo da escalada e a incerteza sobre a estabilidade do equilíbrio combinaram-se para gerar ansiedades de que a guerra pudesse acontecer e, portanto, a dissuasão poderia falhar, não por escolha deliberada, mas por erro de cálculo ou mesmo mau funcionamento do sistema. Uma ordem desonesta de ataque ou um sistema de alerta precoce defeituoso pode desencadear eventos terríveis. Tais temores encorajaram a ideia de que as superpotências deveriam encontrar maneiras de cooperar para reduzir o risco de escalada inadvertida. O controle de armas era uma forma de concordar sobre como estruturar as forças nucleares para trazer estabilidade ao equilíbrio. Dessa forma, a noção de Destrução Mutuamente Garantida [*Mutual Assured Destruction*, MAD] foi acolhida e consolidada em acordos de controle de armas, descrevendo uma situação em que as trocas nucleares seriam inevitavelmente catastróficas para todos os beligerantes. As superpotências tiveram que aceitar que não tinham caminho para a vitória em uma guerra nuclear (Freedman, 2021, p. 3, tradução nossa).

Schelling (1961), focando o famoso evento crítico ocorrido na cidade alemã, apontou que, se a crise de Berlim levar a uma ação militar, as armas nucleares não devem ser usadas desde o início. Além disso, ele destacou o caráter dissuasivo do armamento nuclear, assinalando que o papel das armas nucleares na Europa não deve ser vencer uma grande campanha nuclear, mas, sim, representar um nível mais alto de

risco para o inimigo, que, no caso em questão, era a ex-URSS. Afirmou que o relevante em uma guerra nuclear limitada é impressionar a liderança soviética com o risco de uma guerra total. Registrou que o propósito do armamento nuclear é convencer os soviéticos de que o risco de uma guerra total é grande o suficiente para superar seus objetivos táticos originais, mas não tão grande a ponto de tornar-se prudente iniciá-la preventivamente (Schelling, 1961).

Em 2006, 10 anos antes de falecer, Thomas Schelling publicou o artigo *Nuclear Deterrence for the Future*, no qual ele consignou que o episódio mais expressivo das últimas seis décadas foi aquele que justamente não aconteceu: o uso de uma arma nuclear em conflito.

Posteriormente, em tom duvidoso, Schelling (2006) afirmou que uma das questões mais importantes dos próximos 60 anos é se podemos repetir essa façanha. Naquela ocasião, ele se reportou a um texto publicado em 1960 na primeira página do *The New York Times*, por meio do qual o físico nuclear e romancista britânico Charles Percy Snow – que por vários anos exerceu altos cargos públicos no governo do Reino Unido – conjecturava que, a menos que as potências nucleares [se] desarmassem drasticamente, a guerra termonuclear dentro da década [de 1960] era uma certeza matemática.

Schelling (2006), por sua vez, questionava a certeza profética de Snow, indagando como conseguimos passar por essas seis décadas sem lançar mão de armas atômicas, se foi apenas boa sorte ou será que nunca houve qualquer oportunidade, ou teve ações e políticas que contribuíram para essa conquista?

Respondendo à própria pergunta, Schelling (2006) assevera que o Conflito Coreano (1950-1953) signifcou a primeira vez [após a Segunda Guerra Mundial] em que parecia que armas nucleares poderiam ser usadas, notadamente quando as tropas norte-americanas e sul-coreanas se retiraram para a cidade de Pusan, no extremo sul da Coreia. Para tanto, rememorou o posicionamento favorável de Eisenhower (1953-1961) em empregar armas nucleares, mas que Kennedy (1961-1963) e Johnson (1963-1969) teriam uma forte aversão à ideia de usar armas nucleares.

Schelling (2006) ainda relata alguns eventos bélicos em que, na sua visão, teria havido oportunidade de usar armas nucleares: a Guerra do Vietnã; a Guerra do Yom Kippur (1973), quando Golda Meir, primeira-ministra de Israel, não permitiu que elas fossem usadas contra as forças egípcias, mesmo sabendo que dois exércitos egípcios inteiros estavam no lado israelense do Canal de Suez e não havia civis nas proximidades; a Guerra das Malvinas (1982), quando Margaret Thatcher também decidiu que elas não eram uma opção; e a Guerra do Afeganistão (1979-1989), quando os soviéticos lutaram e perderam uma guerra degradante e desmoralizante, sem fazer uso delas.

Para Schelling (2006), a justificativa para o não emprego desse armamento foi a mesma em todos esses casos. Na visão dele, os anos cheios de perigos em que as armas nucleares não foram usadas tornaram-se, na verdade, um ativo da diplomacia global, que deveria ser valorizado, preservado e mantido.

Deterrência estratégica e Segunda Guerra Fria

Com o alvorecer do século XXI, o conceito de dissuasão passou por novas roupagens. Para Bunn (2007), a dissuasão, como marca registrada da segurança da era da Guerra Fria, precisava ser adaptada para se adequar ao ambiente de segurança mais volátil do século XXI.

Schelling (2006), por seu turno, fez a pergunta que não quer calar, e que certamente intrigou muitos estudiosos do assunto, particularmente em um cenário de Segunda Guerra Fria:

Como fazer para que as novas potências nucleares [referindo-se à Índia, ao Paquistão e à Coreia do Norte, mas também ao Irã, caso este venha a obter a arma atômica, o que nos parece bastante plausível] também assumam uma espécie de ‘compromisso’ de evitar o uso desse armamento?

A resposta que Schelling se baseia na *deterrência*, justamente o fator que, a seu ver, teria evitado uma

guerra nuclear até o momento. Em relação à Índia e ao Paquistão – integrantes do “clube atômico” desde 1974 e 1998, respectivamente –, ele argumenta que ambos aprenderam ao observar os líderes da Guerra Fria renunciarem ao uso dessas armas, porque temiam aonde isso poderia levar. Schelling (2006) acredita que os indianos e os paquistaneses conseguiram extrair alguns ensinamentos daquela fase, motivo pelo qual não geram grandes preocupações [em termos de uso recíproco de armas nucleares] em um impasse Índia-Paquistão, certamente se referindo à conturbada relação entre Nova Déhli e Islamabad.

Em se tratando do Irã, no entanto, a questão é mais sensível e demanda uma reflexão mais acurada. Para Schelling (2006), é interessante deixar claro para os iranianos que, se eles adquirirem capacidade nuclear – o que, repetimos, é bem provável que aconteça –, deve ser de seu interesse nacional usar essas armas apenas como meio de impedir uma invasão ou um ataque.

A questão, entretanto, é se o governo iraniano está mesmo disposto a aprender tal lição. Schelling (2006) revisita uma frase dita e redita pelo então presidente iraniano, Mahmoud Ahmadinejad, de que o Irã ainda pretendia varrer Israel da face da terra. Não obstante o viés ameaçador utilizado por Ahmadinejad, ele apostava que, se os iranianos pensarem sobre isso, não tentarão fazê-lo com armas nucleares.

Schelling (2006) argumenta que os israelenses tiveram quase cinco décadas para estudar onde custodiar seus armamentos nucleares para que pudessem desferir um contra-ataque, se sua existência fosse ameaçada pelo Irã ou por qualquer outro país, advertindo que o governo de Islamabad deveria estar ciente de que o uso de armas nucleares contra Israel ou qualquer outra potência nuclear é um convite ao suicídio nacional.

Temendo – como tantos outros temem – que eventuais artefatos atômicos iranianos possam vir a cair em mãos terroristas, Schelling (2006) destaca que o Irã nuclear precisaria agir rapidamente em questões de segurança, custódia e capacidade tecnológica para desarmar as armas se perder o controle delas.

Para Schelling (2006), o mais importante é que o Committee on International Security and Arms Control (CISAC), da National Academy of Sciences (NAS),

procure educar os líderes dos EUA e a qualquer um que esteja em posição de influenciar a decisão de usar uma arma nuclear, em um cenário em que diversos países detêm bombas nucleares em seus arsenais. Em suma, ele destaca que o CISAC terá uma difícil missão em monitorar os arsenais nucleares do Irã, e ainda mais da Coreia do Norte”, componente do “clube atômico” desde 2006.

Com efeito, ele vislumbra que a deterrência, nas próximas seis décadas, será tão importante quanto foi nos seis decênios passados. Mas com uma diferença: os norte-americanos serão dissuadidos, em vez de apenas dissuadir outros. Apesar de eles gostarem de pensar que estão sempre no banco do motorista, na realidade foram dissuadidos pelo poder soviético de considerar o uso de armas nucleares em vários casos.

Schelling (2006) cita, como exemplos, dois episódios da Primeira Guerra Fria: em 1956, na Revolução Húngara, movimento popular que se lançou contra as políticas impostas pelos governos da Hungria e da ex-URSS; e em 1968, quando a Tchecoslováquia foi invadida pela ex-URSS e por outros países integrantes do Pacto de Varsóvia a fim de sufocar a denominada Primavera de Praga. Para ele, Washington não considerou seriamente socorrer a Hungria e a Tchecoslováquia, pois fora dissuadido pela ameaça de um conflito nuclear com Moscou. De qualquer maneira, espera-se que os EUA continuem a ter sucesso em dissuadir outros de usar armas nucleares e que outros consigam dissuadir os Estados Unidos.

Em tempos de conflito russo-ucraniano, a esperança de Schelling – no sentido de que Washington continue a ter êxito em dissuadir outros de usar armas nucleares – tem-se mostrado pertinente. Em um discurso feito em 21 de setembro de 2022, Putin, ainda que de modo velado, fez nova ameaça nuclear contra o Ocidente, lembrando àqueles que a Rússia também dispõe de vários meios de destruição e que, em alguns casos, eles são mais modernos do que os dos países da OTAN. O mandatário russo destacou ainda que, se a integridade territorial russa for ameaçada,

utilizaremos todos os meios disponíveis para proteger a Rússia e o nosso povo. [...]. Isso não é um blefe. E

aqueles que tentam nos chantagear com armas nucleares devem saber que a direção dos ventos pode mudar e apontar para eles (Witting; Noll, 2022).

A resposta dos Estados Unidos veio logo em seguida, mais precisamente em 25 de setembro de 2022, quando o Conselheiro de Segurança Nacional dos EUA, Jake Sullivan, advertiu Moscou sobre as consequências catastróficas que a Rússia enfrentaria, caso venha a fazer qualquer uso de armas nucleares contra a Ucrânia.

Falecido em 30 de agosto de 2022, Mikhail Gorbachev, o último dos líderes soviéticos, viveu para ver o revisionismo russo conduzido por Putin. Em artigo publicado em 2011 no jornal *O Estado de S. Paulo*, Mikhail Gorbachev profetizara que os anos vindouros poderiam ser determinantes para ver se o sonho de 25 anos atrás de livrar o mundo desse tipo de armamento se tornará realidade algum dia (Gorbachev, 2011). Nessa época, Putin já detinha o poder em Moscou desde muito tempo e já havia demonstrado sua ânsia por elevar a Rússia ao patamar em que ele acreditava que ela deveria estar. E muito provavelmente Gorbachev chegou à conclusão de que certas medidas tomadas por Putin contribuiriam para que seu sonho desmoronasse.

Gorbachev referiu-se ao ano de 1986, quando ele e Reagan se reuniram em Reykjavik, na Islândia, nos dias 11 e 12 de outubro, que havia uma expectativa de que o pacto firmado entre os dois mandatários conseguisse reduzir ou até eliminar, até o ano 2000, os temíveis arsenais nucleares mantidos pelos EUA e pela ex-URSS. Gorbachev (2011) rememorou, contudo, que, embora as tratativas de 1986 não tivessem prosperado de imediato, o entendimento sedimentado naquela época possibilitou que dois acordos históricos sobre a questão nuclear fossem edificados em momentos seguintes: o Tratado das Forças Nucleares de Alcance Intermediário (*Intermediate-Range Nuclear Forces Treaty* – INF, 1987) e o primeiro Tratado de Redução do Armamento Estratégico (*Strategic Arms Reduction Treaty* – START I, 1991).

E mesmo sem saber se seu sonho de livrar o mundo das armas nucleares se tornará realidade um dia, o ex-homem forte do Kremlin asseverou que muitos

consideram o desarmamento nuclear como algo irreverível e, na pior [das hipóteses], como um arriscado sonho utópico. Os que pensam assim, ele acrescentou, “apontam para a ‘longa paz’ da Guerra Fria como prova de que a dissuasão nuclear seria o único meio de evitar uma guerra de grandes proporções”, argumento com o qual Gorbachev demonstrou não concordar.

Como alguém que já deteve o poder de comandar armas como essas, devo discordar veementemente disso. A dissuasão nuclear sempre foi um recurso difícil e frágil para garantir a paz. Ao fracassar em propor um plano convincente para o desarmamento nuclear, EUA, Rússia e as demais potências nucleares estão promovendo, por meio da inação, um futuro no qual as armas nucleares serão inevitavelmente usadas. Essa catástrofe precisa ser evitada (Gorbachev, 2011, p. A20).

O trecho “essa catástrofe precisa ser evitada” revela bem o pessimismo gorbacheviano acerca das armas nucleares, algo que não acontece com Kenneth Neal Waltz, saudoso professor da Columbia University, que discorda de Gorbachev e demonstra toda sua predileção pela *Realpolitik*. Para Waltz (2010), com o alvorecer da era nuclear, a paz prevaleceu entre aqueles que têm as armas ou gozam de sua proteção. Aqueles que gostam da paz devem amar as armas nucleares. São as únicas armas já inventadas que funcionam decisivamente contra seu próprio uso.

Apontado como um dos expoentes da Teoria Neorealista das Relações Internacionais, Waltz (2010) avalia que, com armas convencionais, os países se preocupam em ganhar ou perder, mas, com armas nucleares, os países se preocupam em sobreviver ou serem aniquilados. Na visão dele, os países com capacidades nucleares não travam guerras uns contra os outros, sendo uma lição que [já] deveríamos ter aprendido.

[...] desde o fim da Segunda Guerra Mundial, os Estados com armas nucleares nunca lutaram entre si. Testar proposições contra eventos históricos tornou-se um esporte *indoor* favorito dos cientistas sociais. Essa é a única proposição que passou em todos os testes. Pode-se pensar que a melhor, na verdade a única arma

de manutenção da paz que o mundo já conheceu [a arma nuclear], ganharia muitos fãs. Não parece ter feito isso (Waltz, 2010).

Freedman (2021) é outro que reconhece que, no mundo pós-1945, em pontos cruciais, as armas nucleares atuaram como uma fonte vital de contenção. Para Hooft (2021), analista estratégico da Hague Centre for Strategic Studies, na Holanda, as armas nucleares são inherentemente paradoxais, pois são destrutivas demais como armas para serem consideradas úteis na guerra, pelo menos uma guerra entre dois Estados armados nucleares.

Lucio Caracciolo, diretor de publicação da *Limes*, revista italiana de geopolítica, também entende que algum nível de armas nucleares mutuamente verificando constitui um fator de dissuasão. Em uma entrevista, ao ser perguntado pelo jornalista e escritor italiano Andrea Tornielli se a corrida armamentista da época da Primeira Guerra Fria teria recomeçado – fenômeno que o papa Francisco rotulou como “loucura” –, Caracciolo respondeu que, embora possa parecer um paradoxo, na verdade é fato que um certo grau de armamento reciprocamente reconhecido é considerado um fator de dissuasão, ou seja, um sistema para a manutenção da paz ou pelo menos de ‘não guerra’ (Tornielli, 2022).

Nessa entrevista, Lucio Caracciolo prossegue dizendo que, em um mundo ideal, o apelo do papa contra o rearmamento representa a meta. No entanto, como vivemos em um mundo bastante imperfeito, que tende a se tornar assim cada vez mais, ele se contentaria com uma ‘não guerra’. E, hoje, essa ‘não guerra’, dada a falta de confiança recíproca [notadamente entre os EUA e a União Europeia de um lado, e a Rússia e a China, de outro] e a falta de comunicação [entre eles], só pode ser baseada em alguma forma de dissuasão (Tornielli, 2022).

Lucio Caracciolo ainda destacou que está surgindo uma nova ideia do uso da bomba atômica por meio das chamadas *bombas atômicas táticas*, e que, caso essa ideia prospere nas forças armadas das principais potências militares mundiais, a sociedade pode estar diante de um massacre total. Não obstante, foi exatamente essa

mesma argumentação que impedi o emprego de armas nucleares táticas – e de pequeno poder destrutivo – em várias guerras ocorridas nos anos 1960 e 1970. Como se vê, cogitar a possibilidade de utilização de armas nucleares táticas não é algo novo.

A respeito da afirmação de Caracciolo, Rublee (2020) lança, ao mesmo tempo, uma discussão e um prognóstico, destacando que, se a dissuasão nuclear realmente funcionou durante a Guerra Fria, é uma questão para debate e que os analistas ainda discutem se a falta de uma grande guerra entre as superpotências deveu-se à dissuasão ou a outros fatores. No entanto, mesmo que a dissuasão tenha funcionado no passado, é improvável que o faça no futuro (Rublee, 2020). Na visão dela, o mundo mudou dramaticamente desde a era da Guerra Fria, e que uma confluência de mudanças nos cenários tecnológico, doméstico e estratégico desestabilizou a dissuasão nuclear e seria perigoso manter uma dependência contínua e inquestionável dela.

David Barash, professor emérito de psicologia na Washington University, autor do livro *The Arms Race and Nuclear War*, discorda frontalmente de Caracciolo. Barash (2018), de modo bastante incrédulo, sustenta que a dissuasão nuclear é uma ideia que se tornou uma ideologia potencialmente letal, que continua influente apesar de ter sido cada vez mais desacreditada. Ressalta que ela se tornou não apenas uma suposta estratégia, mas o fundamento sobre o qual os próprios governos justificam as armas nucleares.

Barash (2018) vai além e frisa que os adeptos da dissuasão nuclear teimam em dizer que devemos agradecer-lá pelo fato de que uma Terceira Guerra Mundial foi evitada. Relata, inclusive, que alguns defensores até sustentam que a dissuasão preparou o terreno para a queda da ex-URSS e a derrota do comunismo. Entretanto a ex-URSS e os EUA não se envolveram diretamente em um confronto militar por vários motivos, sobretudo porque nenhum dos lados queria ir à guerra. Dessa forma, apontar as armas nucleares como a razão pela qual a Guerra Fria nunca se tornou quente é como dizer que um carro de ferro-velho, sem motor ou rodas, nunca saiu do estacionamento apenas porque ninguém virou a chave. Sob o prisma lógico, não há como demonstrar que as armas nucleares mantiveram a paz durante a Guerra Fria, ou que o fazem agora (Barash, 2018).

Talvez a paz tenha prevalecido entre as duas superpotências [EUA e URSS] simplesmente porque elas não tinham nenhuma briga que justificasse travar uma guerra terrivelmente destrutiva, mesmo que convencional [...]. Não devemos parabenizar nossos líderes, nem a teoria da dissuasão, muito menos as armas nucleares, por manter a paz (Barash, 2018).

Gorbachev tinha razão em dizer que muitos consideram o desarmamento nuclear como um “arriscado sonho utópico”. Uma das provas mais contundentes disso é que as potências nucleares se recusaram a ratificar o Tratado da ONU sobre a Proibição de Armas Nucleares (TPAN), de 22 de janeiro de 2021. Os países que compõem a Aliança Atlântica, o Japão e a Coreia do Sul também não o ratificaram. Isso se mostra ainda mais verdadeiro quando se observa a postura da OTAN, a qual deixa claro que, enquanto existirem armas nucleares, ela permanecerá uma aliança nuclear (Werkäuser, 2021).

Em comunicado feito em 7 de julho de 2017 pelos representantes dos Estados Unidos, pelo Reino Unido e pela França junto às Nações Unidas, tais representantes deixaram claro que seus países não participam da negociação do tratado sobre a proibição de armas nucleares, demonstrando claramente o destaque que essas três potências nucleares atribuem à detergência nuclear, evidenciando quão utópico o desarmamento nuclear parece ser.

Nota-se que, pelo menos no estágio atual, a materialização do sonho de Gorbachev – no sentido de tornar o planeta livre de armas nucleares – parece realmente muito distante, se é que um dia se concretizará. E o interessante é que os Estados Unidos e a Rússia, justamente aqueles países que um dia acalentaram o sonho do mandatário da ex-URSS, nem pensam em se desarmar. Muito pelo contrário, o que se vê é uma espécie de nova corrida armamentista, agora com mais um competidor vigoroso, a China.

Indo ao encontro do que Gorbachev escreveu sobre aquela época em que Washington e Moscou se sentaram à mesa de negociações, a diretora de Política Nuclear da OTAN, Jessica Cox, recorda que o INF – considerado por muitos a pedra angular da segurança europeia, bem como um sinal de que a Primei-

ra Guerra Fria estava chegando ao fim –, o START I e o *Strategic Offensive Reduction Treaty* (SORT, 2002) até proporcionaram um ritmo constante na redução de armas nucleares estratégicas dos Estados Unidos e da Rússia (Cox, 2020).

Cox (2020) explica que, em 27 de setembro de 1991, o então presidente norte-americano George H. W. Bush delineou algumas mudanças na postura da força nuclear estadunidense e conclamou as lideranças do Kremlin a pagarem na mesma moeda. Ela destaca que Gorbachev comprou a ideia e anunciou que Moscou adotaria providências análogas a fim de reduzir, desmantelar e destruir grande parte de suas forças nucleares não estratégicas.

Com efeito, as iniciativas levadas a cabo por ambos os países consistiram na maior transformação operada em matéria de postura nuclear no continente europeu, conduzindo a uma contundente redução do número de armas nucleares e um alívio das tensões militares. Os ganhos obtidos em meados da década de 1990, no entanto, não se traduziram em progresso sustentado e verificável no desmantelamento de estoques de armas nucleares não estratégicas.

Cox (2020) relata que, a despeito de Washington, ao longo do tempo, ter reduzido unilateralmente suas forças nucleares não estratégicas, discute-se se Moscou efetivamente pagou na mesma moeda, ou seja, se a Rússia cumpriu ou não com os seus compromissos integralmente. Como parte do aprimoramento de seu poderio bélico-nuclear, a Rússia, sob o comando de Putin, conseguiu modernizar algo em torno de 80% de suas forças nucleares estratégicas desde o início dos anos 2000, ao passo que os Estados Unidos estão modernizando seu arsenal nuclear apenas agora.

Entre tantas outras ações que comprovam que a Rússia não pagou na mesma moeda, cabe citar, por exemplo, o desenvolvimento e a implantação, pela Rússia, do SSC-8/9M72, um míssil de cruzeiro lançado do solo (*Ground Launched Cruise Missile*, GLCM). Para os Estados Unidos e os aliados da OTAN, esse sistema de mísseis, além de configurar uma violação ao acordo firmado em 1987 por Reagan e Gorbachev, representa um enorme perigo para a segurança coletiva da Europa (OTAN, 2019a).

Em 23 de janeiro de 2019, os russos divulgaram as especificações do SSC-8/9M729 e insistiram que elas estariam em conformidade com os limites fixados pelo INF. O tenente-general russo Mikhail Matveevsky, chefe das Forças de Artilharia e Mísseis, disse, em uma reunião com adidos militares estrangeiros, que o novo míssil teria um alcance máximo de 480km, enquanto o tratado proíbe apenas mísseis que possuem alcance entre 500 e 5.500km. Em 13 de fevereiro de 2019, os ministros da Defesa aliados se reuniram na sede da OTAN para discutir as consequências da violação do tratado por parte da Rússia. Naquela ocasião, o secretário-geral da OTAN, Jens Stoltenberg ressaltou que Moscou ainda tinha uma janela de oportunidade – um prazo de seis meses – para voltar a cumprir o acordo de 1987 (OTAN, 2019b).

Apesar dos apelos feitos pelos países aliados para que a Rússia retornasse ao cumprimento verificável e total do tratado, ela simplesmente os ignorou e continuou a desenvolver e implantar sistemas que o violavam, o que levou ao fim do acordo em 2 de agosto de 2019 (OTAN, 2019a).

Jacek Durkalec, pesquisador do Center for Global Security Research, do Lawrence Livermore National Laboratory, recorda que a Rússia, de início, escolheu por descumprir secretamente o acordo com a esperança de não ser detectada, comportamento este que Moscou já havia adotado em outras ocasiões (Durkalec, 2019).

Posteriormente, o Kremlin simplesmente negou a existência do míssil [SSC-8/9M729] e, quando não era mais possível fazer isso, ofuscou suas reais capacidades, consistente com a cartilha russa de desinformação de negar, desviar e distrair. Durkalec (2019) constata que o sepultamento do INF expressa o agravamento radical da segurança europeia e global, não havendo como dissociar tal fato das ações agressivas da Rússia, de sua ambiciosa modernização militar e de seus esforços para minar a ordem de segurança europeia pós-Guerra Fria, conforme demonstrado a seguir:

(...) A dissuasão nuclear credível continuará a ser a chave para deter o uso limitado de armas nucleares ou chantagem nuclear pela Rússia [...]. A principal

tarefa da Aliança é manter a eficácia das forças nucleares que já têm à sua disposição, em particular a opção de entregar armas nucleares dos EUA por aeronaves de dupla capacidade da OTAN. Uma capacidade de missão nuclear coletiva eficaz envia uma mensagem a qualquer adversário potencial de que a coerção nuclear contra um aliado encontrará uma resposta de todos eles. A credibilidade da dissuasão nuclear da OTAN também continuará a depender da percepção da Rússia de que mesmo um uso limitado de armas nucleares contra qualquer aliado da OTAN pode levar à retaliação das forças nucleares estratégicas dos Estados Unidos, do Reino Unido e da França (Durkalec, 2019, n.p., tradução nossa).

Durkalec (2019) ainda considera que o colapso do INF retrata o sepultamento do interesse russo em acordos de controle de armas que se baseiam no reconhecimento de interesses comuns voltados para a redução dos riscos militares e para a construção da confiança mútua. Dessa forma, entende-se que a OTAN precisará aprender a buscar o controle de armas com uma Rússia que não está interessada em manter a arquitetura de segurança europeia pós-Guerra Fria e que crie instabilidade e imprevisibilidade para minar isso, e cujos objetivos atuais de controle de armas são incompatíveis com os interesses da OTAN.

De fato, apesar de a quantidade de artefatos nucleares existentes em 2022 ser menor do que o número que havia no auge da Primeira Guerra Fria, a nova era nuclear é construída sobre alicerces mais precários e instáveis. Diversos fatores que possibilitaram que a detergência fosse exitosa durante aquele período histórico (1947-1991) – e que Reagan e Gorbachev souberam preservar – foram eliminados ou pelo menos debilitados ao longo do tempo. Um deles é a aceitação geral da estabilidade estratégica, o que para Putin parece não ter qualquer importância, notadamente por inexistir uma liderança estadunidense forte.

Tanto a China quanto a Rússia estão insatisfeitas com o que consideram uma ordem internacional com base em normas criadas para o Ocidente e por este dominada. Há fronteiras em disputa com bombas nucleares de ambos os lados entre a Índia e a China e o Paquistão.

O tipo de protocolos que os EUA e a ex-URSS criaram na época da Guerra Fria para se garantir reciprocamente está muito menos em evidência hoje. A China está particularmente cautelosa com o tamanho, o *status* e as capacidades de suas forças nucleares, e nada transparente a respeito da abordagem da doutrina que poderia determinar seu uso (*O Estado de S. Paulo*, 2015, n.p.).

A Rússia, ao violar um dos principais acordos que delinearam a moldura de segurança euro-atlântica do período pós-Guerra Fria, tem contribuído fortemente para tornar o sonho de Gorbachev cada vez mais utópico. Oswald (2022) aponta que Gorbachev havia expressado seu descontentamento quanto à proliferação nuclear num artigo publicado em fevereiro de 2019, no jornal russo *Vedomosti*, destacando que tudo o que foi alcançado nos anos depois que pusemos fim à Guerra Fria corre grande perigo nos dias atuais.

Sem desprezar a importância do fator Rússia, particularmente no que se refere às suas investidas no âmbito do continente europeu, o cada vez mais intenso confronto entre os Estados Unidos e a China, agora em um contexto de Segunda Guerra Fria, certamente será o maior desafio das próximas décadas. Desafio que, ao que parece, Washington já enxergou.

Rush Doshi, diretor da Iniciativa de Estratégia Chinesa da Brookings Institution, registra que o governo Donald Trump impôs sanções em resposta às punitivas políticas chinesas para Hong Kong e para a província de Xinjiang, restringindo, assim, o acesso chinês a tecnologias americanas (Doshi, 2020). Além disso, os Estados Unidos passaram a considerar as reivindicações territoriais de Pequim no mar do Sul da China ‘ilegais’, abrindo caminho para um confronto mais acentuado entre os dois países.

O democrata Joe Biden, sucessor do republicano Donald Trump, em menos de um mês à frente da Casa Branca, já externava sua preocupação com o avanço meteórico da China e destacava que, se os norte-americanos não fizerem nada, os chineses ultrapassarão os norte-americanos. Como se observa, os Estados Unidos sabem que precisam agir e, em 28 de abril de 2021, Biden, ao discursar perante o Congresso, defendeu

uma ampla reformulação da economia norte-americana, com a aprovação de planos trilionários, justificando ser necessária uma expansão do papel do Estado para fazer frente à ascensão internacional de Pequim (Duchiade, 2021).

Não pelo acaso, em junho de 2021, o Senado norte-americano aprovou um projeto de lei (Lei de Inovação e Competição), cuja principal finalidade era garantir recursos para aumentar a competitividade industrial do país e, assim, tentar deter o crescimento econômico chinês. A ideia era investir cerca de duas centenas e meia de bilhões de dólares em ciência, tecnologia, inovação, pesquisa e segurança cibernética, tornando os EUA independentes de fornecedores externos.

Considerado o mais expressivo pacote de política industrial da história do país, a aprovação desse marco legal pela Câmara Alta estadunidense chamou a atenção por, pelo menos, quatro detalhes: primeiro, a importância que as lideranças de Washington atribuíram ao fator *China*; segundo, aparentemente, a competição com Pequim adquiriu ares de urgência e passou a ser encarada com a merecida seriedade governamental; terceiro, as desavenças partidárias, ao menos em relação ao aludido instrumento legal, parecem ter sucumbido diante do interesse nacional e não conseguiram impedir que democratas (49 votos) e republicanos (19 votos) aprovassem o texto; quarto, a expressão *Guerra Fria* foi mencionada durante os debates realizados no Senado sobre a matéria (Duchiade, 2021).

Autoridades do Legislativo estadunidense recordaram que o Japão, na década de 1980, também competiu com os EUA em termos de tecnologia. No entanto, diferentemente do que os chineses têm feito neste século, os japoneses eram um competidor industrial e um aliado militar dos norte-americanos, ao passo que a China é um rival geopolítico em ascensão, o que invariavelmente muda o foco do debate.

Ademais, naquela ocasião, ninguém disse que Tóquio se valeria das empresas do país como “ferramenta de vigilância ou uma potencial arma de guerra”, o que, no entanto, é possível – e até mesmo muito provável – que Pequim esteja fazendo. O senador democrata Chris Coons afirmou que, no caso da China, a separação entre a área comercial e a área militar é

inexistente, pois quase todas as grandes empresas chinesas são elementos do poder estatal e estreitamente conectadas ao governo central.

Decerto que o embate envolvendo os Estados Unidos e a China provocará mudanças na geopolítica global. Hussein Kalout, cientista político e pesquisador da Universidade de Harvard, observa que o projeto de lei aprovado pelo Senado norte-americano também estabelece as linhas gerais da estratégia estadunidense para edificar uma nova ordem geopolítica mundial (Kalout, 2021). Ele acredita que a rivalidade com a China passará a reger a inserção e a atuação tática e estratégica dos EUA nas variadas regiões geográficas do mundo e nos diferentes foros internacionais.

Para Kalout (2021), tendo em vista o deslocamento do foco para a região da Ásia-Pacífico, Washington estaria reorientando a ordem de prioridade de suas opções estratégicas. O Oriente Médio, ante essa mudança de norte, perde importância na projeção de poder norte-americano no mundo e os EUA passam a concentrar seu foco e sua energia na China. Isso traz reflexos para as relações entre Washington e Tel Aviv.

Em que pese o apoio militar e econômico que Washington resolveu bancar em apoio à Tel Aviv contra o Hamas na Faixa de Gaza, a partir dos eventos ocorridos em 7 de outubro de 2023, bem como a persuasão naval que conduziu no Mediterrâneo contra o Hezbollah no sul do Líbano e as próprias operações no mar Vermelho contra os houthis no Iêmen, para Kalout (2021), o governo Biden não está disposto a assumir o passivo que o conflito israelo-palestino representa, especialmente por entender que é um contencioso de baixo valor agregado geopolítico, quando comparado à competição travada com a China.

Se, por um lado, os Estados Unidos demonstram que finalmente enxergaram o tamanho do desafio a ser enfrentado, por outro a China parece ter aprendido com a história mundial, em especial com as circunstâncias que causaram a derrota da ex-URSS na Guerra Fria. Demonstrando ter assimilado os contornos da dissuasão, a China tem plena noção do poder que as armas, quando bem empregadas em um ambiente de ameaças veladas, possuem dentro da concepção de deterrência estratégica, particularmente em sua versão

atualizada. Prova disso é que ela se mantém em permanente estado de guerra, ainda que dentro das características operativas inerentes às *guerras de quarta geração*. Pequim sabe perfeitamente que não pode incorrer nos erros cometidos pelos soviéticos, e que somente uma política permanente, sutil e silenciosa poderá conduzir a China à dominância global.

Isso engloba, por exemplo, a persistente tentativa de estabelecer bases chinesas disfarçadas em Cuba, o que se convencionou chamar de “Anel de Pérolas Negras”. Pantano (2009) chega a antever uma possível Segunda Crise dos Mísseis de Cuba – que seria, na verdade, a terceira.

Recorrendo à história, a ameaça chinesa aos interesses e à segurança dos Estados Unidos não deixa de ser uma reedição da estratégia adotada por Kruschev no famoso e perigoso episódio de 1962, quando ele, inicialmente, condicionou a saída soviética de Cuba à retirada das forças estadunidenses e aliadas mobilizadas em Berlim. Ainda que Kruschev não tenha obtido êxito em seu intento, ele conseguiu persuadir os Estados Unidos a um acordo que levou à retirada dos mísseis norte-americanos de alcance intermediário (IRBM) Júpiter da Turquia e, posteriormente, da Itália, e a aceitar a ilha caribenha como zona de influência de Moscou. Em suma, os soviéticos conseguiram extrair alguma coisa dos norte-americanos. Ademais, cabe ressaltar que, na gestão de Brejnev (1964-1982), a ex-URSS construiu instalações navais para submarinos (SSBN) equipados com mísseis balísticos (SLBM), que, em certa medida, driblaram o acordo de proibição de instalação de mísseis balísticos de alcance intermediário baseados em terra (IRBM), gerando, sem muito alarde, aquela que à época foi chamada de Segunda Crise dos Mísseis, em 1970.

Aprendendo com o passado, Xi Jinping tem sinalizado que pretende negociar Taiwan com os Estados Unidos. Uma das possibilidades desse acordo seria, em troca, o reconhecimento chinês de que Cuba constitui área de influência estadunidense. Trata-se de um possível modo de se resolver o problema envolvendo essa nação insular localizada a apenas 180km do continente, sem que, para tanto, os chineses precisem usar a força, como de fato muitos analistas apontam que provavelmente não usarão.

De qualquer forma, uma coisa é certa: a China jamais aceitará a existência de uma Taiwan independente, assim como nunca concordará com o domínio da força naval norte-americana sobre o Pacífico Oriental. Em ambas as situações, Pequim possui uma estratégia muito consistente a ser conduzida com a tradicional “paciência estratégica chinesa”, que lhe permitirá concluir a primeira fase de seu projeto de dominância global: assegurar o completo controle de seu quintal estratégico.

Deterrencia estratégica e conceitos estratégicos da OTAN

Durante a Primeira Guerra Fria, a geopolítica mundial foi marcada pela bipolaridade confrontativa travada entre o Ocidente (ou Mundo Livre, liderado pelos Estados Unidos) e o Oriente (liderado pela antiga URSS). A tensão e o confronto estavam na ordem do dia, havendo pouco mais do que o diálogo e a cooperação. O Golpe de Praga (fevereiro de 1948) e o Bloqueio de Berlim pela ex-URSS (24 de junho de 1948 a 12 de maio de 1949) foram alguns episódios que deixaram claro que Stalin não desistiria de seu projeto de dominância global e expansão da ideologia comunista pelo continente europeu e demais partes geográficas do planeta. O Ocidente constatou que era preciso agir para evitar o expansionismo soviético. São dessa época, por exemplo, a Doutrina Truman (1947), o Tratado Internacional de Assistência Recíproca (Tratado do Rio de Janeiro, TIAR, 1947) e o Plano Marshall (1948).

Inaugurada em 4 de abril de 1949, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) foi uma das principais medidas tomadas para impor uma barreira ao plano stalinista, unindo sob um único comando as forças militares dos principais países da Europa Ocidental, juntamente com os efetivos militares dos Estados Unidos e do Canadá.

Freedman (2021) observa que, quando a aliança foi arquitetada, o efeito dissuasor foi o resultado do compromisso dos Estados Unidos com a segurança das democracias da Europa Ocidental. Enquanto continu-

asse assim, a agressão contra a Europa Ocidental seria de alto risco. Se o compromisso fosse retirado, a situação mudaria drasticamente. Os europeus precisariam buscar outros meios para resistir à pressão soviética. Ao mesmo tempo, buscava-se um controle sobre a Alemanha, que mais cedo ou mais tarde ressurgiria – como de fato ressurgiu – como potência europeia.

(...) A OTAN não foi projetada apenas para defender a Europa Ocidental contra a ameaça da invasão soviética, mas também para permitir que a Alemanha Ocidental contribuísse com forças armadas sem perturbar seus vizinhos (...). Por sua vez, ao fornecer segurança, os EUA poderiam desencorajar a busca de armas nucleares pela Alemanha. A presença das forças dos EUA na Alemanha Ocidental serviu, assim, a múltiplos objetivos além de dissuadir as forças convencionais russas, tranquilizou os vizinhos da Alemanha e sinalizou uma suposta disposição dos EUA de perecer em nome de seus aliados (Hooft, 2021, p. 90, tradução nossa).

Demétrio Magnoli, por sua vez, refere-se a um comentário feito à época pelo primeiro secretário-geral da OTAN, o britânico Hastings Ismay, segundo o qual a OTAN teria surgido para ‘deixar a ex-URSS fora, os EUA dentro e a Alemanha por baixo.’ Em outras palavras, a ex-URSS, que acabava de estabelecer sua hegemonia sobre a Europa Oriental, deveria ficar ‘fora’ da Europa Ocidental e, para isso, era preciso conservar os EUA ‘dentro’. A Alemanha Ocidental, que voltava a ter forças armadas, seria mantida ‘por baixo’, com seus soldados subordinados à OTAN [cabe aqui esclarecer que a República Federal da Alemanha (RFA) só ingressou na Aliança em 1955], para não recair na sedução do nacionalismo (Magnoli, 2022).

A OTAN nasceu com a adesão de 12 países, sendo 10 europeus (Bélgica, Dinamarca, França, Islândia, Itália, Luxemburgo, Noruega, Países Baixos, Portugal e Reino Unido) e dois da América do Norte (Canadá e Estados Unidos). Não foi possível incluir a Finlândia e a Áustria, pois havia o fundado receio de que a ex-URSS, em represália, invadisse o território finlandês, e de que perpetuasse a presença de suas tropas em

solo austríaco, cuja ocupação somente foi encerrada em 15 de maio de 1955, quando os ministros das Relações Exteriores dos Estados Unidos, do Reino Unido, da França, da União Soviética e da Áustria assinaram, em Viena, o Tratado Estatal, que restaurou a soberania austríaca (Gessat, 2022).

Durante as tratativas desse acordo, Molotov, ministro das Relações Exteriores da ex-URSS, informou ao seu homólogo que desejava evitar o ‘risco de anexação’ da Áustria à OTAN, e que Viena se comprometesse à absoluta neutralidade. O recado de Molotov parece ter dado certo. De fato, até hoje a Áustria não integra a OTAN (Gessat, 2022).

A Grécia e a Turquia vincularam-se à aliança em 1952. A partir de 1953, quando a OTAN já contava com 14 membros, Eisenhower, na condição de presidente dos Estados Unidos, deflagrou um processo de construção de acordos militares por todo o mundo, providência que alguns críticos da época rotularam de “pactomania”. Avaliando que a OTAN não era militarmente sustentável sem o peso da presença da República Federativa Alemã, ele atuou fortemente para incorporá-la ao grupo, o que aconteceu em 9 de maio de 1955.

A pronta resposta de Moscou se deu por meio do Pacto de Varsóvia, criado em 14 maio de 1955, abrangendo oito Estados: República Democrática Alemã, Polônia, Tchecoslováquia, Hungria, Romênia, Bulgária e Albânia, todos sob o jugo da ex-URSS. Em 1968, com a saída da Albânia da órbita de influência moscovita em decorrência da ruptura de Kruschev com Mao Tsé-Tung e da invasão soviética à Tchecoslováquia (1968), patrocinada por Brejnev, esse número foi reduzido para sete.

Em 1966, o então presidente da França, o general Charles de Gaulle, insurgindo-se contra o que ele identificava como excesso de poder e de controle norte-americano sobre a OTAN, decidiu retirar a França – que se tornara potência nuclear em 1960 – da estrutura do comando integrado da organização. Também solicitou que todos os quartéis-generais aliados localizados em território francês fossem removidos. Charles de Gaulle não admitia que as armas nucleares de seu país ficassem sob a batuta estadunidense, me-

dida que muitos franceses interpretaram, e ainda interpretam, como um símbolo do não alinhamento da França à política externa dos Estados Unidos (Fernandes, 2009).

A decisão gaullista foi revista em 2009 pelo então presidente da França Nicolas Sarkozy, que à época argumentou que os militares franceses já participam de inúmeras operações da aliança, sendo, portanto, inconcebível que o país não tenha influência sobre o planejamento das missões (*Deutsche Welle*, 2009).

Hervé Morin, que em 2009 ocupava o cargo de ministro francês da Defesa, afirmou que a reintegração da França possibilitaria uma europeização da OTAN, de maneira que, quanto mais responsabilidade os europeus assumissem, mais chances eles teriam de influenciar a orientação da Aliança. Jean-Marc Ayrault, líder da bancada socialista da Assembleia Nacional Francesa, foi um dos que se posicionaram contra a iniciativa tomada por Sarkozy, uma vez que ele entendia que o retorno de Paris ao comando militar integrado da OTAN rompia um consenso político de 43 anos (*Deutsche Welle*, 2009).

Na trajetória percorrida pela OTAN, cabe registrar que Ronald Reagan, em 1982, no contexto de sua política de confrontar a ex-URSS, pressionou para que a Espanha aderisse à OTAN, o que de fato aconteceu, passando a totalizar 16 membros. A pá de cal lançada sobre o pacto militar arquitetado por Moscou veio no final da década de 1980. Com a derrocada do Muro de Berlim, em 8 de novembro de 1989, e a reunificação da Alemanha, em 3 de outubro de 1990, a República Democrática Alemã deixou de existir, enfraquecendo em muito o poderio militar do Pacto de Varsóvia, que, na esteira do colapso soviético, foi extinto em 1º de julho de 1991.

O reagrupamento alemão pode ser considerado o pontapé inicial da reestruturação promovida na OTAN no período pós-Guerra Fria. Em 1999, três ex-integrantes do Pacto de Varsóvia ingressaram na aliança ocidental: Polônia, República Tcheca e Hungria. Em 2004, outros sete países aderiram: Eslováquia, Romênia, Bulgária, Eslovênia, Estônia, Letônia e Lituânia. Em 2009, foi a vez da Croácia e da Albânia – recorde-se que ela fizera parte do Pacto de Varsóvia até 1968. Montenegro e Macedônia do Norte entra-

ram em 2017 e 2020, respectivamente, totalizando 30 membros. Tendo em vista o conflito russo-ucraniano, a Suécia e a Finlândia formularam seus pedidos de adesão em 2022 e ingressaram na aliança, respectivamente, em 2023 e 2024. A Bósnia e Herzegovina também é candidata a ingressar. A Geórgia também pretende aderir. A Ucrânia, que antes de ser atacada pela Rússia sinalizara seu plano de entrar para a aliança, tem a mesma aspiração.

Em 11 de julho de 2023, Jens Stoltenberg, secretário-geral da OTAN, informou que Kiev não vai se juntar ao bloco no momento, mas anunciou um programa de longo prazo para encurtar o caminho e ajudar o país a se enquadrar nas exigências da aliança (*BBC News*, 2023).

Kestutis Paulauskas, diretor sênior de estratégia no *Allied Command Transformation* (ACT), órgão que integra a estrutura da OTAN, rememora que, durante a Primeira Guerra Fria, a aliança ocidental buscava tanto a deterrência por punição (*deterrance by punishment*), quanto a deterrência por negação (*deterrance by denial*). Enquanto a primeira se baseava na noção de danos inaceitáveis – inclusive por meio de retaliação nuclear maciça a qualquer ataque soviético (convencional ou nuclear) –, o propósito da segunda era tornar fisicamente difícil para o agressor atingir seu objetivo, finalidade que os aliados perseguiam por meio do estabelecimento de uma defesa avançada em sua fronteira oriental com a ex-URSS (Paulauskas, 2016).

Além de ter contribuído para evitar uma possível continuação da Segunda Guerra Mundial, a Aliança Atlântica funcionou como um dos pilares da vitória dos norte-americanos sobre os soviéticos durante a Primeira Guerra Fria, período em que ela elaborou quatro conceitos estratégicos distintos (1950, 1952, 1957 e 1967). Após a dissolução da ex-URSS e o fim do conflito frio, outros quatro conceitos estratégicos foram editados, cada um deles condizente com o contexto geopolítico de sua época (1991, 1999, 2006 e 2010). Em 2022, com a relação Estados Unidos-China-Rússia experimentando um de seus piores momentos, novo conceito estratégico foi aprovado, totalizando nove documentos históricos.

Síntese conclusiva

O ambiente internacional sofreu muitas transformações desde o fim da Guerra Fria em 1991. Dos escombros da antiga URSS, sonolenta e totalitária, erigiu-se uma Nova Ordem Internacional, fundamentada na suposta vitória da ideologia capitalista-liberal-democrática norte-americana, que, no entanto, foi gradualmente erodida pelo comunismo atávico, fruto do *revisionismo* russo e do *disruptismo* chinês.

Floresceu, como resultado, um breve período de contestação da liderança unipolar dos EUA (2012-2017), para, em seguida, ser substituído pela Era da Competição Acirrada (a partir de 2017), notadamente com a China, em um contexto de uma Segunda Guerra Fria.

Nesse palco, a deterrência estratégica não somente sobreviveu, como também se firmou com ainda mais ênfase, adquirindo novos contornos e interpretações, tornando-se uma doutrina obrigatória em todas as academias militares do mundo.

Mais do que nunca, a perseguição de uma coexistência pacífica tornou-se uma tarefa fundamental e um desafio muito mais complexo, conforme muito bem descrito na Estratégia de Segurança Nacional (*National Security Strategy*, NSS) norte-americana de 2022, cujo objetivo central é evitar a escalada da competição para o conflito, com considerações sobre o gerenciamento da escala e os mecanismos que o possibilitam (EUA, 2022).

Referências

ÁVILA, Fabrício Schiavo; MARTINS, José Miguel; CEPIK, Marco. **Armas estratégicas e poder no sistema internacional**: o advento das armas de energia direta e seu impacto potencial sobre a guerra e a distribuição multipolar de capacidades. *Contexto Internacional*, Vol. 31, nº 1, p. 49-83, 2009.

BARASH, David. **Nuclear Deterrence is a Myth**. And a Lethal one at That. *The Guardian*, 2018. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2018/jan/14/nuclear-deterrence-myth-lethal-david-barash>. Acesso em: 20 nov 2024.

BBC NEWS. **Ucrânia na Otan?** O plano anunciado para facilitar entrada do país na aliança. *BBC News*, 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cgxe85kkwy5o>. Acesso em: 14 jul 2023.

BUNN, M. Elaine. **Can deterrence be tailored?** *Strategic Forum*, nº 225, p. 1-8, 2007.

COX, Jessica. **Nuclear deterrence today**. *NATO Review*, 8 jun 2020. Disponível em: <https://www.nato.int/docu/review/articles/2020/06/08/nuclear-deterrence-today/index.html>. Acesso em: 21 jul 2021.

DEUTSCHE WELLE. **43 anos depois**, Deutsche Welle, 2009. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/pol%C3%A3Amica-interna-marca-retorno-da-fran%C3%A7a-ao-comando-integrado-da-otan/a-4106817>. Acesso em: 7 abr 2022.

DOSHI, Rush. **China e EUA no pior momento**. O Globo, 2020.

DUCHIADE, André. **Biden quer levar EUA a ‘conquistarem século XXI’**. O Globo, 2021.

DURKALEC, Jacek. **European security without the INF Treaty**. OTAN, 2019. Disponível em: <https://www.nato.int/docu/review/articles/2019/09/30/european-security-without-the-inf-treaty/index.html>. Acesso em: 29 jun 2021.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. The White House. **National Security Strategy – 2022**. Washington: The White House, 2022.

FERNANDES, Daniela. **Sarkozy anuncia volta da França ao comando militar da Otan**. BBC Brasil, 2009. Disponível em: https://www.google.com/search?q=NICOLAS+SARKOZY&rlz=1C1GGRV_enBR751BR751&oq=NICOLAS+SARKOZY&aqs=chrome.69i57j0i512j46i131i433i512j0i512l6.367j0j15&sourceid=chrome&ie=UTF-8. Acesso em: 2 maio 2021.

FREEDMAN, Lawrence. **The evolution of deterrence strategy and research**, In: OSINGA, Frans; SWEIJS, Tim. *NL Arms Netherlands Annual Review of Military Studies 2020: Deterrence in the 21st Century – Insights from Theory and Practice*, Cap. 1, p. 1-9, 2021. Heidelberg: Springer, 2021.

GESSAT, Rachel. **1955: Áustria recuperava a soberania após a 2ª Guerra**. Deutsche Welle, 2022. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/1955-%C3%A1ustria-recuperava-soberania-ap%C3%B3s-a-2%C2%AA-guerra/a-324952>. Acesso em: 2 ago 2022.

GORBACHEV, Mikhail. **Um adeus às armas nucleares**. O Estado de S. Paulo 2011, Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/359178/noticia.htm?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 nov 2024.

HOOFT, Paul Van. **The US and extended deterrence**. In: OSINGA, Frans; SWEIJS, Tim. *NL Arms Netherlands Annual Review of Military Studies 2020: Deterrence in the 21st Century - Insights from Theory and Practice*, Cap. 6, p. 88-107, 2021. Heidelberg: Springer, 2021.

KALOUT, Hussein. **EUA mais longe do Oriente Médio**. O Globo, 2021.

MAGNOLI, Demétrio. **A OTAN como álibi**. O Globo, 2022.

O ESTADO DE S. PAULO. **A Nova Era das Armas Nucleares**. O Estado de S. Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/internacional/a-nova-era-das-armas-nucleares/?srsltid=AfmBOor9B-fQk3nqcBmeCR67p9LTGoNy98ewN0Wwyl28D2kw5WtEo5uu>. Acesso em: 5 dez 2024.

OSWALD, Vivian. **Morre Mikhail Gorbachev, o comunista que tentou reformar a União Soviética e foi seu último líder**. O Globo, 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2022/08/morre-mikhail-gorbachev-o-comunista-que-tentou-reformar-a-uniao-sovietica-e-foi-seu-ultimo-lider.ghtml>. Acesso em: 17 set 2022.

OTAN. **NATO and the INF Treaty**. OTAN, 2019a. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_166100.htm. Acesso em: 3 maio 2022.

OTAN. **NATO defence ministers meet to address Russia's violation of the INF Treaty**. OTAN, 2019b. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/news_163445.htm?selectedLocale=en. Acesso em: 3 maio 2022.

PANTANO, Ilario. **The second cuban missile crisis**. Wired, 2009. Disponível em: https://www.wired.com/images_blogs/dangerroom/2010/10/Pantano-Second-Cuban-Missile-Crisis-Oct11.pdf. Acesso em: 26 nov 2020.

PAULAUSKAS, Kestutis. **On deterrence**. NATO Review, 2016. Disponível em: <https://www.nato.int/docu/review/articles/2016/08/05/on-deterrence/index.html>. Acesso em: 3 ago 2022.

ROTHMAN, Maarten. **This Has Triggered a Civil War: Russian Deterrence of Democratic Revolts**. In: OSINGA, Frans; SWEIJS, Tim. NL Arms Netherlands Annual Review of Military Studies 2020: Deterrence in the 21st Century - Insights from Theory and Practice, Cap. 16, p. 311-325, 2021. Heidelberg: Springer, 2021.

RUBLEE, Maria Rost. **Nuclear deterrence destabilized**. In: UNAL, Beyza; AFINA, Yasmin; LEWIS, Patricia. Perspectives on nuclear deterrence in the 21st century, Cap. 3, p. 14-18, 2020. Londres: Chatham House, 2020.

SCHELLING, Thomas C. **Nuclear strategy in the Berlin crisis**. Office of the Historian, 1961. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1961-63v14/d56>. Acesso em: 17 nov 2021.

SCHELLING, Thomas C. **Nuclear deterrence for the future**. Issues in Science and Technology, 2006. Disponível em: <https://issues.org/schelling/>. Acesso em: 11 abr 2022.

TORNIELLI, Andrea. **Caracciolo**: 'Trabalhar imediatamente por um cessar-fogo entre a Rússia e a Ucrânia'. Vatican News, 2022. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/mundo/news/2022-07/russia-ucrania-guerra-tregua.html>. Acesso em: 5 set 2022.

WALTZ, Kenneth Neal. **Is nuclear zero the best option?** Waltz says no. The National Interest, 2010. Disponível em: <https://nationalinterest.org/print/greatdebate/no-3951>. Acesso em: 5 set 2022.

WERKHÄUSER, Nina. **Tratado de proibição de armas nucleares entra em vigor**. Deutsche Welle, 2021. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/tratado-de-proibi%C3%A7%C3%A3o-de-armas-nucleares-entra-em-vigor/a-56316999>. Acesso em: 21 maio 2021.

WITTING, Volker; NOLL, Andreas. **A ameaça nuclear de Putin**: bravata ou real possibilidade? Deutsche Welle, 2022. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/a-amea%C3%A7a-nuclear-de-putin-bravata-ou-real-possibilidade/a-63197690>. Acesso em: 29 set 2022.

Breves reflexões sobre a dissuasão

Marcelo Oliveira Lopes Serrano*

Introdução

Recentemente uma autoridade militar de nosso país referiu-se ao caráter subjetivo da dissuasão. A quem se debruçar sobre o assunto, tal afirmação suscitará a pergunta: se ela for de fato subjetiva, é conveniente adotá-la como estratégia de defesa, conforme se vem fazendo há longo tempo nos meios militares brasileiros, já que seus efeitos dependeriam dos humores dos eventuais adversários? Isso não se assemelharia mais a uma aposta ou a uma esperança do que a uma estratégia, já que nesta precisamos efetivamente confiar? Estratégias podem falhar, como têm frequentemente falhado ao longo da história político-militar dos povos, porque consistem num confronto de vontades antagônicas, segundo a conhecida definição do general Beaufre¹, mas precisam assentar-se sobre critérios objetivos, sobre os quais se tenha, em princípio, aceitável grau de controle.

A dissuasão é tema muitíssimo pouco estudado no Brasil, o que não chega a ser algo a se estranhar, pois, como salientou o próprio general Beaufre,

a estratégia não penetra nem no grande público e, na verdade, nem mesmo nos meios militares, nos quais se continua a pensar em termos técnicos e táticos (Beaufre, 1997, p. 5).

Em razão disso, convém *reafirmar* que costumamos considerar a dissuasão de modo bastante superficial, já que aceitamos sua validade estratégica sem

conhecermos apropriadamente sua aplicabilidade com base em meios exclusivamente convencionais². E não parece conveniente e seguro eleger, assim praticamente às cegas, um conceito no qual se tem a pretensão de apoiar a estratégia de defesa de um país.

É possível que a ideia de estratégia da dissuasão tenha sido originalmente adotada entre nós com base em leitura ligeira do que Raymond Aron apresentou em seu clássico *Paz e Guerra entre as Nações*. Aron destacou que, como modo de relacionamento entre duas pessoas ou comunidades, a dissuasão é tão antiga como a humanidade, pois

a possibilidade de receber uma punição dissuade a criança de rasgar as folhas do livro do pai, como a possibilidade de ser multado dissuade o motorista de estacionar numa área proibida.

Na mesma página, ele alegou que, por definição, um Estado neutro depende da dissuasão, pois “não pretende impor aos demais sua própria vontade, a não ser para convencê-los a não interferir com sua independência” (Aron, 2002, p. 509). A possível capacidade de dissuadir seria, portanto, por *definição*, sua única possibilidade de manter-se fora do conflito por força de sua vontade. Convém notar que Aron se referiu à condição de neutralidade, não ficando claro até que ponto ele estendia seu raciocínio também a um Estado envolvido diretamente em um litígio.

* Cel Cav Rfm (AMAN/1977, EsAO/1986, ECEME/1993). Em 1998, realizou o Curso de Política e Estratégia na França, no Collège Interarmée de Defense, atual École de Guerre. Última função na ativa: Subcomandante da ECEME.

Além de fazer tais afirmações apenas como introito do capítulo sobre a estratégia da dissuasão, inserido na Parte III de seu livro, consagrada exclusivamente à “Idade Termonuclear”, toda a sua argumentação vincula-se objetivamente à dissuasão nuclear praticada pelas grandes potências da época. Suas sucintas considerações sobre a validade anterior da dissuasão devem ser consideradas em teoria apenas, já que não as sustentou com nenhum exemplo histórico inequívoco. A Bélgica, perpetuamente neutra³ por imposição do Tratado de Londres de 1839, que ratificou sua independência, não foi capaz de manter a neutralidade dissuadindo a Alemanha de invadi-la nas duas guerras mundiais. A Suíça, outro caso por ele mencionado, teria se mantido alheia aos conflitos europeus desde o século XVI e oficialmente neutra a partir de 1815 graças à sua capacidade de dissuasão, conforme afirmado, ou ao seu afastamento voluntário da geopolítica europeia e ao enclausuramento alpino de seu território? Espanha e Portugal mantiveram-se neutros na Segunda Guerra Mundial por dissuadirem aliados e nazistas ou pela desimportância de suas condições periféricas⁴? Sorte não desfrutada pela Grécia e por outros países balcânicos e escandinavos. Por outro lado, mesmo afastado do foco da guerra, o Brasil não foi capaz de preservar sua neutralidade em 1942.

Tanto o general Beaufre, em *Introdução à Estratégia*, quanto o capítulo dedicado à dissuasão em Peter Paret, *Construtores da Estratégia Moderna*, também vinculam a dissuasão às armas nucleares. O primeiro, ao tratar do que chama de *dissuasões complementares*, aborda o emprego forçosamente limitado das forças convencionais sob o pano de fundo das armas nucleares, de modo a não provocar a ascensão catastrófica ao extremismo atômico (Beaufre, 1998, p. 113-117), não aludindo, portanto, a uma dissuasão puramente convencional.

A dissuasão só passou de fato a vigorar como conceito estratégico após o advento da bomba atômica, sobretudo da termonuclear, pois não há como ignorar que “as armas de destruição maciça não podem ser comparadas com nenhuma outra que a humanidade já utilizou” (Aron, 2002, p. 511) e tampouco o podem seus efeitos dissuasivos. Nunca antes as grandes potências foram tão categoricamente dissuadidas de perse-

guirem seus interesses políticos por meio da guerra; nunca antes falou-se de estratégia da dissuasão, porque inexistia a força paralisante da ameaça aterradora do *armagedon* nuclear.

Em 1946, o estrategista americano Bernard Brodie afirmou, referindo-se às bombas atômicas: “até o presente, o objetivo capital de nosso poder militar foi vencer guerras. Daqui em diante, será evitá-las. Ela não pode ter outro propósito útil” (apud Gray, 1999). O general Beaufre, por sua vez, atestou que

a estratégia antiga, antes da era nuclear, repousava mais ou menos explicitamente sobre uma capacidade positiva, a capacidade de vencer, o que significa não apenas o poder de impor a vontade, mas de atingir esse resultado de maneira relativamente pouco onerosa em relação aos benefícios da vitória. Com a arma nuclear, aparece um fenômeno inteiramente novo: qualquer que seja o desfecho da luta, vencido e vencedor – se essas distinções ainda existirem – devem pagar o preço exorbitante das destruições atômicas, porque não há como se proteger delas eficazmente. Em decorrência, busca-se alcançar o objetivo político não mais pela vitória militar, capacidade positiva tornada extremamente perigosa, mas pela ação indireta, graças à paralisia do adversário, portanto, graças a uma capacidade negativa que permite evitar a grande prova de força, quer dizer, graças à dissuasão (Beaufre, 1964, p.20).

A relativa exorbitância real das perdas humanas e das destruições na Primeira Guerra Mundial não dissuadiu a Alemanha de buscar sua revanche em 1939, nem o Japão de desafiar o enorme poder industrial dos Estados Unidos em 1941 e tampouco o poder militar de Israel dissuadiu o Hamas de atacar o Estado judeu em outubro de 2023. Por outro lado, só a mera antevisão da inevitável exorbitância absoluta das destruições termonucleares dissuadiu Estados Unidos e União Soviética de desencadearem a, na época tão falada, 3ª Guerra Mundial. Só os efeitos exponenciais das armas atômicas são suficientemente aterrorizadores para realmente dissuadirem intenções agressivas.

A dissuasão nuclear, e só ela, pode *positivamente* basear-se em aspectos subjetivos, fundados no horror à mútua destruição assegurada. Foi essa a razão de o general Beaufre afirmar que a incerteza é o fator es-

sencial da dissuasão – a incerteza quanto à disposição de uma potência empregar suas armas atômicas para conter a ameaça ou retaliar a agressão de outra e, dessa forma, provocar a hecatombe.

Na realidade, o elemento decisivo repousa na disposição de desencadear o cataclismo. Fazer com que se acredite que há essa disposição é mais importante que todo o resto. Naturalmente, cada um blefa, mas até que ponto? (Beaufre, 1998, p. 112).

Sem a disposição resoluta e *crível* de empregar as armas nucleares, não haveria dissuasão e a guerra poderia desenrolar-se convencionalmente como antes. Essa incerteza quanto à verdadeira determinação do adversário de empregá-las acarreta paradoxalmente a dissuasão recíproca entre poderes atômicos antagônicos de nível semelhante.

Essas apreciações são sem dúvida sumárias, mas retratam corretamente a verdadeira mecânica da dissuasão nuclear, já que não cabe aqui e nem é o escopo deste artigo tratá-la mais detalhadamente.

As coisas, no entanto, não se passam assim com meios exclusivamente convencionais. Por mais que nas duas guerras mundiais a França tenha mostrado sua disposição de luta e seu grande poder militar, comparável ao da Alemanha, ela não pôde dissuadir sua inimiga de invadi-la em ambas as vezes, porque não dispunha de meios capazes de fazer os alemães terem a certeza de que o custo/benefício da concretização de seus interesses por meio da guerra seria inexoravelmente negativo, ou seja, porque não era capaz de impor *a priori* aos alemães a inevitabilidade de um custo tão exorbitante quanto o das destruições atômicas.

Há, contudo, um certo espaço para a dissuasão vigorar com meios exclusivamente convencionais. Raymond Aron afiançou que

a possibilidade de êxito deste tipo de posicionamento internacional cresce com a avaliação que se faz da eficácia militar do Estado neutro, e em razão inversa da expectativa de vantagens que a agressão promete ao Estado agressor (Aron, 2002, p. 510).

Em vista disso, a possibilidade de um país dissuadir dessa maneira é altamente subjetiva e incerta, pois depende inteiramente do valor que o possível agressor atribuir a seus interesses e da avaliação de suas possibilidades de êxito diante do juízo que ele mesmo fizer da eficácia militar de seu adversário.

Essa subjetividade difere diametralmente da que está por trás da dissuasão nuclear. Nesta, a incerteza refere-se à disposição de o adversário empregar seu potencial atômico, o que, conforme acima exposto, assegura a eficácia da dissuasão. Com meios convencionais, todavia, a incerteza liga-se diretamente à própria eficácia do processo dissuasivo.

Há de se convir que não é de modo algum recomendável adotar como estratégia uma em que se deixe inteiramente nas mãos do adversário os critérios de sua eficácia. A dissuasão convencional pode funcionar em alguns casos, em que os interesses do agressor sejam de pequena monta e não compensem o esforço de conquistá-los, mas muito provavelmente não funcionará quando forem importantes e certamente nunca, quando muito importantes ou vitais.

Por conseguinte, a um país prudente e sério convém que suas avaliações estratégicas considerem eventual dissuasão com meios convencionais apenas como uma feliz decorrência de seus efetivos esforços, não só militares, mas em todos os campos do poder, para, em última instância, se *defender* de uma agressão armada, e não da prévia ilusão de que poderá, com base na autoavaliação de seu próprio poder militar, dissuadir o adversário de recorrer à busca bélica de seus interesses. Uma expressão em inglês reflete perfeitamente essa ilusão: *wishful thinking*.

Há dois importantes aspectos que não podem ser deixados de lado. O primeiro consiste no fato de as estratégias serem específicas; não há estratégia prévalente, polivalente e muito menos onivalente. Se uma potência não nuclear de médio porte ou qualquer uma de suas forças armadas afirmar de modo geral que sua estratégia é de dissuasão, isso nada significa na prática, pois, para se ter essa pretensão, é preciso antes saber quem será preciso dissuadir. A efetiva estratégia a ser eventualmente empregada, seu planejamento e a preparação dos meios para tanto não poderá ser a mesma, e tampouco seus efeitos o serão, no caso de se enfrentar

uma grande potência, uma potência média ou uma de pequena envergadura. Ela também diferirá se for preciso agir na esfera regional ou na extrarregional, além de inúmeros outros fatores de diferenciação, incluindo sobretudo as particularidades do ator a ser enfrentado.

Essa especificidade das estratégias não é verdadeira apenas no que concerne à dialética de vontades típica das definições clássicas de estratégia, ligadas diretamente aos conflitos armados, mas também em relação à peculiaridade de nossa própria definição, de caráter desenvolvimentista, originária da Escola Superior de Guerra e centrada na superação de óbices, pois os óbices são igualmente específicos e requerem estratégias também específicas para serem superados. Só as superpotências dispõem de todos os meios e recursos para alimentar a pretensão à polivalência, mas mesmo elas adotarão estratégias exclusivas em cada caso enfrentado⁶.

O segundo aspecto refere-se à essência ativa das estratégias: elas consistem basicamente em ação, mesmo que sua finalidade seja coagir o adversário à passividade. Meios de qualquer tipo são inertes por natureza; são os diversos modos de empregá-los e a determinação de pô-los em prática que configuram as estratégias. Mesmo na dissuasão nuclear, não é a simples posse de armas atômicas que dissuade, é a firme disposição planejada de fazer uso delas que surte o efeito dissuasor⁷.

Não convém, portanto, acreditar no argumento falacioso de haver dissuasão sem que haja intenção ameaçadora de um agressor e, por outro lado, sem uma ação específica para gerar o efeito dissuasivo⁸. Acreditar nessa ilusão significa, na realidade, desacreditar da estratégia ou acreditar em sua vacuidade, já que o objetivo político de evitar o conflito armado – mera abstração nesse caso, em virtude da ausência de um agressor – seria obtido de mão beijada, sem qualquer ação do dissuasor. Tampouco se deve atribuir poder dissuasório a qualquer arma convencional, por mais moderna e poderosa que seja; confiar nisso é mais que simplesmente desconhecer os fundamentos da dissuasão, é dar as costas às lições da história.

Uma eventual dissuasão resultará geralmente de uma manobra específica, na qual a dialética de vontades seja testada por meio da aplicação paulatina de um

rol, previamente planejado de preferência, de ações de crescente gravidade, até que a vontade agressora desista de “pagar para ver” ou se chegue ao conflito aberto. A crise dos mísseis de 1962, embora envolvendo a ameaça nuclear, foi um claro exemplo histórico de manobra desse tipo, e pode-se considerar a tentativa anglo-francesa de apaziguar Hitler com a entrega da região dos Sudetos e o abandono da Tchecoslováquia, mediante o Acordo de Munique em 1938, como um malogrado esforço político-diplomático para dissuadi-lo, que talvez tivesse melhor êxito se acompanhado de inequívoca e resoluta manifestação da França e da Grã-Bretanha de defenderem militarmente o acordado⁹.

Em virtude de tudo isso, é preciso ter consciência de que estratégias apresentadas genericamente apenas como recurso retórico não têm significado algum; são conceitos desprovidos de *objeto*.

Convém ainda chamar a atenção para mais um aspecto. Diante da profusão de temas na atualidade, resultante da forte aceleração dos desenvolvimentos científicos e tecnológicos em todas as áreas de atividade, o afã de acompanhar esse ritmo frenético de novidades tende naturalmente a levar nossos estudiosos e pesquisadores a se dedicarem a questões cada vez mais específicas e particularizadas. Esse importante esforço para conhecer a crescente diversificação das “árvore” não pode, entretanto, acarretar a negligência com o interesse, tão ou mais importante, já que fundamental, de se considerar a “floresta”. O desejo de acompanhar o que é novo e fatalmente transitório não deve obscurecer a compreensão do que é perene e básico, ou seja, do que paira sobre todas essas novidades. É indispensável dispor-se de uma sólida base de conhecimentos referenciais, sobretudo históricos, e de princípios teóricos já consagrados que as impeçam de se extraviarem, caso se perca o farol dessas referências. É aconselhável evitar que a cada vez mais acentuada particularização do foco do que se estuda e se pesquisa ocorra às custas do arcabouço geral, já que isso resultará normalmente no esquecimento das referências básicas, na desatenção aos fundamentos. E o fundamento que aqui interessa é o conhecimento adequadamente aprofundado da teoria estratégica, que faz da estratégia também uma

ciência e um método, para que sejamos capazes de praticá-la eficazmente como arte.

Finalizando, este artigo não tem a pretensão de ser conclusivo. Seu único objetivo é que essas breves reflexões instiguem o debate sobre esse assunto e estimulem os oficiais dedicados às questões estratégicas e os acadêmicos interessados em assuntos de defesa a não apenas se aprofundarem no estudo das temáticas novas, mas também a não se descuidarem da necessária

abrangência fundamental de seus conhecimentos, não só para consolidá-los nessa importante área, essencial para a missão precípua das Forças Armadas, mas também para garantir a necessária amplitude de suas visões. Apenas sob esse prisma, parece possível se fornecer uma sólida base conceitual para a estruturação de nossa compreensão estratégica geral e para a concepção  de estratégias coerentes e efetivas para o

Referências

ARON, Raymond. **Paz e Guerra Entre as Nações**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais, 2002.

BEAUFRE, André. **Introduction à la stratégie**. Paris: Pluriel, 1998.

BEAUFRE, André. **Dissuasion et stratégie**. Paris: A. Colin, 1964.

BEAUFRE, André. **La stratégie de l'action**. Éditions de l'Aube, 1997.

GRAY, Colin S. **Modern Strategy**. Nova York: Harvard University Press, 1999.

PARET, Peter, org. **Construtores da Estratégia Moderna**. Rio de Janeiro: Bibliex, t. 2, 2001.

Notas

¹ Arte da dialética de vontades que empregam a força para resolverem seu conflito (Beaufre, 1998, p.34).

² Ver “Dissuasão Não-Nuclear, Limites e Aplicabilidade”. A Defesa Nacional, nº 794, 3º Quad. de 2002. Disponível em: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/ADN/article/view/5865/5088>.

³ A condição de neutralidade perpétua foi revogada pelo Tratado de Versalhes em 1919.

⁴ O general Franco chegou a desdobrar exércitos de campanha nos Pireneus para demonstrar sua determinação de defender a Espanha contra eventual invasão nazista (cf. Wikipédia), mas essa atitude dissuadiria a Alemanha se esta tivesse real interesse na conquista da Península Ibérica?

⁵ A pertinência de mantermos essa definição de estratégia deveria ser debatida, tendo em vista que já foram superados os óbices iniciais que provocaram sua adoção: o subdesenvolvimento e os vastos anecúmenos no território nacional.

⁶ As potências nucleares costumam definir genericamente seus interesses vitais com o objetivo de indicar a possíveis rivais sua disposição de defendê-los a qualquer custo, mesmo com armas atômicas se necessário.

⁷ A título de ilustração, os Estados Unidos elaboraram, em sequência, vários planos de ataque nuclear durante a Guerra Fria, os *Single Integrated Operations Plan* (SIOP), em que selecionavam os objetivos a serem atacados na União Soviética e calibravam seus mísseis para atingi-los. Os soviéticos certamente faziam o mesmo. O SIOP IV da época do presidente Reagan, por exemplo, estabelecia 60.000 alvos (ver Motte, Martin, org., *La Mesure de la Force. Traité de Stratégie de l'École de Guerre*. Paris: Tallandier, 3^a ed., 2021, p. 325).

⁸ Já houve quem ressaltasse a efetividade de nossa dissuasão pelo fato de conseguirmos manter nossas fronteiras externas livres de conflitos armados por tão longo tempo. Quem assim pensa confunde a total falta de ameaça com o efeito da dissuasão.

⁹ Resolução que não seria muito crível afinal, pois se abandonaram a Tchecoslováquia à própria sorte em troca da paz, por que não fariam o mesmo em relação à Polônia? França e Grã-Bretanha declararam guerra em setembro de 1939, mas mantiveram-se relativamente passivas até serem, por sua vez, atacadas. Hitler atacaria os poloneses com tanta desenvoltura se franceses e britânicos o obrigassem de imediato a lutar em duas frentes? “Entre a desonra e a guerra, aceitaste a desonra, e terás a guerra”, disparou Winston Churchill contra o então primeiro-ministro Neville Chamberlain, principal articulador do Acordo.

As implicações da dissuasão extrarregional e do antiacesso e negação de área para a Força Terrestre

Julio César Martini*

Introdução

A Política Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END) definem a dissuasão como uma das Capacidades Nacionais de Defesa e como uma estratégia para evitar ou impedir prováveis ou presu-míveis ações bélicas por parte de oponentes reais ou potenciais, com ênfase central no território nacional, na soberania e nos interesses nacionais (Brasil, 2024).

O *antiacesso e a negação de área* (A2/AD) são termos que definem o conceito de uma estratégia com grande destaque no cenário internacional. Ela consiste, de forma geral, na redução da liberdade de ação, no impedimento ou no retardamento de adversários ou inimigos mais fortes que almejam ocupar ou atacar o território do oponente mais fraco (Krepinevich; Watts; Work, 2003).

A estratégia de A2/AD representa capacidades militares aplicadas a uma situação predominante de defesa, marcada por assimetrias entre os oponentes (Teixeira Júnior, 2021). A necessidade de modernização e desenvolvimento das Forças Armadas brasileiras denotam um esforço contínuo direcionado ao aperfeiçoamento da dissuasão. A aplicação de sistemas modernos, de longo alcance e com atuação em diversos domínios são os que se destacam na transformação das Forças Armadas, dentre os quais se podem citar o Sistema de Mísseis e Foguetes e o Sistema de Defesa Antiaérea (Brasil, 2024b).

Por seu turno, o Exército Brasileiro (EB) tem seu emprego baseado na distribuição de forças pelo país. A mobilidade de seus meios, particularmente de suas brigadas, complementados por outros módulos de apoio, elucidam o conceito de emprego da Força Terrestre. Nesse quadro, os projetos de sistema de defesa antiaérea e de sistema de mísseis e foguetes desempenham entre as medidas para repelir ou impedir ações hostis contra o Brasil (Ferreira, 2018).

Dentro desse contexto, uma das áreas prioritárias para o Brasil inclui a América do Sul, a Costa Ocidental da África, a Antártica e o Atlântico Sul, considerados seu entorno estratégico. Essas regiões são essenciais para a projeção do país no cenário regional e internacional (Brasil, 2024b).

A América do Sul e o Atlântico Sul são áreas especialmente importantes para o desenvolvimento do Brasil. A ausência de conflitos e sua potencialidade econômica revelam-se como um cenário promissor ao progresso da região. Em que pese tal condição, é possível a interrupção de tal conjuntura, de maneira que o Brasil seja compelido a promover a solução de impasses regionais ou defender seus interesses diante de ações extrarregionais (Brasil, 2024b).

Em face do exposto, surge a seguinte questão: quais as implicações para a Força Terrestre no caso de adoção de uma estratégia nacional A2/AD em apoio à dissuasão extrarregional?

* Maj Art (AMAN/2008, EsAO/2017, ECEME/2024). Possui o curso de Artilharia de Costa e Antiaérea (EsACosAAe/2014) e o *Field Artillery Captain Career Course* (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais de Artilharia de Campanha), em Fort Sill, Oklahoma (2020). Atualmente, integra o Estado-Maior da 23ª Brigada de Infantaria de Selva (Marabá/PA).

A partir desse questionamento, pode-se definir que o objetivo geral deste artigo será expor de que forma a Força Terrestre pode apoiar-se em uma estratégia nacional de A2/AD para fortalecer a dissuasão extrarregional. Nesse intento, busca-se identificar a necessidade de aperfeiçoamento de capacidades para contrapor-se às ameaças à soberania e aos interesses nacionais.

A metodologia adotada inclui análise de fontes acadêmicas e doutrinárias nacionais e internacionais, aplicando um pensamento dedutivo com suporte em estudo bibliográfico. Este estudo se mostra relevante, na medida em que reúne arcabouço teórico coerente com os Objetivos Estratégicos do Exército (OEE), particularmente, o OEE 001 – Aprimorar a Capacidade de Dissuasão (Brasil, 2024a). A referida análise promove a ampliação dos conhecimentos acerca da estratégia A2/AD e sua aplicação pela Doutrina Militar Terrestre, subsidiando futuras propostas que visem ao fortalecimento das estruturas do Exército e à consecução de seus objetivos estratégicos.

Desenvolvimento A dissuasão extrarregional

O aprimoramento de uma estratégia de dissuasão extrarregional faz-se presente nas políticas de defesa de alguns países da América do Sul, em razão da posição estratégica do continente e do possível envolvimento de potências extrarregionais em seus assuntos locais (Teixeira Júnior, 2021). Nesse sentido, o Brasil, com sua população expressiva, a sua elevada capacidade industrial, a sua abundância de recursos naturais em terra e no mar, relaciona diretamente o desenvolvimento nacional com a defesa de seus interesses e sua soberania (Brasil, 2024).

O *Glossário das Forças Armadas* esclarece que a dissuasão é uma atitude estratégica, que visa desaconselhar adversários, reais ou potenciais, de possíveis ou presumíveis propósitos bélicos pela aplicação dos diversos campos do poder de uma nação, inclusive os militares (Brasil, 2015). Dentro desse aspecto, a existência de uma “cobiça internacional”, que se define como o

interesse de potências exteriores nos assuntos estratégicos que afetam a nação brasileira, a exemplo dos recursos naturais e energéticos, reforça a necessidade de uma postura dissuasória (Tokatlan, 2009; Medeiros Filho, 2010).

A relativa estabilidade da porção sul do continente americano tem fortalecido a integração e sugerido uma aproximação com finalidade dissuasória contra o interesse de grandes potências. As ligações entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) exemplificam as relações que, por meio de ações políticas, promovem maior integração de suas sociedades e economias. Desse modo, tais medidas visam ampliar o desenvolvimento de seus países frente ao concerto das nações (Tokatlan, 2009; Medeiros Filho, 2010).

Em nível global, o sistema internacional e suas relações permitem identificar uma competição crescente entre superpotências, tensionando os laços supranacionais. Esse cenário promove disputas geopolíticas, antagonismos e conflitos de interesses, de onde emergem diversos atores, a exemplo dos Estados Unidos da América (EUA), da Rússia, da China, da Alemanha e do Reino Unido (Brasil, 2023).

Na América do Sul, onde há vulnerabilidades econômicas e fronteiriças, o interesse de potências extrarregionais desafia a segurança regional e exige iniciativas de cooperação militar. Nesse escopo, as ações dissuasórias buscam preservar a autonomia regional e a integridade dos recursos naturais, favorecendo, assim, uma posição de respeito entre as Forças Armadas brasileiras e suas contrapartes estrangeiras, tudo isso a fim de promover uma atmosfera de cordialidade e cooperação mútua (Pastrana, E.; Hernan, J.; Freer, B. *et al.*, 2020).

A conjuntura global contribuiu para o aumento do uso de forças armadas no ambiente doméstico, pelos países sul-americanos. Essa situação favoreceu a redução da capacidade de combate das forças militares quando novas fontes de poder emergiram para ampliar sua influência global, utilizando a América do Sul para projetarem seu poder. Desse modo, a concepção inicial de cooperação e segurança entre os países da região sofreu redução e ofuscou o cenário estável regional (Pastrana, E.; Hernan, J.; Freer, B. *et al.*, 2020).

As condições econômicas, fisiográficas e populacionais do Brasil compõem, por si só, grande fator de dissuasão. Em contrapartida, a proteção do território exige elevado emprego de tecnologias de comando, controle, comunicações, inteligência, monitoramento e reconhecimento. Isso tudo vai ao encontro das necessidades para a condução de uma estratégia de antiacesso e negação de área que faça frente às ameaças extrarregionais (Pastrana, E.; Hernan, J.; Freer, B. *et al.*, 2020).

Diante disso, a identificação de três ameaças majoritárias permite o direcionamento de esforços da Força Terrestre: primeiramente, os desafios advindos da alteração das estruturas de poder globais. Outra ameaça é a presença de potências extrarregionais no seu entorno regional. Já a terceira situação considera os custos tecnológicos para a manutenção da soberania do país. Todos esses fatores podem levar ao desencadeamento de conflitos futuros e passam a exigir o fortalecimento de iniciativas na área de defesa (Pastrana, E.; Hernan, J.; Freer, B. *et al.*, 2020).

Vale destacar, ainda, a crescente importância geopolítica do Brasil. Tal situação reforça o estudo da dissuasão extrarregional, cuja essência é evitar ou impedir a ocorrência de atos hostis ou interferências em áreas de interesse nacional (Corrêa, 2021a). Para um país como o Brasil, o conceito estratégico de antiacesso e negação de área mostra-se apropriado para a dissuasão de potências extrarregionais. Essa estratégia desponta como importante fator de resposta aos países que tentarem se aproximar do território brasileiro para explorar suas vulnerabilidades ou ameaçá-lo (Pastrana, E.; Hernan, J.; Freer, B. *et al.*, 2020).

Ao mesmo tempo, a manutenção da cordialidade e do respeito pelos outros exércitos aproxima a Força Terrestre brasileira das forças armadas estrangeiras e abrange tensões militares. Tal condição favorece a cooperação militar regional e a manutenção de um espaço autônomo e livre da presença extrarregional, o qual, por sua vez, está presente no projeto geopolítico do Brasil (Medeiros Filho, 2010).

A estratégia de dissuasão manterá sua prioridade dentro da Estratégia Nacional de Defesa brasileira, com posição de destaque nas áreas de interesse do Estado: o seu entorno estratégico, composto pela América do Sul, pelo Atlântico Sul, pelos países da costa ocidental africana e pela Antártica (Brasil, 2023).

Atores extrarregionais no entorno estratégico brasileiro

A parte do oceano Atlântico que banha o litoral brasileiro é denominado Atlântico Sul. Essa região marítima também é um espaço de grande importância geopolítica. Além de abranger três continentes – a América, a África e a Antártica –, dispõe do corredor Natal-Dakar, da Rota do Cabo e da Passagem de Drake, como corredores estratégicos. Os importantes fluxos econômicos, políticos e culturais marcam a história da região e têm gerado um maior estreitamento dos laços dos países ali presentes, desde o início do século XXI (Da Silva Höring; Weber; Closs, 2014).

A existência de riquezas minerais e de fontes energéticas fortalecem o reposicionamento da região no cenário internacional. Um desses aspectos consiste na crescente presença chinesa nos países africanos, a partir da década de 1990. Paralelamente, a Índia projeta seus interesses na região, aos moldes da China, para assegurar seu domínio sobre recursos energéticos. No entanto, sob a perspectiva histórica, os países europeus e os Estados Unidos da América são os principais atores extrarregionais no Atlântico Sul (Da Silva Höring; Weber; Closs, 2014).

A costa atlântica sul-americana possui cerca de 1,5% das reservas mundiais de petróleo. O Golfo da Guiné, no Atlântico Sul africano, detém em torno de 3% das reservas de hidrocarbonetos. Da mesma forma, a vida marinha do Atlântico Sul provê uma importante fonte de alimentos e desenvolvimento de pesquisa. As reservas de minerais estratégicos no leito oceânico asseguram a presença de inúmeros nódulos metálicos, como níquel e cobre, entre outros. As ilhas existentes no Atlântico Sul favorecem a existência de bases navais, pontos de projeção e comunicação tanto para a África quanto para a América do Sul ou Antártica (Da Silva Höring; Weber; Closs, 2014).

A presença britânica nas Ilhas de Ascensão, Santa Helena, Tristão Cunha e Malvinas corrobora uma perspectiva estabelecida por Therezinha de Castro sobre o interesse dessa nação no controle de pontos de passagem interoceânicos e sua projeção de poder sobre

a América do Sul. O cinturão de ilhas pertencente ao Reino Unido recrudesce a tendência de intervenções extrarregionais no entorno estratégico do Brasil. Soma-se a isso a capacidade militar expedicionária desse país, dotado de porta-aviões, submarinos nucleares, mísseis táticos e balísticos, os quais reforçam sua poderosa frota naval (Da Silva Höring; Weber; Closs, 2014; SIPRI, 2023).

O constrangimento conduzido pela elevada capacidade de projeção de poder e dissuasória dos Estados Unidos da América, especialmente militar, é outro aspecto que permeia as relações soberanas do Atlântico Sul. O restabelecimento da IV Frota no *United States Southern Command* e a criação do *African Command* (AFRICOM) reforçam a postura estratégica norte-americana de oposição à China e o desafio aos seus interesses na América Latina. As ações militares dos EUA na Líbia, em 2011, e no Mali, em 2012 e 2013, reforçaram a postura estadunidense de primazia dos seus interesses em detrimento de instituições decisórias e de diálogo, como a União Africana (Da Silva Höring; Weber; Closs, 2014).

A França é outra nação com significativa presença no entorno estratégico do Brasil. A posse de um território ultramarino, a Guiana Francesa, e a rede de influência sobre as antigas colônias francesas na África materializam a manutenção dos interesses franceses nessas regiões. A presença militar francesa no Senegal e outros países da África eleva os riscos de intervenção extrarregional nas temáticas que interferem na soberania brasileira. Além disso, a França possui porta-aviões, fragatas e submarinos nucleares, os quais elevam sua capacidade expedicionária (Da Silva Höring; Weber; Closs, 2014; SIPRI, 2023).

O antiacesso e a negação de área (A2/AD)

A estratégia da dissuasão pode ser apresentada por três variantes (Mearsheimer, 1983 *apud* Teixeira Júnior, 2020). Uma dessas variantes, a dissuasão convencional, exige a adequação de meios terrestres, navais e aéreos para negar acesso ao oponente e infligir o

máximo de desgaste, tornando custosa demais a manutenção da ofensiva em uma determinada área (Corrêa, 2021a).

O termo *antiacesso e negação de área* (A2/AD), em inglês *anti-access/area-denial*, foi reforçado há mais de uma década por analistas americanos que mencionaram a capacidade crescente da China em manter as forças dos Estados Unidos da América afastadas de suas águas costeiras e seu espaço aéreo. O termo *antiacesso* trata da habilidade de negar acesso a uma região, enquanto *negação de área* refere-se às capacidades de uma força impor elevado risco aos oponentes que tentarem permanecer em uma região, em razão da restrita liberdade de manobra e elevadas perdas que podem sofrer (Dalsjö; Berglund; Jonsson, 2016).

A essência da expressão *antiacesso e negação de área* (A2/AD) reflete em redução da mobilidade terrestre, marítima e aérea em determinada área geográfica, a qual impacta nas forças militares e na tomada de decisão desde o advento das tecnologias que permitiram o uso desses domínios na guerra. A ideia de utilizar armas de longo alcance para manter adversários afastados foi amplamente usada ao longo da história, como, por exemplo, nas ações de defesa adotadas pela União Soviética durante a Guerra Fria (Dalsjö; Berglund; Jonsson, 2016; Corrêa, 2021a).

A diferença atual reside nos novos equipamentos e tecnologias empregados. O ressurgimento dessa ideia ganhou força com as ações russas na Crimeia, em 2014, com a ideia de “bolhas de A2/AD”. Essas bolhas seriam áreas impenetráveis e de supremacia do poder aéreo, terrestre e naval russo (Dalsjö; Berglund; Jonsson, 2016; Corrêa, 2021a).

A realidade no mar Báltico permite a compreensão do grande dilema que essa estratégia vem impondo aos países da região. Finlândia e Suécia, particularmente, são países que ingressaram na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), e que identificam a real possibilidade de envolverem-se em uma crise com Moscou, pelo uso de seu território ou espaço aéreo por forças hostis. No caso sueco, uma série de medidas vem sendo adotadas para adaptar-se à ameaça A2/AD russa, como a melhor articulação de forças no território, maior dispersão de bases aéreas, compra de sistemas

de defesa antiaérea *Patriot* e o fortalecimento de alianças com os Estados Unidos (Dalsjö; Berglund; Jonsson, 2016).

A Rússia, por sua vez, jamais abandonou a confiança em armamentos convencionais em suas estratégias defensivas. O alcance dos sistemas de armas e sensores, além de prover a proteção de seu território, amplia o raio de ação para além de suas fronteiras. A estratégia A2/AD adotada pela defesa russa propõe, atualmente, a dominância sobre os Estados do báltico em menos de 60 horas. Nesse contexto, os mísseis de longo alcance garantem o controle sobre as áreas estratégicas e corroem o acesso de outras forças em suas proximidades. Além dos mísseis, os radares, os sensores, as ligações de dados e outros tipos de sistemas de apoio que auxiliam a detecção e o engajamento devem ser levados em consideração para compreender as capacidades A2/AD da Rússia (Dalsjö; Berglund; Jonsson, 2016).

As crescentes capacidades militares da China também estão em pauta nos estudos de defesa dos Estados Unidos da América. A segurança norte-americana de desdobrar suas forças em lugares distantes do globo passou a ser comprometida pelas vulnerabilidades a ataques. As capacidades A2/AD de alguns países passaram a reduzir a liberdade de manobra da maior força militar do planeta (Corrêa, 2021a).

A operação das tropas do Exército Americano e sua Força Aérea em ambientes distantes exigem o estabelecimento de controle de acessos pela Marinha dos EUA. Em oposição, o antiacesso e a negação de área restringem o controle do litoral para a garantia do suporte às tropas operando no interior de qualquer território. Além disso, a combinação de aeronaves e sistemas de defesa antiaérea impedem a obtenção da superioridade aérea pelas forças dos Estados Unidos. Com isso, as Forças Armadas norte-americanas vêm sendo influenciadas a distanciarem-se dos litorais, dos pontos de acesso e das bases em terra, que antes poderiam controlar facilmente (Krepinevich; Watts; Work, 2003).

O acesso a sensores, mísseis balísticos e agentes químicos, biológicos, radiológicos ou nucleares elevaram as capacidades de inúmeras forças armadas. Esse fato ampliou proporcionalmente os riscos para as ações de outras nações para projetar poder, particularmente

grandes potências. Os grandes desafios das tecnologias A2/AD são substancialmente maiores para qualquer oponente. A necessidade de uma abordagem conjunta para esse dilema impõe a adoção de soluções no campo operacional, tecnológico e fiscal para as forças armadas que insistirem em superar essa estratégia (Krepinevich; Watts; Work, 2003).

As operações de A2/AD são desenvolvidas nos diversos domínios, como no ar, no mar e na terra. A superioridade aérea sobre o território; a utilização de artilharia, de foguetes e mísseis; o uso de campos de minas; a contaminação por agentes químicos; os sistemas antinavios, entre outros; são alguns exemplos das operações de A2/AD (Krepinevich; Watts; Work, 2003). Em suma, as capacidades A2/AD foram desenvolvidas para manter afastada a superioridade militar de uma superpotência (Corrêa, 2021a).

A doutrina de defesa antiaérea russa, por exemplo, colabora nas ações de A2/AD desse país e é baseada na integração de sensores e sistemas de armas para cobrir o espaço aéreo em grande profundidade. Esse sistema é chamado no Ocidente de *Integrated Air Defense System* (IADS) ou *Integrated Air and Missile Defense System* (IAMD). Atualmente, os destaques dos sistemas A2/AD russos, particularmente no exclave de Kaliningrado ou na região industrial de São Petersburgo são: S-400, S-300, o Pantsir-S, Tor (SA-15) e Buk (SA-11) como sistemas de defesa antiaérea (Dalsjö; Berglund; Jonsson, 2016).

Além disso, qualquer força hostil é mantida distante pelos diversos sistemas de armas operados de distintas plataformas, a exemplo dos mísseis antinavios, mísseis balísticos Iskander-M, mísseis táticos de cruzeiro e sistemas de foguetes (*Smerch Rocket Artillery System*) com alcance de até 90km (Dalsjö; Berglund; Jonsson, 2016).

As implicações para a Força Terrestre

A reduzida percepção da sociedade brasileira acerca das possíveis ameaças ao país é agravada pela natureza difusa dessas ameaças. A existência de uma força terrestre apta e moderna é de suma relevância para a

defesa dos interesses nacionais diante de tais desafios. A contestação dos mares, o ambiente informacional complexo e as dificuldades de domínio de tecnologias críticas são alguns dos óbices a serem enfrentados pela nação, exigindo a superação de vulnerabilidade pela Força Terrestre brasileira (Brasil, 2023).

A participação do Brasil nas disputas geopolíticas vem exigindo uma força terrestre apta a assegurar a consecução dos interesses nacionais, como a soberania, a segurança e a defesa nacional. Nesse quadro, as potências extrarregionais procuram envolver-se nos assuntos nas diversas partes do globo, entre as quais se inclui o entorno estratégico brasileiro. Essa região e suas características econômicas, política e psicossociais indicam a menor possibilidade de influência do Brasil no seu entorno, que se torna cada vez mais restrita sob a ótica da segurança e defesa, especialmente na América do Sul e no Atlântico Sul (Brasil, 2023).

As questões climáticas, a conservação de recursos naturais e a temática ambiental prejudicam a autonomia do Brasil por influência direta e indireta de potências extrarregionais. A adoção de uma postura dissuasória brasileira demanda do poder militar o encontro de uma ferramenta útil para assegurar sua estratégia na consecução de objetivos nacionais. Essa condição abre espaço para o fortalecimento de argumentos que se apoiam no conceito operacional de A2/AD (Brasil, 2023).

O A2/AD requisita diversas capacidades, como de defesa antiaérea de média e grande altura e a missilística. Essas características reforçam a necessidade de implementar medidas na temática de defesa, o fortalecimento das relações diplomático-militares entre os países da América do Sul e do Atlântico Sul, além do aprimoramento das capacidades militares nacionais. Essas oportunidades auxiliam na oposição ao crescente aumento da presença de potências no entorno estratégico brasileiro e suas capacidades de influenciar os interesses nacionais (Brasil, 2023).

A estratégia A2/AD busca dissuadir adversários pelo emprego de meios diversos, como o de artilharia antiaérea, cibernética, guerra eletrônica ou de mísseis. O emprego de distintas capacidades promove maior possibilidade de controle de uma área, negando-a ou impedindo seu acesso (Corrêa, 2021a). Em virtude desse quadro, o desenvolvimento de uma doutrina de

emprego com base em A2/AD enfrenta desafios como os da logística, da segurança e da geografia, para a obtenção de capacidades plenas para o seu êxito (Teixeira Júnior, 2021).

A Estratégia Nacional de Defesa busca suprir lacunas por meio da análise de responsabilidade no tema de defesa e segurança brasileira (Amorim, 2013). A Força Terrestre, nesse sentido, insere-se com papel de destaque no desempenho de uma defesa de valor dissuasório (Teixeira Júnior, 2021), sobretudo pela sua mobilidade estratégica e a capacidade de obter poder de combate decisivo, evidenciando aspectos essenciais ao desempenho de campanhas militares modernas (Corrêa, 2021a).

A Força Terrestre precisa continuamente aprimorar suas capacidades. O desenvolvimento, aquisição e incorporação de recursos militares têm como objetivo garantir uma força adequada para sustentar uma estratégia nacional dissuasória (Medeiros Filho, 2010).

No contexto de antiacesso e negação de área, uma das prioridades é a adoção de plataformas capazes de engajar alvos aéreos, marítimos e terrestres. Sistemas de mísseis e foguetes são fundamentais para atingir esses objetivos, permitindo afastar ameaças do litoral e das fronteiras nacionais, preservando a soberania do Brasil e dissuadindo possíveis adversários (Brasil, 2023).

A Força Terrestre também fortalece sua Capacidade Militar Terrestre (CMT) por meio das Capacidades Operativas (CO), que são agrupadas para possibilitar a execução de tarefas específicas. Essas CO são desenvolvidas com base no acrônimo DOAMEPI: Doutrina, Organização, Adestramento, Material, Educação, Pessoal e Infraestrutura (Brasil, 2019).

Por exemplo, o Sistema de Artilharia de Mísseis e Foguetes é parte do Plano Estratégico do Exército 2024-2027, vinculado ao Objetivo Estratégico Nr 01: Aprimorar a capacidade de Dissuasão. Esse sistema integra a Capacidade Militar de Superioridade no Encuentro, definida como a habilidade de superar ameaças para impor a vontade ou a derrota ao inimigo (Brasil, 2015; Brasil, 2019). Uma das vantagens desse sistema é a sua autonomia operacional, com comunicações, apoio logístico e direção de tiro próprios. Sua rápida mobilização e execução de disparos garantem uma resposta eficaz às ameaças (Brasil, 2021).

Por outro lado, a defesa nacional apresenta vulnerabilidades no espaço aéreo, especialmente na região Norte, onde há áreas que carecem de defesa antiaérea. Essa lacuna evidencia a necessidade de fortalecer capacidades para enfrentar ameaças que possam explorar essa fragilidade (Rocha, 2020).

A artilharia antiaérea segue o princípio da defesa em profundidade, que se alinha à estratégia A2/AD. O alcance dos sistemas de armas e detecção determina o controle aéreo em diferentes níveis. De maneira semelhante, os Estados Unidos utilizam essa abordagem em suas operações, com sistemas complementares de diferentes alcances e alturas, dividindo o espaço aéreo em zonas de emprego específicas (Oliveira, 2021). O Programa Estratégico de Defesa Antiaérea busca reduzir a defasagem tecnológica e aumentar a eficiência na proteção do espaço aéreo nacional indo ao encontro das necessidades de defesa da nação brasileira (Rocha, 2020).

A implementação de programas estratégicos fortalece a dissuasão extrarregional, a capacitação em tecnologias sensíveis e a Base Industrial de Defesa (BID). Projetos como o desenvolvimento da defesa antiaérea de média altura e do míssil tático de cruzeiro (MTC) beneficiam a proteção de estruturas estratégicas, a defesa costeira, o monitoramento do espaço aéreo e a interoperabilidade entre as forças armadas, contribuindo diretamente para o atingimento dos Objetivos Nacionais de Defesa (Rocha, 2020).

A Força Terrestre assume um papel estratégico na cooperação regional, visando reduzir vulnerabilidades no sistema de defesa nacional por meio de exercícios conjuntos e operações combinadas, como o Atlasur, Unitas, Guinex III e Arandu, que fortalecem a integração entre os Estados e suas forças militares. Além disso, os intercâmbios militares, envolvendo alunos e instrutores de diferentes países, contribuem para o estreitamento de laços, o compartilhamento de informações e a aproximação entre as forças terrestres, diminuindo, assim, as brechas para a influência de atores extrarregionais (Rocha, 2020; Corrêa, 2021a; Brasil, 2023; Brasil 2024a).

Conclusão

O presente artigo se propôs a realizar uma breve análise de alguns aspectos relevantes para a defesa nacional, a exemplo da dissuasão extrarregional, do antiacesso e da negação de área (A2/AD). Tais aspectos influenciam a inserção do Brasil no cenário regional e extrarregional, bem como têm reflexos relevantes para a Força Terrestre.

Assim, foi possível compreender o questionamento proposto sobre as implicações para a Força Terrestre a partir da adoção de uma estratégia A2/AD nacional em apoio à dissuasão extrarregional. Dentro deste trabalho, ficou evidente a crescente influência, pressão e interferência de potências extrarregionais no entorno estratégico do Brasil.

Essa condição gera necessidade de defesa de áreas prioritárias, como os locais de desenvolvimento e concentração do poder econômico, político e psicossocial. O extenso litoral, a grande fronteira e as conexões terrestres com diversos países são aspectos nacionais estreitamente ligados ao estudo da dissuasão extrarregional.

A capacidade de dissuasão é um dos cernes da estratégia de defesa do Brasil. Tal fato exige o desenvolvimento de capacidades militares terrestres para permitir a aptidão de engajar ameaças na fronteira terrestre, no litoral e no espaço aéreo, assegurando a inviolabilidade do território nacional.

Desse modo, dentre as inúmeras implicações para a Força Terrestre, pode-se destacar a necessidade de adoção de meios aptos à proteção do território nacional, ao mesmo tempo em que permite projetar poder de terra para as áreas mais afastadas de interesse. Nesse sentido, os meios de defesa antiaérea e de mísseis e foguetes crescem de importância e ganham destaque na estratégia A2/AD para a dissuasão extrarregional.

A possibilidade de atingir alvos por meio de sistemas de longo alcance envolve a integração de sensores e sistemas de armas que projetam poder para além do território nacional. Essa capacidade fornece segurança e dissuasão, indo ao encontro da soberania e defesa dos interesses nacionais.

Vale salientar que a implementação desses meios promove o estudo, o desenvolvimento tecnológico e a aquisição de produtos oriundos da Base Industrial de Defesa. Com isso, o fortalecimento das capacidades produtivas nacionais também é influenciado pela adoção dessas estratégias.

Outro ponto relevante para a Força Terrestre é a sua inserção como instrumento de cooperação regional para tentar reduzir as vulnerabilidades no sistema de defesa nacional. Nesse contexto, o incremento de exercícios e de operações combinadas com outros países, como o Atlasur, a Unitas, a Guinex III e a Arandu, permitem a cooperação entre os Estados do entorno estratégico brasileiro e as suas forças terrestres. Da mesma forma, a realização de intercâmbios militares com alunos e instrutores de outros países cria facilidades para o estabelecimento de laços, de compartilhamento de informações e de aproximação entre as forças

terrestres, reduzindo as lacunas para influência de outros atores extrarregionais.

Por seu turno, a Estratégia Nacional de Defesa fortalece a adoção de uma estratégia de antiacesso e negação de área pelas Forças Armadas para obtenção de maior controle do país sobre suas áreas e para servir como mecanismo de resolução de problemas securitários na região da América do Sul e Atlântico Sul (Da Silva Höring; Weber; Closs, 2014; Brasil, 2024).

Por fim, ficou evidenciada a importância da dissuasão extrarregional e da estratégia A2/AD para a Força Terrestre, no intuito de favorecer a conquista de objetivos estratégicos. Outrossim, as relevâncias de tais temas reforçam a necessidade de obtenção e aperfeiçoamento de capacidades pelo Exército Brasileiro, que conduzirão a expressão militar do poder nacional em nível compatível com a grandeza do país e a proteção de seus interesses. 

Referências

AMORIM, Adriano Portella de. **Novos paradigmas para a defesa e a segurança nacionais**. 2013. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/50/200/ril_v50_n200_p7.pdf. Acesso em: 20 mar 2023.

ALVES, Ângelo Oliveira. **O sistema ASTROS como uma ferramenta de dissuasão e presença**. Coleção Meira Mattos: Revista das Ciências Militares, v. 17, n. 58, p. 43-60, 2023.

BERNARDINO, Juliana Monteiro *et al.* **Os Desafios da Defesa e da Segurança na América do Sul**. UNESP, 2013. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/ptbr/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/xiv_cadn/osa_desafiosa_daa_defesaa_ea_daa_segurancaa_naa_americaa_doa_sul.pdf. Acesso em: 13 mar 2023.

BRASIL. Exército Brasileiro. **A dissuasão convencional, antiacesso e negação de área**: subsídios para uma estratégia brasileira. Centro de Estudos Estratégicos do Exército: Análise Estratégica, 21 (3), jun/ago 2021. Disponível em: <http://ebrevistas.eb.mil.br/CEEEExAE/article/view/8491/7360>. Acesso em: 10 fev 2023.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Manual de Fundamentos Conceito Operacional do Exército Brasileiro – Operações de Convergência 2040**. 1. ed. 2023. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sg8/003_manuais_carater_doutrinario/03_manuais_de_fundamentos/port_n_971_eme_10fev2023.html. Acesso em: 20 fev 2023.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Manual de Campanha Grupo de Mísseis e Foguetes**. Edição Experimental. 2021 Disponível em: https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/9117/1/EB70-MC-10.363_GMF.pdf. Acesso em: 20 jun 2023

BRASIL. Exército Brasileiro. **Manual de Fundamentos Doutrina Militar Terrestre**. 1. ed. 2019. Disponível em: <http://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/4760>. Acesso em: 27 mar 2023.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Planejamento Baseado em Capacidades e Transformação da Defesa**: desafios e oportunidades do Exército Brasileiro. Centro de Estudos Estratégicos do Exército: Artigos Estratégicos, 8(1), 27-54. 2021b. Disponível em: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/CEEEExArE/article/view/4843>. Acesso em: 26 maio 2023.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Plano Estratégico do Exército 2024-2027**. Brasília, DF: Exército Brasileiro, 2024a.

BRASIL. Ministério da Defesa. **1ª Minuta da Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, 2024b. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/arquivos-para-noticias/end_2024_-_1a_minuta.pdf. Acesso em: 12 nov 2024.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Glossário das Forças Armadas**. 5. ed. Brasília, 2015.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Portaria nº 309-EME, 23 de dezembro de 2014**. Catálogo de Capacidades (EB20 C 07.001). Brasília, DF, 2015.

CORRÊA, Fernanda das Graças. **Inovações tecnológicas e mobilidade estratégica e capacidades de antiacesso e de negação de área da China nos mares da Ásia-Pacífico no século XXI**. Revista ESG, V. 36, n. 78, p. 157-181, set/dez: 2021a. Disponível em: <https://revista.esg.br/index.php/revistadaesg/article/view/1174/1022>. Acesso em: 20 mar 2023.

DALSJÖ, Robert; BERGLUND, Christofer; JONSSON, Michael. **Bursting the Bubble**. Russian A2/AD in the Baltic Sea Region: Capabilities, Countermeasures and Implications. FOI: 2019. Disponível em: <https://www.foi.se/rest-api/report/FOI-R--4651--SE>. Acesso em: 1º abr 2023

DA SILVA HÖRING, Jéssica; WEBER, Leonardo; CLOSS, Marília Bernardes. **A presença de potências extrarregionais como ameaça à manutenção da zona de paz e cooperação**. UFRGS Model United Nations. p. 479-529. v. 2, 2014. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/ufrgsmun/2014/files/ZOP1.pdf>. Acesso em: 20 mar 2023.

ELLIS, R. Evan. **The U.S. Military in Support of Strategic Objectives in Latin America and the Caribbean**. PRISM – The Journal of Complex Operations, Vol. 8, nº 1, 2019. Acesso em: 25 mar 2023.

FERREIRA, Renato Rangel. **Reflexões sobre defesa conjunta da Amazônia**. Rio de Janeiro: ESG, 2018.

FUCCILLE, Alexandre; LUCIANO, Bruno Theodoro; BRESSAN, Regiane Nitsch. **Para Além do Comércio**: Mercosul, Democracia e Segurança Regional. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, p. 217-250, 2021.

GLESS, Keir; BOULEGUE, Mathieu. **Russia's A2/AD Capabilities**: Real and Imagined. The US Army War College Quarterly: Parameters 49 (1). United States Army War College Press. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.55540/0031-1723.2860>. Acesso em: 10 fev 2023.

GONÇALVES, Laura Castro. **A Defesa Antiaérea e a Segurança do Brasil**. 2019. Monografia. Graduação em Relações Internacionais. Faculdade de Ciências Econômicas, UFRGS, Porto Alegre, 2019.

KREPINEVICH, Andrew F.; WATTS, Barry D.; WORK, Robert O. **Meeting the Anti-Access and Area Denial Challenge**. Washington, DC: Center for Strategic and Budgetary Assessments, 2003. Disponível em: <https://csbaonline.org/uploads/documents/2003.05.20-Anti-Access-Area-Denial-A2-AD.pdf>. Acesso em: 10 fev 2023.

MATTOS, Carlos de Meira. **Estratégias Militares Dominantes**: sugestões para uma estratégia militar brasileira. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, BIBLIEX, 1986.

MEDEIROS FILHO, Oscar. **Entre a cooperação e a dissuasão**: políticas de defesa e percepções militares na América do Sul. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

OLIVEIRA, Ribeiro Gonçalves. **A obtenção das capacidades de Defesa Antiaérea de Médio e Grande Alcances no contexto de uma Estratégia de Antiacesso e de Negação do uso do Espaço de Batalha.** Policy Paper. Especialização em Política, Estratégia e Alta Administração Militar. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2021.

PASTRANA, E.; HERNAN, J.; FREER, B. *et al.* **Extra-regional threats to security policy Network on Security Between Peru and its neighbors.** Instituto de Estudios Internacionales. Pontificia Universidad Católica del Peru. 2020. Disponível em: www.idei.pucp.edu.pe. Acesso em: 20 maio 2023.

ROCHA, Alexandre Barboza. **A modernização da defesa aeroespacial brasileira, como fator dissuasório, com ênfase na artilharia antiaérea de média altura.** Policy Paper. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2020

SERRA, Luiz Eugênio Cardoso Rangel. **As possibilidades e limitações do Sistema ASTROS 2020 na contribuição para o incremento da dissuasão militar convencional brasileira, na atualidade, no contexto regional e extrarregional.** Trabalho de Conclusão de Curso. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2020.

TEIXEIRA JÚNIOR, Augusto W. M. **O Desafio da Dissuasão Convencional no Ambiente Multidomínio:** Antiacesso e Negação de Área como Resposta. Revista Análise Estratégica. v. 18 (4). set/nov 2020. Disponível em: <http://ebrevistas.eb.mil.br/CEEEAE/article/view/7011/6050>. Acesso em: 23 fev 2023.

TOKATLIAN, Juan Gabriel. **La crisis global y el Cono Sur:** una propuesta estratégica. El País. 2009. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-122573-2009-04-03.html>. Acesso em: 15 mar 2023.

YEVTOYEVA, M. G. **Development of the Chinese A2/AD System in the Context of US-China Relations.** Her. Russ. Acad. Sci. 92, set 2022. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1134/S1019331622120048#article-info>. Acesso em: 23 fev 2023.

Considerações sobre a identidade nacional brasileira: tópicos na intercessão das carreiras de estado¹

Tania Alexandra Malinski Alberti*

Introdução

O ponto de partida do presente exercício vem de um desafio lançado no artigo *O neoconstitucionalismo na era do geodireito*, de autoria do jurista e CMG Guilherme Sandoval Góes. O desafio é “analisar a relação epistêmica entre o direito e a geopolítica dentro do panorama jurídico-constitucional”, partindo da premissa de que existe uma correlação entre a forma de analisar a conjuntura externa e a capacidade de se ter uma autonomia de pensamento nacional (Góes, 2019, p. 168-169).

O artigo citado pressupõe o diagnóstico de que “a falta de compreensão do jogo geopolítico mundial dificulta a criação de uma geopolítica brasileira autóctone”, o que, em última análise, repercutiria na capacidade de o Estado brasileiro garantir o núcleo essencial da dignidade da pessoa humana de modo geral e irrestrito aos seus cidadãos (Góes, 2019, p. 169).

Por outro ângulo, talvez se possa afirmar também que a estruturação de uma teoria política e constitucional de inspiração brasileira condiciona, por sua vez, a compreensão da geopolítica mundial, uma vez que a definição do interesse nacional influencia como se percebe a agenda externa e como se absorve, no plano doméstico, o que é proposto pelos demais atores

no concerto das nações. Em outras palavras, a forma como se define internamente o que é nacional repercutiria sobre o que poderá vir a ser percebido como oportunidade e benefício, de um lado, ou como risco e ameaça, de outro.

Desse modo, a articulação e influência recíproca entre direito e geopolítica envolve igualmente o pensamento diplomático como um terceiro referencial na busca por autonomia teórica.

As competências institucionais do Itamaraty, assim como das Forças Armadas, são eminentemente constitucionais e vinculadas a princípios básicos do direito administrativo e do direito internacional público, ligadas à própria existência de um Estado soberano. O Ministério das Relações Exteriores (MRE) é parte integrante e essencial da pessoa jurídica que é o Estado brasileiro, pois é a expressão externa da União, a quem compete, pelo art. 21 da Carta Magna, relacionar-se com Estados estrangeiros. Entre os princípios das relações internacionais elencados no artigo 4º da Constituição Federal, encontram-se a própria independência nacional (inciso I); ao lado da autodeterminação dos povos (inciso III).

* Diplomata, primeira-secretária do quadro especial. Instituto Rio Branco (IRBr/2001), Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD – IRBr/2005) e CAEPE (ESG/2007). É bacharel em Direito pela Universidade de Brasília (1995), possui especialização em Direitos Humanos [pós-graduação *lato sensu*] pela Universidade de Brasília (1998) e doutorado em Filosofia pela Universidade Federal de São Carlos/SP (2012). Função atual: Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço – DMAE/DDEF, encarregada da Política Marítima Nacional junto ao Estado-Maior da Armada (EMA). Endereço eletrônico: tania.malinski@itamaraty.gov.br; ivanor.tania@gmail.com.

A Constituição Federal representa, naturalmente, o ponto culminante na hierarquia das normas, compreendendo tanto o direito público quanto o privado, e representa o enquadramento dos diferentes campos do pensamento nacional que repercutem sobre as carreiras de estado. O fundamento constitucional é, dessarte, a base comum tanto para a diplomacia quanto para a defesa: ele encerra não apenas a referência legislativa como também o conteúdo axiológico e de consciência decisória que abrange memória, princípios, tradições e ética corporativa. Há, portanto, uma nítida confluência entre defesa e diplomacia no âmbito da norma e dos valores constitucionais em assuntos relativos à estrutura do Estado, à prática administrativa, à integridade, à organização hierárquica, à representação do interesse nacional e à contribuição para a inteligência nacional.

Estabelecido o *caveat*, o presente artigo é sobretudo um chamado à reflexão sobre identidade nacional, neste plano de considerações em que direito, geopolítica e teoria diplomática convergem e se reforçam mutuamente. Trata-se de um convite a percorrer brevemente alguns aspectos históricos da formação e do pensamento brasileiro em que se pode verificar uma elaboração em torno da consciência nacional e, por conseguinte, da identidade do Brasil como Estado-nação. O itinerário reflexivo proposto aborda tópicos que podem se inserir em várias disciplinas que tangenciam de algum modo a Teoria Geral do Estado. Acredita-se, assim, que a temática da identidade nacional seja pertinente ao nosso constitucionalismo ao mesmo tempo em que possa constituir vetores do pensamento estratégico e da política externa.

As reflexões em torno do tema permitirão também entrever uma preocupação humanista como alicerce comum para a diplomacia, o direito e a defesa: a proteção jurídica da dignidade da pessoa humana. Como aponta o jurista Manoel Gonçalves Ferreira Filho em seus *Comentários à Constituição Brasileira de 1988*, “... para o direito constitucional brasileiro, a pessoa humana tem uma dignidade própria e constitui um valor em si mesmo...” (1990, p. 19). Por esse prisma, poder-se-á também tangenciar a segunda questão proposta pelo CMG Sandoval Góes, que é a de que o pensamento nacional esteja a serviço, em última instância, de projetos de desenvolvimento que resguardem a dignidade da população brasileira.

Entre os aspectos que estão associados à formação da ordem jurídica do Estado brasileiro, destaca-se a obra de Alexandre de Gusmão e do Barão de Rio Branco na interface direito/diplomacia, que se comunica também com aspectos geográficos⁴. Crescente-se que a excepcional formulação intelectual de ambas as personalidades representou um legado que singularizou não somente a trajetória brasileira, mas o continente sul-americano como um todo. Como será retomada, a visão do general Carlos de Meira Mattos, nesse sentido, foi a de que a contribuição conceitual de Alexandre de Gusmão no campo do direito internacional foi fundamental para diferenciar e distinguir uma dimensão da identidade jurídica e política sul-americana frente à das ex-metrópoles europeias (Meira Mattos, 1975, p. 42). Essa visão oferece um exemplo de conceitos e princípios que no passado disseram respeito à soberania, justamente integrando teoria jurídica, ação diplomática e resultado geopolítico dentro do diálogo interdisciplinar que ora se propõe.

Ao final, o artigo ressalta singularidades da trajetória brasileira que ajudam a compreender as opções tradicionais do país por um discurso dissuasório [estratégia], alinhado com o argumento jurídico [direito] e universal do ponto de vista dos princípios que embasam sua ação externa [diplomacia].

Atualidade e pertinência do tema

É praticamente um consenso na literatura sobre relações internacionais que o cenário internacional de hoje parece reacomodar-se em torno de novas configurações, que tende a ser mais imprevisível e instável, e que volta a ser palco de conflitos entre potências, já que a institucionalidade dos organismos multilaterais deixou de ser objeto de concordância entre atores centrais responsáveis por sua arquitetura original.

Trabalho analítico recente do coronel Paulo Roberto da Silva Gomes Filho a respeito da guerra na Ucrânia explicita o desafio de uma ordem internacional cujos preceitos jurídicos vedam claramente a invasão e a conquista de territórios, diante do fato de que a Rússia é um dos principais Estados-membros das Nações Unidas, com poder de voto no Conselho de

Segurança. O mesmo autor conclui que, independentemente das motivações, das teorias ou mesmo da legislação internacional, “... a guerra é um fenômeno ainda presente, para o qual os exércitos devem estar permanentemente preparados...” (2023, p. 21).

O entendimento expressado pelo coronel Enio Azzi segue na mesma direção:

A incerteza sobre a ordem existente está aumentando devido à aceleração e à intensificação da competição interestatal nos domínios político, econômico e militar, na qual os Estados procuram moldar a ordem global e regional de acordo com seus interesses e ampliar suas áreas de influência (Azzi, 2022, p. 24).

O professor Alcides Costa Vaz, por seu turno, agrupa que um contexto “marcado por acentuadas incertezas e crescente insegurança do ponto de vista externo” faz com que não haja apenas desafios à soberania nacional, mas também desafios da própria nação brasileira preservar e fortalecer laços de identidade e sentimento de pertencimento, “condições indispensáveis para se manter socialmente e politicamente coesa” (2022, p. 32).

Ao mesmo tempo, continua sendo verdadeira a afirmação do general Meira Mattos de que o “Estado-nação é a mais importante unidade na composição da força pública no campo dos assuntos internacionais” (1977, p. 133). Desse modo, o tema da identidade nacional do Estado como ator no cenário internacional segue relevante como fundamento para diretrizes gerais de formulação jurídica, política ou estratégica. Ademais, a identidade jurídica e política estatal parece ser um pressuposto lógico para o desenvolvimento pautado nos preceitos constitucionais, já que se precisa de uma identidade definida para que possa haver qualquer desdobramento subsequente.

Pelos argumentos expostos, o delineamento de um novo contexto internacional nos remete a rever aspectos do pensamento brasileiro sobre identidade nacional, em um esforço de redimensionar as condicionantes e potencialidades do Brasil, procurando os pontos de contato entre direito e geopolítica dentro do panorama

jurídico-constitucional, como sugerido pelo artigo do CMG Sandoval Góes, para formulação de uma visão própria sobre a realidade externa que contribua para o planejamento governamental (Góes, 2019, p. 169).

Por outro prisma, a atualidade das reflexões em torno da identidade nacional também reside na busca de planejamento que represente harmonia entre soberania e cidadania, na garantia do núcleo essencial da dignidade da pessoa de que trata a ótica de renovação do constitucionalismo (Góes, 2019). Se o Estado-nação segue como o ator principal no cenário internacional, uma composição entre as políticas de Estado e as demandas internas é incontornável e constitui base para qualquer estratégia de desenvolvimento.

Já em seu artigo 1º, nosso texto constitucional apresenta a soberania (inciso I) e a cidadania (inciso II) entre os fundamentos da República Federativa do Brasil. Na opinião do jurista Manoel Gonçalves Ferreira Filho, ao elencar a soberania como fundamento, a Constituição Federal sublinhou a “não-sujeição do Brasil a qualquer poder estrangeiro, seja ele de Estado estrangeiro, seja ele de organização internacional”. Soberania, portanto, refere-se a um aspecto externo, de independência (1990, p. 19). Com relação à cidadania, o constituinte teria tido a intenção de apontar para a noção de que a participação popular na tomada das decisões políticas seria indispensável (1990, p. 19).

Com efeito, soberania e cidadania são ambos pilares do Estado constitucional, do Estado-nação hoje definido como estado democrático de direito, onde a defesa da soberania se insere mais fortemente nas preocupações do Estado, enquanto a cidadania se reflete no exercício do voto e na garantia a um núcleo de direitos fundamentais da pessoa. Para Ferreira Filho, o propósito do texto constitucional ao definir a República Federativa do Brasil como estado democrático de direito foi “... mostrar que ele não pretende que o Brasil seja regido por leis formais que violem eventualmente os princípios fundamentais da democracia” (1990, p.18).

Por argumento semelhante, é de se supor também que soberania e cidadania sejam fundamentos conciliáveis e que coexistam de modo construtivo. Para que haja um redimensionamento ou equilíbrio entre esses dois pilares, parece necessário que haja mais espaço

conceitual para os aportes da geopolítica no que diz respeito ao Estado e um resgate da visão da diplomacia e da jurisprudência, no que diz respeito ao direito, o que só parece viável com uma redefinição de “democrático” que sinalize para um real encontro entre os argumentos da soberania e da autoridade, de um lado, e dos direitos e deveres da cidadania, de outro. Para tanto, o reencontro entre estratégia e política ou entre defesa e diplomacia passa por uma convergência conceitual e instauração de um renovado ciclo de intercâmbio de códigos interpretativos e de experiências.

O tema da identidade nacional parece oferecer esse ponto de contato entre as preocupações de servidores de carreira, o que reinstitui um diálogo entre geopolítica e política externa, entre direito constitucional e direito internacional, entre relações internacionais e projetos sobre desenvolvimento. Tanto militares quanto diplomatas são relevantes para a conceituação da identidade nacional, ambos lidam com autoimagem e fronteiras – físicas ou identitárias – e ambos operam na instância da resolução de conflitos, em que o constitucionalismo e o direito internacional passam a ser instrumental decisivo. Ademais, a harmonização e integração entre diversas instâncias da administração pública favorece de todo modo a união nacional.

A esse respeito, cabe reavivar o conselho de Meira Mattos:

Uma única política é possível e aconselhável ao bem do povo: compreensão mútua entre civis e militares; cordialidade na colaboração, ingerência esclarecida, altruísmo e competência no trato de assuntos estratégicos, em grau crescente, por parte dos homens públicos estranhos à farda (1977, p. 128).

As Forças Armadas e o desafio da integridade territorial

Para o embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa, a política externa do Brasil, entendida como projeção do território e instrumento de defesa e promoção dos interesses fundamentais do Estado no plano da convivência internacional, pode ser apreciada em três

grandes momentos na formação nacional: 1) a fase de *delimitação* do espaço nacional, que se inicia nas negociações entre Portugal e Castela, que resultaram no Tratado de Tordesilhas de 1494, e culmina com a transplantação da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808; 2) a fase de *consolidação* do espaço nacional, que corresponde ao período monárquico, embora se estenda até Rio Branco, e que significou momento em que a sociedade brasileira, já estruturada em um Estado, buscou ocupação efetiva e defesa territorial, além da definitiva configuração das fronteiras territoriais; e 3) a fase de *desenvolvimento* do espaço nacional, que se prolonga até os dias de hoje, quando a relação externa torna-se “fator de arregimentação de recursos, de negociação de coalizões e de neutralização de obstáculos ao desenvolvimento econômico e social do Brasil” (2012, p. 36, grifos nossos).

No atinente às preocupações com a ocupação territorial e integridade, ao longo das etapas de “delimitação, consolidação e desenvolvimento” do espaço nacional definidas pelo diplomata, cumpre dar centralidade à ação das Forças Armadas ao longo da história brasileira, uma vez que a identidade nacional praticamente forjou-se em conjunto com o seu surgimento.

Origem, vocação e projeção pelo direito: o papel da Marinha

O entrelaçamento entre identidade nacional e temas marítimos precede até mesmo a delimitação do espaço territorial brasileiro propriamente dito, uma vez que a navegação foi o vetor determinante do descobrimento. Pode-se dizer que as origens da vocação marítima do Brasil remetem a uma mística em torno da chegada das caravelas portuguesas em solo pátrio, fato que por si só envolveu desassombro, novidade, acaso e destino e que serviu de alicerce para uma identidade atlântica que ligaria o Brasil, a um só tempo, à Europa e à África e, em seguida, ao mundo.

O jurista e CMG André Panno Beirão, na obra *O valor do mar*, atribui o sentimento e a percepção do povo brasileiro sobre a temática marítima a fortes

raízes históricas, que derivam, em primeiro lugar, de uma visão estratégica que Portugal tinha com relação aos meios navais e que aliou domínio tecnológico, espírito de desbravamento e superação (2020, p. 50). Em sua visão, Portugal fez insólito uso do poder dissuasório para assegurar o espaço desconhecido representado pela vastidão oceânica, onde “navegar foi preciso” para que o país contornasse tanto a vizinhança ibérica espanhola quanto os dispendiosos deslocamentos por terra para ocupação na colônia. Desse modo, o oceano representou um mistério com o qual já havia alguma experiência prévia, o que explica a ocupação litorânea em terras brasileiras e um certo grau de unidade ao longo da costa marinha brasileira (Beirão, 2020, p. 50-52).

A navegação ribeirinha seria igualmente fator de integridade para um território em formação ao proporcionar controle das vias de acesso ao interior (Beirão, 2020, p. 61). A vascularização da presença naval por bacias hidrográficas traçou vias de circulação entre mar e sertão continental e expedições de navegação precursora auxiliaram na segurança marítima ao controlar o entorno da foz de rios na interiorização urbana. Navegação no contexto fluvial viria a ser relevante em especial para controle da entrada do rio Amazonas e também durante a Guerra do Paraguai, no Centro-Oeste e extremo Sul do país (Beirão, 2020, p. 52-53).

A navegação, que representou nascimento, união e proteção inicial, depois tornou-se meio de projeção para o mundo. De início, a abertura dos portos de 1808 significou o aporte de “outras gentes, ideias e mercadorias” (Macedo Soares, 2014, p. 259). A fase de novos influxos comerciais, já com independência política, ensejou desenvolvimento industrial e o Brasil chegou ao final do século XIX com indústria naval respeitada, mesmo que de acentuado enfoque mercante (Beirão, 2020, p. 53).

O fato de o Brasil figurar entre poucos países do mundo com capacidade de construção naval e fornecimento de serviços marítimos também inseriu o Brasil de modo engajado na discussão de regras e regimes internacionais. A indefinição jurídica dos espaços marinhos encerrava riscos não somente aos interesses econômicos dos Estados, mas também à paz e à seguran-

ça internacional (Macedo Soares, 2014, p. 263), sendo preferível o estabelecimento de critérios e de controle a uma situação anárquica e arbitrária resultante de exigências nacionais imprevisíveis (Fonseca, 1989, p. 188). Nesse cenário, a atuação multilateral brasileira em torno da temática marítima firmou-se inicialmente no sentido de evitar que critérios internacionais de navegação constituíssem obstáculo econômico ao crescimento da marinha mercante nacional (Fonseca, 1989, p. 19). Como resultante, a Marinha constituiu eixo para o desenvolvimento industrial em âmbito doméstico e, ao mesmo tempo, influenciou a atuação internacional brasileira.

Com o surgimento de organismo especializado das Nações Unidas para o tema, a postura brasileira manteve uma certa linha de continuidade. Ao tratar da atuação brasileira no contexto da Organização Marítima Internacional (IMO), criada em 1948, o embaixador Luiz Henrique Pereira da Fonseca sustentou que a participação do Brasil em âmbito multilateral foi coerente e refletiu a consciência de sua posição intermédia no mundo (2014, p. 115). Pode-se afirmar também que a criação de uma organização internacional para assunto de importância singular para a humanidade consagrou a convergência entre a vocação marítima e diplomática do Brasil em favor de soluções calcadas no direito das gentes. Assim, deduz-se que a importância dada pelo Brasil ao sistema multilateral ligado à temática marítima integrou e reforçou sua identidade externa propensa a soluções negociadas.

Como as duas instituições mais longevas no país, a Marinha e os Negócios Estrangeiros contribuíram para a maturidade estatal ao atuarem em conjunto como conciliadores e árbitros na representação do interesse nacional ao longo do tempo, selando parceria responsável em grande parte pela vocação brasileira para o universalismo em sua política exterior. Reuniões com alto grau de tecnicismo científico tornaram a Marinha aliada indispensável da diplomacia em matéria jurídica. Até os dias de hoje, o direito do mar continua a exigir a criação de critérios para complexas situações abarcando segurança militar nacional e preservação ambiental, a exemplo do conceito de patrimônio comum da humanidade, no qual convivem – a um só tempo – uma

negativa e uma asserção de direitos (Macedo Soares, 2014, p. 292).

Arregimentação, presença e pensamento independente: a contribuição do Exército

No contexto da fase de consolidação do espaço nacional, o Exército Brasileiro constituiu significativo divisor de águas entre a mentalidade colonial e uma autopercepção soberana, na transição de “portugueses americanos” a brasileiros (Azzi, 2022, p. 8). Mais adiante, teve

participação fundamental como instrumento de construção nacional e de manutenção da unidade territorial, sob ponto de vista de sua organização, garantindo sua presença nos mais distantes rincões do país (Medeiros Filho, 2022, p. 19).

A partir da independência, o Exército é reconhecido amplamente como fator de agregação dos diferentes aportes populacionais, já que “forças militares compostas por gente de toda classe, gênero, condição e cor” se reuniram para expulsar as tropas portuguesas (Azzi, 2022, p. 8).

Assim como atuou nas fronteiras humanas e geográficas, coube também ao Exército Brasileiro um papel de protagonismo com relação a expandir fronteiras conceituais, o que se pode constatar dos esforços em torno do desafio de um pensamento independente. E talvez o primeiro obstáculo superado tenha sido encontrar um crédito inicial para a população que se arregimentou em torno da causa da autonomia política, uma vez que, conforme aponta o coronel Enio Moreira Azzi, há registros sobre o período posterior à Declaração da Independência, segundo os quais a imprensa e a Corte portuguesa percebiam o Brasil como “um lugar imaturo, incompleto e inviável” (Azzi, 2022, p. 8).

Como ressalta também o coronel Oscar Medeiros Filho, o Exército Brasileiro contribuiria, ao longo da história independente brasileira,

... de forma essencial para a sistematização do pensamento geopolítico nacional, por meio dos debates em suas escolas militares e, principalmente, de publicações de sua intelectualidade (2022, p. 19).

Os fundamentos do pensamento geopolítico brasileiro são normalmente atribuídos ao ano de 1931 e à publicação do livro *Características Geográficas da América do Sul*, posteriormente denominado *Projeção Continental do Brasil*, de autoria do então capitão Mário Travassos (1891-1973) – (Medeiros Filho, 2022, p. 19).

A constatação de que o Exército contribuiu de forma decisiva para o surgimento do pensamento geopolítico pátrio também pode ser confirmada no conjunto da obra do general Carlos de Meira Mattos, onde há uma sensibilidade para estruturação de uma visão original do ponto de vista sistêmico. Em Meira Mattos, o Exército, de certo modo, tem um coroamento ou uma síntese da inteligência estratégica calcada na realidade nacional e que parte de conceitos adaptados à nossa conjuntura interna. Com Meira Mattos, autonomia de pensamento é praticamente considerada um pressuposto para a estratégia.

A crítica à assimilação sem critério de conceitos estrangeiros é clara na obra *Brasil – Geopolítica e destino*, a exemplo do trecho em que o autor afirma que, depois de apreciar vários métodos de avaliação de potencialidades e poder, opta por um próprio (Meira Mattos, 1977, p. 84). Em outra passagem, afirma o general: “Não deve o Estado nacional ficar sufocado na camisa de força de instituições políticas e jurídicas copiadas e que não enfocam a realidade da nação” (1977, p. 67).

Em diferentes termos, a visão de Meira Mattos mantém coerência com o que afirmara tempos antes Pandiá Calógeras:

Também, sempre procuramos ansiosamente ser e permanecer o que somos, e não toleraríamos revelar-nos meras cópias, mais ou menos perfeitas, de qualquer modelo estrangeiro, por mais adiantado e progressista que pudesse se evidenciar, desde que não fosse inspirado pelos mesmos ideais” (2009, p. 313).

Nos dias de hoje e ainda em consonância com o legado de Calógeras e Meira Mattos, o *Conceito Operacional do Exército Brasileiro* define conceitos institucionais como “orientações de alto nível que servem de base e fornecem contexto à formulação de concepções voltadas para as missões, características, organização,

funcionamento e emprego de forças militares”, constituindo documentos orientadores e suporte para os conceitos operacionais (*Manual de Fundamentos*, 2023, p. 2-1). A definição de conceitos institucionais que é integrada às Diretrizes do Conceito Operacional denota a busca por sistematização e coerência do pensamento nacional.

Identidade territorial, integração e solidariedade: a participação da Aeronáutica

No contexto mais amplo da atuação das Forças Armadas para o desbravamento, ocupação e desenvolvimento territorial, cumpre agregar a singularidade da contribuição histórica da Força Aérea Brasileira para a integração geográfica e, por conseguinte, para a formação de uma identidade pátria. As características do território brasileiro, de dimensões continentais e com extenso litoral atlântico, fizeram com que as missões militares de reconhecimento por via aérea adquirissem especial relevo para afirmação da nacionalidade no Brasil, sobretudo em regiões remotas e inóspitas, possibilitando interligação viária pioneira, que reforçou o sentimento de pertencimento e unidade nacional (Cambeses Junior, s.d., p. 2-11).

Em junho de 1931, a primeira viagem do Correio Aéreo Militar levaria correspondência do Rio de Janeiro para São Paulo, configurando depois um trajeto oficial conhecido como a “Rota do Vale do Paraíba”. A partir dessa iniciativa de vanguarda, inúmeras linhas aéreas seriam estendidas por todo o país e depois para fora do Brasil. O serviço de transporte de correspondência em aviões monomotores inicialmente foi chamado de Serviço Postal Aéreo Militar. A direção desse serviço precursor contou com o brilhantismo do brigadeiro Eduardo Gomes, ministro da Aeronáutica duas vezes, proclamado patrono tanto do Correio Aéreo Nacional quanto da Força Aérea Brasileira (Cambeses Junior, s.d.; p. 3-5).

Como afirmou Joaquim Pedro Salgado Filho, também ministro da Aeronáutica, foi no Correio Aéreo Nacional que se iniciou o “conhecimento do Brasil pelos brasileiros”. O ineditismo e alcance dos feitos realizados pelo Correio Aéreo Nacional podem ser medidos levando em consideração que, à época de sua criação, a

aviação comercial executiva se limitava, na maioria dos casos, a voos ao longo do litoral, ligando capitais dos estados. Nesse sentido, a criação de um correio aéreo no âmbito militar viabilizou a comunicação entre a costa e o imenso interior, propiciando o aprofundamento da ocupação da extensão territorial brasileira e permitindo o desenvolvimento da aviação nacional (Cambeses Júnior, s.d., p. 2-5).

Como registrado por Manuel Cambeses Junior, no opúsculo *A saga do Correio Aéreo Nacional*, não houve empreendimento desbravador de vulto no Brasil que não tenha contado, de algum modo, com a colaboração valiosa do Correio Aéreo Nacional. O mesmo autor ressalta aspectos que vão ao encontro dos fatores qualitativos que caracterizam o espírito nacional quando associa ao trabalho exercido pelas tripulações do Correio Aéreo Nacional “um senso de apostolado” na pronunciada disposição para prestar socorro e ajuda aos brasileiros (s.d., p. 9-10).

De fato, pode-se afirmar que tanto o serviço dos Correios quanto a FAB evocam uma similar afetividade no imaginário do cidadão. Cambeses Junior chega a argumentar que o Brasil possui um *estilo particular de operação aérea*, “... em que doutrina se identifica com a solidariedade e as decisões se obtêm pelo consenso inteligente e lógico”. Para o autor citado, o Correio Aéreo encarnou, desde seu primeiro voo, uma disposição de destemor e abnegação, o que traduz, ainda nos dias de hoje, um “anseio de ser útil” que permeia e move a Força Aérea Brasileira, vocacionada a participar intensamente do desenvolvimento nacional com espírito de sacrifício, determinação, entusiasmo, profissionalismo, idealismo e patriotismo (s.d., p. 11).

Coesão interna perante as dualidades

Outro tema que ressurge com frequência na literatura brasileira sobre geopolítica ao lado da preocupação com integração territorial é a correlata questão da coesão interna. A esse respeito, o general Meira Mattos chegou a preconizar que “A coesão nacional é um fator inseparável da liderança” (1975, p. 72). Em sua defi-

nição, coesão interna seria resultante de “... laços de solidariedade comunitários dinamizados em termos de lealdade suprema à nação” (1975, p. 86).

O desafio da coesão interna parece central à análise geopolítica, pois, ao se descrever o Brasil e sua suposta condição de país “em desenvolvimento”, é comum que se faça remissão ao tema da desigualdade como uma característica persistente e marcante na sociedade brasileira. De fato, várias dualidades devem ser sopesadas quando se aborda a questão da coesão interna no Brasil. Em primeiro lugar, a coesão nacional passa pela articulação entre nossa maritimidade e nossa continentalidade, como “nação continental com ampla fachada marítima”, como defendido por Therezinha de Castro (1982, p. 61-62).

A mesma autora ressalta que o Brasil “se engasta indiretamente nos Andes e se articula com as duas grandes bacias fluviais – a Amazônica e a Platina” –, o que configuraria uma outra dualidade brasileira com repercussão sobre diferenças regionais e socioeconômicas (1982, p. 53).

Mais recentemente, o coronel Oscar Medeiros Filho retoma a permanência da problemática da integração geográfica (já objeto de estudos pelo capitão Travassos) quanto ao desafio da integridade e da harmonização entre essas duas grandes bacias hidrográficas. Travassos, no passado, situara a mesma questão em termos de uma dualidade antagônica ou mesmo de antagonismos, como afirma o coronel:

(...) a análise das condicionantes geográficas da América do Sul por Travassos quanto aos desafios internos e externos da projeção nacional considera o continente sul-americano caracterizado por ‘dois grandes antagonismos’ que separam de forma longitudinal o litoral pacífico do litoral atlântico e, de forma transversal, a bacia do Prata da bacia do Amazonas (Medeiros Filho, 2022, p. 19).

Cumpre reconhecer que realidades regionais com marcadas diferenças seguem um desafio nacional e até continental. Ao mesmo tempo, as Forças Armadas seguem constituindo eixo integrador do Brasil no ofere-

cimento de educação cívica e de valores, na autopercepção do país como Estado-nação, na vanguarda de linhas de pesquisa acadêmica e na estrutura de produção da base industrial. Além disso, os oficiais militares continuam com a missão de manter presença nos vazios demográficos e fronteiras. Por todas essas razões, as Forças Armadas contribuem para a diluição das diferenças sociais e regionais.

Pelo exposto, um renovado olhar sobre estratégia é mais que bem-vindo, pois a coesão nacional constitui preocupação concorrente para o direito e para a diplomacia: a estabilidade interna é um fator de segurança e a política externa representa sempre uma unidade que, quanto mais coesa, mais pode ser bem representada. De certo modo, um mote para a diplomacia brasileira diante do contexto interno seria “reunir para melhor representar”.

Assim, a tradição de nossos oficiais militares no pertinente à presença, ao civismo, à capacidade simbólica de mobilização e aos permanentes esforços por uma visão independente da realidade nacional são também relevantes para o fortalecimento do discurso diplomático a partir de uma visão soberana acerca da realidade mundial.

A dimensão qualitativa na formação brasileira

Ao lado dos comentários sobre elementos históricos, geográficos, sociais e políticos apresentados até o momento, pode-se agregar uma análise de elementos imateriais formadores da identidade nacional. Acredita-se que, ao longo da formação da consciência nacional, pode-se perceber uma constante, que se situa no plano dos valores: uma dimensão qualitativa e humana que seria o reflexo simbólico da nacionalidade – como expressão do coletivo – na população.

Interessante notar que o historiador Pandiá Cá- lógeras, ao tratar da proclamação e consolidação da República na obra *Formação histórica do Brasil*, refere-se a uma “individualidade nacional”, no sentido de uma identidade nacional (2009, p. 193). A expressão parece remeter àquilo que é a um tempo individual e

preservado na entidade abstrata e coletiva, que é a nação: uma disposição, um caráter, uma inclinação. Com efeito, na raiz das tradições das Forças Armadas e do serviço exterior do Brasil está uma determinada disposição de espírito ou conjunto de valores que parece ter uma certa continuidade, o que Pandiá Calógeras situa no campo de uma qualidade, conforme a convicção de que temos no Brasil uma “civilização qualitativa”, que ele afirma ser inclusive “... inteiramente incompreensível para espíritos propensos a superioridades quantitativas” (2009, p. 313-314).

Assim, ao se aprofundar as singularidades da formação brasileira que ecoam em nossa identidade, é inescapável comentar novamente as influências herdadas, uma vez que a origem histórica do caráter geral da nação brasileira inevitavelmente revela uma inclinação para um determinado referencial de valores, como afirma o historiador:

O Brasil, como a maioria das nações sul-americanas, é produto legítimo do tronco ancestral ibérico, e herdou as feições especiais de um caráter étnico modelado por um catolicismo profundamente sentido, por seu culto das mais altas regras morais, pela dedicação absoluta aos preceitos de um cristianismo severo... (Calógeras, 2009, p. 313).

Calógeras chega a sublinhar a existência de veia idealista e espiritual na identidade brasileira:

Seus alvos revelam tendência inamolgável pelo idealismo, muito mais do que pelos lugares-comuns ou por modelos realistas. Na alma brasileira, espiritualidade, imponderáveis pesam muito mais do que meros aspectos materiais... (2009, p. 313).

Entre outros dados históricos que singularizam a formação brasileira, sem dúvida se pode agregar o fato de ter sido simultaneamente colônia e sede da Coroa portuguesa, fato que teve influência sobre nossa organização administrativa. Talvez por esse motivo, além do aporte da geografia, uma identidade nacional incli-

nada a soluções negociadas se forjou como centro da atuação do Brasil no mundo. Sobre esse fato histórico, é interessante rememorar que uma organização que se pode qualificar como constitucional de certo modo precedeu a independência, como descreve o diplomata Marcos Romero em *História da organização administrativa da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores (1808-1951)*:

A organização administrativa do Brasil, em suas linhas gerais, antecipou-se à Independência. Ao contrário do que aconteceu com os demais países latino-americanos. (...) O ‘governo propriamente americano de D. João VI’, como disse Oliveira Lima, iniciado com a chegada da Família Real, legou-nos, entre tantos outros benefícios, um arcabouço administrativo que foi, por muito tempo, a base comum de todas as reformas posteriores (2019, p. 9).

Entretanto, se, por um lado, o Brasil colônia guardou singular proximidade da Coroa portuguesa, por outro a contribuição de Alexandre de Gusmão significou uma sinalização de que o continente da América do Sul teria uma identidade jurídica própria. Conforme comentado por Meira Mattos em *Brasil, Geopolítica e Destino*, Alexandre de Gusmão implantou dois princípios para a solução das questões de limites entre as possessões portuguesas e espanholas na América: o do *uti possidetis*; e o princípio pelo qual o reconhecimento de problemas de limites entre as duas colônias deveria ser resolvido levando-se em conta, antes, os interesses das colônias que os das respectivas metrópoles (Meira Mattos, 1975, p. 41).

Assim prossegue Meira Mattos, a respeito do tema:

De onde vinha esse princípio do *uti possidetis* e o que significava ele? Vinha do próprio Alexandre de Gusmão, que o fizera aplicar, pela primeira vez, em direito público internacional e justamente na partilha de terras entre as duas coroas. Vinha do próprio preâmbulo do Tratado de 1750: ‘cada parte há de ficar com o que atualmente possui’. Vinha de mais longe; hoje se sabe que já em 1735 Gusmão falava em *uti possidetis* nos estudos que realizara sobre a questão da Colônia de Sacramento (1975, p. 41).

Como conclui o general, esse artigo já abrigava a ideia que se desenvolveu depois, de que a América do Sul não precisaria seguir a mesma linha política da Europa, conforme argumenta:

Alexandre de Gusmão, com a aceitação de seus princípios por ambas as coroas, ao se firmar o Tratado de 1750, deu-nos o reconhecimento de direito das conquistas de portugueses e bandeirantes de além-Tordesilhas. Oficializou entradas e bandeiras que haviam atingido os confins do oeste e do norte amazônico, ali deixando os marcos e as marcas de sua posse. O princípio de que as antigas colônias passavam a ter o direito de decidir sobre seu destino, mais importante do que os interesses europeus das coroas, delineava, também a nossa autonomia (1975, p. 42, grifos nossos).

O general também sublinha que Alexandre de Gusmão seria um pilar da articulação entre solução jurídica, geografia e diplomacia, sinalizando para um perfil próprio de recurso ao direito na América do Sul, o que criou "... um espírito americano de convivência entre as nações deste continente, além de um instrumento de defesa contra a intromissão europeia ou qualquer outra..." em uma "celebração de profundo sentido geopolítico" que viria a selar o encontro entre nossa geografia e existência autônoma (Meira Mattos, 1975, p. 42).

Já como nação independente, o Brasil iniciaria sua própria tradição de negócios estrangeiros, resolvendo inúmeras questões fronteiriças por intermédio da negociação diplomática, encontrando sua expressão máxima na habilidade de Rio Branco. Na opinião de Pandiá Calógeras, o Barão de Rio Branco logrou fazer um instrumento de paz e de solidariedade sul-americana daquilo que era uma das mais desafiadoras conjunturas internacionais do continente (2009, p. 348). A obra diplomática de Rio Branco é notória e não será aprofundada com relação aos seus sucessivos êxitos na diplomacia. Apenas se ressaltam a seguir alguns trechos de discurso do Barão de Rio Branco em que se entrevê uma singularização do Brasil por conta de seus valores e disposição para a paz, em uma dimensão qualitativa, conforme anteriormente comentado pelo historiador Calógeras.

Nas palavras do próprio barão, mesmo quando o Brasil vivia em diferença de forma de governo com seus vizinhos, o que podia fazer crer em análogas diferenças de ideal político,

... mesmo então não foram menos amistosos os nossos sentimentos para com as repúblicas limítrofes, e nunca nos deixamos dominar de espírito agressivo, de expansão e de conquista... (Calógeras, 2009, p. 389).

Pois, de acordo com Rio Branco,

(...) a nação brasileira só ambiciona engrandecer-se pelas obras secundas da paz, com seus próprios elementos, e dentro das fronteiras em que se fala a língua dos seus maiores; e quer vir a ser forte entre vizinhos grandes e fortes, por honra de todos nós e por segurança do nosso continente, que talvez outros possam vir a julgar menos bem ocupado (Calógeras, 2009, p. 389).

Mais recentemente, a qualidade da presença brasileira em foros internacionais legitimou um perfil reconhecido internacionalmente como interlocutor comprometido com os regimes e organismos do sistema internacional. E assim como na época de Alexandre de Gusmão e de Rio Branco, a fonte primordial da autoridade brasileira no concerto das nações ainda remete à renomada parceria com o direito, que historicamente expressou os alicerces de nossa identidade, conferindo qualidade humana ao discurso oficial em nome do país.

Para citar apenas um exemplo entre os inúmeros que poderiam derivar dos discursos que constam da obra *O Brasil nas Nações Unidas: 1946-2011*, o chanceler Mário Gibson Barboza, ao celebrar as "alegrias cívicas" associadas ao sesquicentenário de nossa Independência e ingresso na comunidade dos Estados soberanos, durante a XXVII Sessão Ordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1972, afirmou que as "... tradições de entendimento e negociação que nos legaram nossos maiores continuam a ser apanágio da diplomacia..." (Seixas Corrêa, 2012, p. 365).

Notas sobre o perfil brasileiro: persuasão e dissuasão

A capacidade de decisão autônoma guarda relação com a percepção de uma identidade própria, uma vez que a representação legítima da identidade nacional é que exerce institucionalmente o componente de vontade estatal ou “poder de persuadir”, como definido de modo original no conjunto da obra de Meira Mattos (1977, p. 131).

Em conferência realizada na Escola Superior de Guerra, em 1973, o general defendeu a tese de que, na conceituação de poder, deveria ser considerada uma componente psicossocial, que seria a capacidade de influir. Afirmara ele então:

O conceito moderno de Poder Nacional deve abranger não apenas a força material do que dispõe um Estado, mas também a sua capacidade de influir na condução dos acontecimentos. Não resta dúvida que esses dois valores – poder-força (material) e poder-de-influir (psicológico) são interdependentes... (1977, p. 129).

Na conceituação proposta, a capacidade de influir compreenderia não só a capacidade de convencer para a justiça de uma causa, mas também, e sobretudo, a capacidade de influenciar o pensamento ou opinião de seus próprios nacionais (Meira Mattos, 1977, p. 129). Segundo essa perspectiva, tanto a diplomacia brasileira quanto a tradição jurídica nacional são parte integrante dessa dimensão qualitativa do poder.

De outro ponto de vista, pode-se também afirmar que a confiança da nação em si mesma, que deve preceder a persuasão, não depende apenas do reconhecimento externo ou da confiança alheia, sob pena de inexistir autodeterminação. E se, por um lado, a independência nacional foi acompanhada de um relativo reconhecimento do mundo, a plena independência conceitual ou geopolítica do Brasil terá de prescindir do cenário externo, sobretudo em tempos de conflito entre atores centrais. Desse argumento sobressai a importância de se buscar a valorização do pensamento

estratégico, conforme prosseguem os esforços institucionais do Exército nos dias de hoje.

Na parte introdutória do Conceito Operacional do Exército Brasileiro, tem-se disposto que sua finalidade seja

(...) promover o resgate e a valorização do pensamento estratégico, fornecendo ferramentas conceituais adequadas aos conflitos futuros, por meio de uma abordagem pragmática, efetivamente comprometida com a realidade nacional e com a obtenção de resultados concretos para a segurança e defesa (*Manual de Fundamentos*, 2023, p. 1-1).

Em vista do que preconiza o *Conceito Operacional*, acrescenta-se que esse resgate e valorização do pensamento estratégico fortalece o argumento jurídico e viabiliza a atuação internacional do Brasil.

Com relação à percepção geopolítica de como o Brasil se insere no cenário internacional, por exemplo, as atuais *Diretrizes do Exército Brasileiro*, em seu Capítulo III, tratam do contexto operacional futuro e situam o Brasil como potência emergente de médio porte com vocação para a liderança na América do Sul. Assim prossegue a diretriz do Manual:

3.1.2.6. (...) Devido às suas características geopolíticas, associadas à tradição diplomática de bom relacionamento com todos os seus vizinhos imediatos e com a quase totalidade das demais nações do mundo (sem comprometer a sua soberania), o país poderá se posicionar pautado pela neutralidade e pela consecução dos seus interesses na arena global. Assim, ao se confirmar a manutenção de um posicionamento de não alinhamento automático, é provável que o país agregue razoável poder de barganha nos processos que abarcam questões imbricadas com o jogo das grandes potências, contribuindo para a consecução de seus interesses nacionais, em especial, aqueles afetos à soberania, à segurança e à defesa nacionais (*Manual de Fundamentos*, 2023, p. 3-3, grifos no original).

Com vistas à orientação de neutralidade e de não alinhamento, o Brasil tem reconhecida atuação à frente de iniciativas normativas de alcance universal no âmbito das Nações Unidas, visando a evolução do arcabouço conceitual e dos mecanismos multilaterais à disposição de toda a comunidade internacional. Como afirmou o

embaixador João Carlos Muniz, na II Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU, em 1947,

O histórico de nossa participação na vida internacional é precisamente um histórico de conciliação de ideias e influências opostas com o propósito de promover o progresso nas relações internacionais através da persuasão. É por isso que o Brasil, em sua história, sempre foi um dos mais ardentes defensores da arbitragem e outros meios de solução pacífica de controvérsias (Seixas Corrêa, 2012, p. 63).

Outro aspecto em que o perfil diplomático brasileiro guarda uma coerência substancial com as linhas gerais do pensamento estratégico pátrio é com relação à diretriz de dissuasão. Como já afirmado pelo general Meira Mattos, “No caso brasileiro, a nossa longa tradição pacifista leva-nos a uma doutrina essencialmente defensiva” (1975, p. 62).

Em conformidade com esse entendimento, as atuais diretrizes do Exército Brasileiro contemplam a opção brasileira pela dissuasão entre suas premissas, em diversas passagens:

1.3.2.3. As estratégias da Presença e da Dissuasão continuarão a ser priorizadas. No entanto, assumirá, também, posição de destaque a estratégia da Projeção de Poder.

3.1.2.12. Os documentos norteadores da defesa no Brasil comunicam que o país adota a postura estratégica *dissuasória* como componente medular de sua estratégia nacional.

(...) Nesse contexto, é certo que o incremento das capacidades de defesa se fará cada vez mais relevante, em especial aquelas que sustentam e dão credibilidade à supramencionada postura estratégica da *dissuasão* (*Manual de Fundamentos*, 2023, p.1-3, grifos nossos).

Cumpre ainda advertir que uma linha dissuasória ou defensiva para o plano externo não implica uma passividade no plano doméstico, pelo contrário. Um país com grandes dimensões continentais e pluralidade precisa de uma proatividade política para forjar a

coesão interna, acomodar diferenças e ocupar território de modo produtivo.

Norma, política e estratégia no debate atual

Por todos os argumentos tecidos ao longo deste artigo, não há dúvidas com relação ao papel central dos militares, juristas e diplomatas como formuladores das políticas de Estado que refletem a identidade nacional. A estrutura do Estado depende, em última análise, de um alinhamento rigoroso entre os fundamentos normativo, político e estratégico para coordenação da ação diplomática ou do emprego militar na defesa do interesse nacional. Uma convergência entre a argumentação jurídica, executiva e de planejamento também parece contribuir para harmonizar as perspectivas da soberania e da cidadania em favor do desenvolvimento nacional.

Na atualidade, as fronteiras geográficas convivem com fronteiras éticas, humanitárias e existenciais, em que o pertencimento e a identidade social são desafiados a todo instante pela adesão a determinadas escalas de valores e padrões de comportamento ou consumo. E se, por um lado, a fronteira física é uma realidade afeita aos militares, a fronteira simbólica é algo comum aos servidores de Estado. Tanto o diplomata, quanto o militar e o jurista devem atuar na fronteira conceitual e acadêmica. Por esse motivo, os conceitos teóricos que se desdobram em políticas e projetos públicos devem apontar para uma confluência do universo civil e militar, contribuindo para unificar as ações dentro do Estado brasileiro.

No plano simbólico que embasa persuasão e dissuasão, está a questão fundamental da representação e capacidade de formação de consenso. Tanto diplomacia quanto defesa lidam cotidianamente com a imagem: dela dependem a legitimidade do discurso persuasivo perante a sociedade, a credibilidade perante outras nações e a força de uma opção dissuasória segundo o direito das gentes. Aos desafios de manter a coesão interna e de buscar maior integração com o entorno geográfico, soma-se a meta de estabelecer um entorno

valorativo com países que também observem o direito internacional e fundamentos gregários.

No plano doméstico, a base teórica e os princípios que norteiam o Itamaraty e que muitas vezes tangenciam outras carreiras de estado podem vir a ser mais bem conhecidos e amalgamados com aspectos da doutrina estratégica em benefício tanto do fortalecimento da presença do país no exterior quanto da maior aproximação entre militares e a população. O MRE pode naturalmente ser uma ponte para a academia e para a sociedade por ser uma instituição com serviço exterior que é estruturado, como as forças, com base na hierarquia. A qualidade da formação dos diplomatas brasileiros é reconhecida nacional e internacionalmente e pode ser igualmente um fator para reforçar uma política de estado para temas de defesa, em lugar de aspectos sectários, passageiros e de curto prazo, muitas vezes inspirados em termos importados ou que se divorciam da realidade nacional, como descrito e criticado por Meira Mattos (1977, p. 67).

Por outro ângulo, a singular abertura das instituições militares para um aprofundamento do diálogo com a população sobre temas de defesa ajuda a reforçar a ligação das Forças Armadas com os órgãos da administração pública, fortalecendo também o Ministério da Defesa como instituição. Essa disposição para o diálogo pode ser inferida na forma como é apresentado o *Conceito Operacional*, base norteadora para missões constitucionais do Exército Brasileiro, que se define como um “conceito operacional flexível”, sujeito a eventual revisão. Com essa visão se alinha também o entendimento do CMG Sandoval Góes, de que a “Constituição é dinâmica e aberta” e que para se traçar os rumos de uma nova “hermenêutica do desenvolvimento”, estratégia nacional e direito constitucional devem estar alinhados, devem estar “lado a lado” na garantia dos direitos fundamentais inerentes à cidadania e à defesa da soberania estatal (2019, p. 185-186).

Conclusão

Em recapitação, ao longo de nossa história, parece haver uma continuidade da opção política pela

dissuasão e pela solução diplomática/persuasão jurídica, ao lado da preocupação constante em garantir a integridade territorial e criar coesão nacional. As linhas estratégicas de resposta a esses desafios foram traçadas, na maior parte das vezes, para reforço de presença estatal no interior ou nas fronteiras, sem que a percepção de inimigos externos fosse necessariamente difundida na população civil.

Tanto isso parece ser verdade que, entre os desafios atuais elencados nas diretrizes do Exército Brasileiro, há a preocupação com “existência de vazios demográficos” como um dos fatores críticos, ao lado da percepção que a sociedade tem sobre defesa, avaliada como “carência de percepção” acerca de atores, circunstâncias e cenários que possam configurar ameaça ao Estado (Diretrizes, 2023, p. 1-2 e 1-3).

A carência de percepção denota que determinadas condicionantes do passado continuam como óbices a serem superados por meio do adensamento da reflexão sobre identidade nacional. A consciência sobre os fundamentos da própria identidade fortalece as bases de defesa do país, já que união nacional é um pressuposto para planejamento estratégico, representação diplomática e elaboração de projetos de desenvolvimento.

No concernente à diplomacia e a um contexto em que o mundo parece querer retomar a linha do “conflito como norma”, o Brasil tem credenciais para efetuar a defesa do direito, consolidar um entorno geográfico unido e pacífico e manter a equidistância entre polos concorrentes por meio de um firme compromisso com o multilateralismo. Para tanto, a busca por uma autonomia de pensamento analítico, a preferência pelo não alinhamento e a valorização da solução negociada são pilares que fortalecem o Estado brasileiro em todas as suas vertentes.

O desafio fundamental no contexto interno parece ser o de fazer da dualidade ou de qualquer diferença regional, social ou geográfica uma complementaridade, dentro do chamamento do atual comando por um Exército “íntegro, respeitoso e coeso”, lema que pode ser ampliado para todo o contexto nacional civil como um vetor que traz em si positividade, dimensão integradora e direção, para que o país possa ter mais integração, coesão e desenvolvimento em uníssono.

Referências

AZZI, Enio Moreira. **Construção da Nação Independente e desafios geopolíticos.** In: Análise estratégica. Brasília: CEEEx, vol. 26, set 2022.

AZZI, Enio Moreira. **Aproximações estratégicas no tabuleiro internacional:** alianças militares, parcerias estratégicas, minilateralismo e seus alinhamentos estratégicos. In: Análise estratégica. Brasília: CEEEx, vol. 27, n. 5, set/nov 2022.

BEIRÃO, André Panno *et al.* **O Valor do mar:** uma visão integrada dos recursos do oceano do Brasil. 2. ed., São Paulo: Essential Idea Editora, 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil.** 1988. Brasília, DF: Presidente da República.

CALÓGERAS, Pandiá. **Formação histórica do Brasil.** Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009 (Edições do Senado Federal; vol. 118).

CAMBESES Júnior, Manuel. **A saga do Correio Aéreo Nacional.** Rio de Janeiro: Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica, s.d.

CASTRO, Therezinha de. **O Brasil no mundo atual. Posicionamento e diretrizes.** Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 1982.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Comentários à Constituição Brasileira de 1988.** São Paulo: Saraiva, 1990.

FONSECA, Luiz Henrique Pereira da. **Organização Marítima Internacional (IMO).** Visão política de um organismo especializado das Nações Unidas. Brasília: FUNAG/IPRI, 1989.

GÓES, Guilherme Sandoval. **O neoconstitucionalismo na era do geodireito.** In: Revista Interdisciplinar de Direito, Faculdade de Direito de Valença. vol. 17, jan/jun 2019.

GOMES FILHO, Paulo Roberto da Silva. **A invasão da Ucrânia pela Rússia – uma visão geopolítica.** In: Conflito Rússia Ucrânia. Rio de Janeiro: PADEC EME. v. 19, n. 30, 01/2023.

MACEDO SOARES, Luiz Filipe. **O Brasil e as negociações sobre direito do mar.** In: Reflexões sobre a Convenção do Direito do Mar. André Panno Beirão e Antônio Celso Alves Pereira (organizadores). Brasília: FUNAG, 2014.

MANUAL DE FUNDAMENTOS. **Conceito Operacional do Exército Brasileiro – Operações de Convergência 2040** (EB20-MF-07.101). 1. ed., 2023.

MEDEIROS FILHO, Oscar. **Geopolítica do Brasil e pensamento militar:** contribuições do Exército. In: Análise estratégica. CEEEx, vol. 26, set 2022.

MEIRA MATTOS, Carlos de. **A Geopolítica e as projeções do poder.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1977 (Coleção Documentos Brasileiros, vol. 178).

MEIRA MATTOS, Carlos de. **Brasil Geopolítica e Destino.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1975.

ROMERO, Marcos. **História da organização administrativa da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores (1808-1951).** Brasília: FUNAG, 2019.

SEIXAS CORRÊA, Luiz Felipe de. **O Brasil nas Nações Unidas: 1946-2011.** 3. ed. Brasília: FUNAG, 2012.

VAZ, Alcides. **Brasil 200 anos: cinco desafios remanescentes.** In: *Análise estratégica*. Brasília: CEEEx, vol. 26, set 2022.

Notas

¹ As ideias expressas neste artigo são de inteira responsabilidade da autora e não refletem necessariamente a posição do Ministério das Relações Exteriores ou do governo brasileiro.

² Sejam autores clássicos, sejam analistas mais recentes.

³ Geopolítica entendida como ramificação da geografia política e como citada por Meira Matos como “a consciência geográfica do Estado” (1975, p. 5).

⁴ A contribuição de Rui Barbosa certamente se insere na conjunção entre direito e diplomacia, mas repercutiu mais diretamente sobre a atuação multilateral brasileira.



CULTURA E LAZER

A Modernização do Exército Brasileiro no início do Século XX

Autor: Juvêncio Saldanha

Editorial: 2023 ISBN: 978-65-5757-105-7 Formato: 15x23cm Páginas: 132

Em uma linguagem agradável e fluida, o livro apresenta não só as questões organizacionais do exército, mas também todo o sistema envolvido no processo inevitável e necessário de sua modernização a partir da Proclamação da República, das proximidades do início do Século XX até a eclosão da Segunda Guerra Mundial, com ênfase no período entre 1895 e 1922.



Legalidade e Revolução

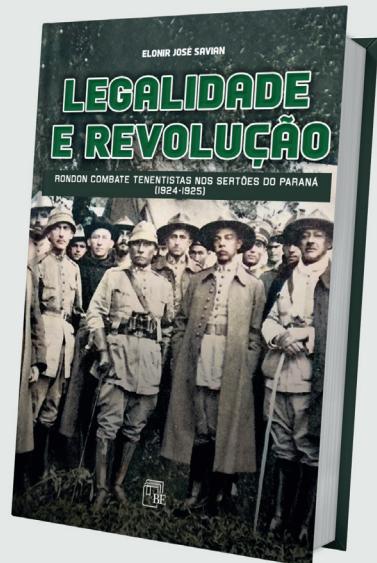
Autor: Elonir José Savian

Editorial: 2024 ISBN: 978-65-5757-097-5 Formato: 15x23cm Páginas: 368

O livro remete ao contexto das revoltas tenentistas, tropas auto denominadas “revolucionárias”, Comandadas pelo General Isidoro Dias Lopes.

Descreve a reação governamental com tropas lideradas pelo General Cândido Mariano da Silva Rondon.

As lutas prolongaram-se de agosto de 1924 até abril de 1925.



Biblioteca do Exército

Tradição e qualidade em publicações



Praça Duque de Caxias, 25
Palácio Duque de Caxias - Ala Marcílio Dias - 3º andar
Centro - CEP 20221-260 - Rio de Janeiro - RJ



Tel.: (21) 2519-5707

LIVRARIA VIRTUAL



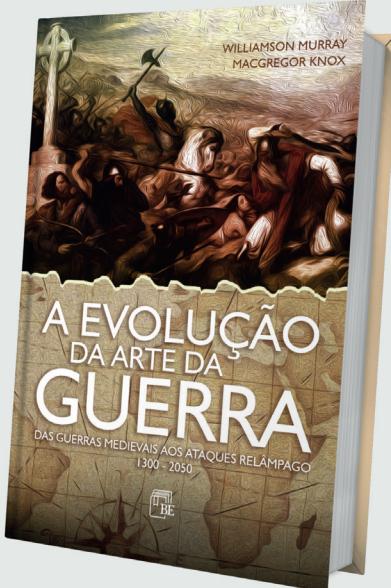


A Evolução da Arte da Guerra

Autor: Geoffrey Parker

Editorial: 2021 ISBN: 978-65-5757-023-4 Formato: 15,5x23 Páginas: 400

Antes mesmo da Revolução Industrial, a Europa desenvolveu um elevado potencial militar e conhecimentos que permitiram o domínio do mundo pelos próximos dois séculos. Nesta edição ilustrada e atualizada, Geoffrey Parker discute as principais mudanças na prática militar do Ocidente durante este período — estabelecimento de exércitos maiores, criação de navios de guerra superiores, o papel das armas de fogo — e argumenta que estas mudanças importantes ascenderam a uma “Revolução Militar” que deu aos ocidentais uma vantagem decisiva sobre os outros continentes.

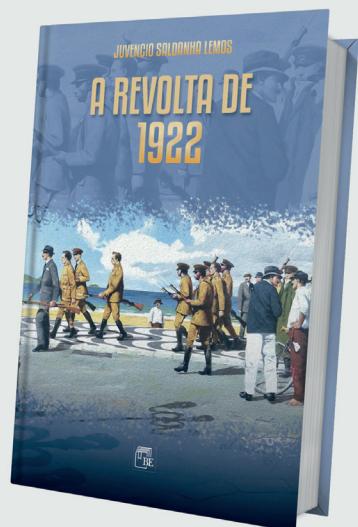


A Revolta de 1922

Autor: Juvencio Saldanha Lemos

Editorial: 2022 ISBN: 978-65-5757-135-4 Formato: 15,5x23 Páginas: 576

Mais do que uma quartelada e menos do que uma revolução, a Revolta de 5 de julho de 1922 teve características que a tornaram especial na História do Brasil. Segundo o autor, jamais passou pela cabeça de seus líderes derrubar o Presidente da República. Queriam o poder, mas sem alterar a estrutura do sistema. Seu objetivo era desafrontar o Exército e moralizar a República e nesse intento arriscaram tudo o que tinham, suas carreiras e suas vidas. Ao final, a Revolta serviu para desencadear um processo de transformação das instituições políticas e sociais do Brasil que desaguaria na Revolução de 1930.



Ensinamentos da Guerra na Ucrânia (2022-2024)

*Luciano Hickert**

*Rafael Penteado ***

Introdução

O estudo do atual conflito entre Rússia e Ucrânia apresenta inovações pela combinação de emprego de novas tecnologias com as tradicionais técnicas militares. As manchetes da imprensa destacam os meios inovadores, como veículos não tripulados e mísseis de longo alcance, ao mesmo tempo em que os elementos tradicionais de combate são vistos em diversas coberturas de mídias.

A imprensa dos dois lados em conflito tem conduzido de modo pouco confiável as notícias, e tem sido necessário o estudo de diversas fontes para desvendar o que está realmente ocorrendo na campanha da Ucrânia. Com a busca por informações provenientes de variadas fontes abertas, foi possível iluminar alguns pontos para o adestramento de nossas tropas, visando a adequar nossas forças para o combate da atualidade.

De acordo com a doutrina militar da Federação Russa (2010), uma das características dos conflitos militares modernos é a implementação prévia de medidas de guerra de informação, a fim de alcançar objetivos políticos sem utilização da força militar e moldar uma resposta favorável da comunidade internacional para a utilização da força. Em consequência, as ferramentas de guerra de informações devem ser utilizadas antes do início das operações militares, a fim de alcançar

os objetivos do Estado de desorientar e desmoralizar o adversário, garantindo que o Estado seja capaz de justificar suas ações perante a opinião pública. Assim, as estruturas relacionadas às operações de informação tornaram-se uma ferramenta de Estado, legítima e necessária em tempo de paz, bem como na guerra (Barbosa, 2020).

Ainda, dentro de cada aspecto do combate regular que se assiste entre dois Estados, deve-se ter em mente que um combate simétrico entre nações não ocorria desde o século passado, o que levou a doutrina e o material terem se voltado para os conflitos de baixa intensidade, conduzindo a evolução das técnicas para ações mais preocupadas com redução de danos colaterais e outros compromissos do direito internacional, e mesmo ações com menor intensidade e com limitado emprego de meios de destruição (Calado, 2019).

Outros pontos importantes para estudo são o terreno e o clima do Leste Europeu, com seu solo argiloso, inverno rigoroso e inúmeros locais alagáveis, pouco povoados, abertos e relativamente planos, que facilitam campos de tiro e movimentos da manobra. Esse terreno, já experimentado em conflitos como as grandes guerras mundiais, provoca necessariamente comparações entre presente e passado.

* Cel Cav (AMAN/2000, EsAO/2009, ECUME/2020). Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2017). Foi comandante do 8º Batalhão Logístico (2022/2023) e atualmente está na 6ª DE.

** TC Inf (AMAN/2002, EsAO/2011, ECUME/2020). Atualmente, é adjunto do adido de Defesa, Naval, do Exército e Aeronáutico do Brasil na Federação Russa.



Figura 1 – Mapa do dispositivo das forças em 2022

Fonte: Jones, 2022

Em 1943, nessa mesma região fronteiriça entre Rússia e Ucrânia, foram travadas grandes batalhas, que representaram a perda da capacidade ofensiva alemã diante de uma defesa obstinada soviética. Apesar de avançar cerca de 30km em território russo, os soviéticos conseguiram contra-atacar e avançar até cidades-chave da região, como Belgorod, Orel e Kharkov. Os combates apresentaram a primeira derrota nazista durante o período de verão, e retiraram a iniciativa alemã. Na batalha, ocorreram grandes combates blindados e as perdas humanas foram substanciais, totalizando mais de 100 mil vidas (Glantz, 1999).

Ainda mais curioso é o entrechoque de duas culturas militares que tiveram suas origens na antiga União Soviética, com a Ucrânia buscando um alinhamento rápido com a doutrina e com os meios ocidentais. Isso promove uma excelente fonte de ensinamentos e oportunidade de melhoria para as nossas capacidades bélicas, atualmente recebendo grande foco da OTAN e de todas as potências militares mundiais.

A seguir, serão analisados alguns pontos do conflito, sob a luz das tarefas funcionais, dividindo o estudo em seis grandes blocos.

Inteligência

Os novos meios de busca por satélites, veículos não tripulados (drones) e sinais têm sido fundamentais nos combates, dificultando as ações dos atacantes e

defensores. Tais meios conduzem fogos em profundidade no campo de batalha e facilitam a identificação dos deslocamentos das reservas, prejudicando a surpresa.

O controle da mídia e da opinião pública tem sido uma batalha permanente dos dois lados, assim como a busca por informações georreferenciadas por todos os meios, inclusive utilizando as redes sociais particulares dos militares de mais baixo escalão para localizar as forças oponentes.

O estudo do terreno e do clima é fator essencial para o emprego das tropas e meios, pelas características do clima rigoroso e do terreno complexo, continuando como importante fator de decisão, definindo os objetivos e forças. O correto uso do terreno é fator de sucesso para a defesa, sobretudo dos rios obstáculos, que proporcionam áreas de destruição importantes.

As unidades de reconhecimento russas são apoiadas por capacidades tecnológicas mais avançadas, como sistemas de guerra eletrônica, utilizados para interferir nas comunicações inimigas e obter inteligência, podendo servir de modelo para as forças brasileiras.

Além de drones e satélites, um aspecto emergente é o uso de inteligência artificial (IA) para processar rapidamente grandes volumes de dados, incluindo imagens e sinais de comunicação interceptados. A IA pode prever movimentos inimigos e otimizar o uso de recursos estratégicos, oferecendo uma vantagem considerável nas operações táticas (Freitas, 2022).

Movimento e manobra

Assim como na Segunda Guerra Mundial, os trabalhos de organização do terreno têm sido amplamente empregados para assegurar áreas-chave, proporcionando pontos fortes, abrigos e caminhos para suprimentos. Esses trabalhos criam áreas de destruição à frente e facilitam a defesa em profundidade, com o emprego de minas e obstáculos para dificultar e canalizar a progressão.

As localidades e indústrias são utilizadas como pontos fortes, tornando o combate urbano uma constante.

Também há amplo emprego da guerra eletrônica, não só para interferir nas comunicações, mas também para desativar os sistemas de defesa antiaérea e neutralizar drones inimigos durante movimentações em áreas críticas (Pereira *et al.*, 2023).

O emprego de binômio carros de combate-fuzileiros tem sido essencial para os avanços das duas forças, mesmo com a crescente ameaça dos drones aéreos e armas anticarro. Os carros proporcionam apoio de fogo cerrado, suprimento para as tropas e resgate de feridos, e buscam deslocar-se em velocidade e grande dispersão para evitar fogos compensadores. Novas blindagens adicionais e guerra eletrônica têm sido largamente utilizadas para diminuir a vulnerabilidade desses meios.

Os ataques de fixação e de desbordamento têm sido amplamente utilizados, visando a contornar pontos fortes e isolar tropas defensoras. Tais núcleos de defesa correm o constante risco de ser flanqueados, terminando com a rendição de suas guarnições. Assim, um sistema integrado de defesa é imprescindível, buscando garantir uma defesa em profundidade e, com apoio mútuo, proporcionando coordenação de fogos e de movimento, mesmo para quem está na atitude defensiva.

As forças blindadas russas são projetadas para se mover rapidamente pelo campo de batalha, utilizando veículos blindados e mecanizados para deslocamentos rápidos e para penetrar profundamente nas linhas inimigas. A doutrina enfatiza o uso de manobras rápidas e profundas para cortar as linhas de abastecimento do inimigo, cercar formações adversárias e alcançar objetivos estratégicos rapidamente, como na doutrina brasileira.

As forças mecanizadas russas são utilizadas para reagir rapidamente às ameaças emergentes. A mobilidade é essencial para garantir que as tropas possam se reposicionar e lançar ataques decisivos com rapidez. As tropas não operam de forma isolada; são parte de grupos táticos combinados, nos quais blindados, infantaria, artilharia e engenharia trabalham em conjunto para explorar fraquezas inimigas.

A criação dos *grupos táticos de batalhão* (BTG) representa uma inovação na doutrina mecanizada russa. O BTG é uma unidade de armas combinadas, que inclui:

- um ou dois esquadrões de carros de combate (CC), com T-72 ou T-90;
- uma companhia de infantaria mecanizada (BMP-3, BTR-82);
- uma bateria de artilharia autopropulsada (2S3 Akatsiya, 2S19 Msta);
- um pelotão de defesa aérea (Strela-10, Tor-M1); e
- pelotões de reconhecimento, de engenheiros e de apoio logístico.

Essa estrutura permite que o BTG funcione de forma autônoma por curtos períodos, realizando operações rápidas e focadas, como visto durante a ocupação da Crimeia e no início da Guerra na Ucrânia. Os BTG foram usados intensivamente durante a invasão em 2022, representando a tentativa da Rússia de criar unidades altamente móveis e autossuficientes.

Os BTG com capacidades combinadas são similares aos grupos de combate montados pelas forças alemãs na Segunda Guerra Mundial, chamados de *Kampfgruppen*, que reuniam, em uma unidade de valor batalhão, diversas capacidades operativas, e terminaram originando até uma força de elite na então Alemanha Oriental, e podem refletir uma tendência para o futuro.

As forças mecanizadas russas também são empregadas para defesa em profundidade, criando várias camadas de defesa que utilizam CC e artilharia pesada para retardar o avanço inimigo. Isso foi observado em várias fases da guerra, em que a Rússia utilizou suas unidades mecanizadas para defender posições fortificadas e atrasar as forças ucranianas.

Embora as unidades mecanizadas sejam tradicionalmente mais adequadas para campos abertos, a Rússia adaptou sua doutrina para o combate urbano. O uso de infantaria leve em combinação com blindados em áreas urbanas foi uma lição aprendida com as guerras da Chechênia, na qual a vulnerabilidade dos CC em áreas construídas foi um grande problema. As unidades mecanizadas agora são usadas em suporte a operações de infantaria leve em ambientes urbanos.

Os *Storm-Z Detachments* são unidades menores e mais flexíveis que os BTG, com foco em ataques rápidos e de alta intensidade, geralmente em combate corpo a corpo ou em posições fortificadas. As unidades são descritas como sendo compostas de prisioneiros recrutados, soldados contratados e algumas tropas regulares. Cada destacamento opera com forte ênfase em operações ofensivas, especialmente em áreas urbanas e ambientes fortificados.

Cada *Storm-Z Detachment* geralmente tem o tamanho de uma companhia ou de um batalhão reduzido, sendo significativamente menor que um BTG. Um destacamento típico consiste em cerca de 100 a 150 soldados, divididos em pequenos grupos de ataque e suporte de fogo. Cada unidade *Storm-Z* é composta por:

- quatro grupos de assalto (*capture squads*): cada grupo de assalto tem cerca de 10 soldados, com a missão de avançar e capturar posições inimigas em combate direto. Essas tropas são geralmente descritas como “descartáveis” (prisioneiros ou recrutas menos treinados), usadas para testar as defesas inimigas e identificar posições;
- quatro grupos de apoio de fogo (*fire support squads*): cada grupo de apoio de fogo também conta com cerca de 10 soldados, equipados com armas de apoio, como metralhadoras pesadas, lança-granadas automáticos e, ocasionalmente, morteiros leves, para apoiar os grupos de assalto na linha de frente;
- grupo de reconhecimento: uma pequena equipe de oito soldados, que fornece informações sobre a disposição das defesas inimigas, prestando o terreno para os ataques. São equipados com drones de pequeno porte e sistemas de reconhecimento visual;
- grupo de engenharia: composto por cinco engenheiros, responsáveis pela remoção de obstáculos, desminagem e construção de passagens rápidas durante as operações. Esse grupo também pode ser responsável por improvisar defesas para proteger os *Storm-Z Detachments* durante o avanço;

- grupo de evacuação médica: uma equipe de três soldados dedicados à evacuação de feridos e à prestação de primeiros socorros no campo de batalha. Esses grupos operam em condições difíceis, frequentemente em combate próximo.
- um grupo de comando: composto por apenas dois soldados, o comandante da unidade e seu adjunto, que coordenam os ataques e se comunicam diretamente com o quartel-general superior; e
- seção de drone: uma pequena unidade de dois operadores de drones, que fornece reconhecimento aéreo em tempo real para apoiar a coordenação dos ataques e monitorar o progresso das forças de assalto. Esses drones também podem ser usados para guiar os ataques de fogo indireto.

Os *Storm-Z Detachments* representam uma evolução tática nas operações russas, focando em operações de assalto em ambientes urbanos e fortificados. Sua estrutura flexível e pequena permite maior agilidade em combates de curta distância, mas o pessoal menos treinado, falta de equipamentos modernos e o baixo moral limitam sua eficácia a longo prazo. Esses destacamentos são uma resposta às falhas encontradas com o uso das forças mecanizadas maiores.

Embora os *Storm-Z Detachments* não tenham veículos blindados como parte de sua composição principal, eles podem operar em conjunto com outras unidades mecanizadas ou ser reforçados por veículos de apoio do escalão superior.

Fogos

A utilização de fogos em profundidade para objetivos estratégicos e táticos tem sido ameaça permanente para as estruturas mais importantes, como de energia e comunicações. Tais capacidades, aumentadas pelo emprego de drones e mísseis de última geração, colocam as estruturas logísticas e de comando em permanente ameaça, obrigando dispersão e discrição.

O emprego de grande volume de fogos, à semelhança do observado na Segunda Guerra, tem sido permanente desafio logístico, exigindo particular esforço de transporte. Tal capacidade de concentração de fogos, alinhada à evolução da condução deles, tem sido um desafio permanente para a manobra, cuja concentração de meios pode apresentar riscos acentuados.

O aumento do alcance e da mobilidade tem representado desafio para os fogos de contrabateria, ao mesmo tempo em que a guerra eletrônica coloca as peças e depósitos em constante ameaça. A observação da condução dos fogos, por diversos meios, aliada às novas tecnologias remotamente controladas e bombas inteligentes, faz a batalha da artilharia um fator decisivo para qualquer movimentação de tropa.

As tropas mecanizadas frequentemente avançam atrás de barragens de artilharia massiva, em que os mísseis BM-21 Grad e obuseiros 2S3 Akatsiya autopropulsados desempenham papel crucial.

Proteção

A defesa antiaérea de diferentes alturas tem sido capacidade essencial para proteger estruturas vitais e negar o uso de um espaço aéreo cada vez mais disputado. A constante ameaça das novas tecnologias tem feito evoluir as capacidades de proteção, com fogos cinéticos e não cinéticos sobre essas aeronaves, pois esses veículos aéreos possuem grande capacidade de capturar informações, conduzir fogos ou mesmo aplicá-los.

Como já citado, os trabalhos de fortificação em campanha têm sido destacados em todas as frentes, seja dentro ou fora de localidades. Tais esforços multiplicam as capacidades defensivas e proporcionam a manutenção do terreno, diminuindo as vulnerabilidades vindas das novas capacidades de obtenção de informação e do apoio de fogo.

O emprego de meios tradicionais de comunicação, como telefones de campanha, assegura uma capacidade de coordenação sem o risco de atuação de guerra eletrônica, proporcionando maior segurança para a transmissão de mensagens, diminuindo a possibilidade de localização dos postos de comando.

Também merece destaque a importância da camuflagem das posições e meios, a fim de evitar observação aérea. Além disso, novas tecnologias, como a camuflagem térmica e a aplicação de sistemas de bloqueio de sinais, têm sido eficazes para confundir drones que dependem de assinaturas térmicas ou de radar para localizar alvos (Zhou *et al.*, 2024).

O intenso emprego de veículos blindados, com blindagens adicionais para a parte superior (gaiolas), tem evidenciado a busca das forças blindadas em aumentar a proteção contra novas armas e inimigo aéreo.



Figura 2 – Exposição de viaturas em Moscou, 2024
Fonte: TC Penteado (foto do autor)

Comando e controle (C2)

A necessidade de dispersão dificulta o C2, ao mesmo tempo em que as ações em pequenas frações devem ser conduzidas com iniciativa. A ameaça de ações desconexas pode provocar fogo amigo ou mesmo o isolamento de parte das forças, seja na postura ofensiva, seja na defensiva, necessitando líderes de pequenas frações com entendimento geral da manobra.

A necessidade de coordenação entre inteligência, fogos e manobra aumenta a importância de redes capazes de resistir à interferência inimiga e manter grande fluxo de informações, inclusive georreferenciadas, possibilitando uma conexão resiliente e capaz de informar todos os dados aos centros de controle.

Ao mesmo tempo, o estudo para o emprego em massa de armas com inteligência artificial, menos suscetíveis à ação de guerra eletrônica, tem recebido crescente investimento, promovendo discussões éticas e novos desafios para uma guerra no futuro.

A utilização de meios tradicionais, como bandeiras e sinais, não tem sido incomum, visando à negação de informações, o que demonstra os grandes desafios dos materiais frente às novas tecnologias de guerra eletrônica. Ao mesmo tempo, a necessidade de liderança das pequenas frações é fator-chave para a coesão e iniciativa, possibilitando a atuação descentralizada, manutenção da disciplina e dos esforços, inclusive no relacionamento com atores civis, fortalecendo a guerra das narrativas.

A estrutura de comando e controle (C2) dos *Storm-Z Detachments* é simplificada em comparação com outras unidades russas, refletindo sua natureza de força de assalto de curto prazo. Os comandantes dessas unidades operam em coordenação direta com o quartel-general superior de brigada ou regimento, mas há indicações de que a estrutura de C2 não é robusta, com alguns relatos de comunicações desorganizadas.

O uso de mapas codificados e ferramentas de coordenação é comum para permitir que o comando de brigada ou regimento conduza as operações com maior precisão, ajudando os *Storm-Z* a capturar e manter o controle de seus objetivos antes que as forças regulares avancem.

O uso de drones com fibra óptica para evitar interferências é extremamente relevante, uma vez que as comunicações por satélite estão cada vez mais vulneráveis à interferência.

Logística

Como já apresentada, a necessidade de dispersão e dissimulação das instalações devido às capacidades de inteligência e fogos tem sido desafio constante para a logística, em diversos níveis, agravado pela limitação de utilização de empresas civis no teatro de operações. Como ensina Jardim, 2022, a logística estratégica deve

ser tão eficientemente planejada quanto no nível tático, a fim de garantir o fluxo dentro e fora do teatro de operações.

A grande necessidade de munição pesada, associada às demandas de materiais especializados, como veículos remotamente tripulados, tornam as atividades de aquisição e distribuição de materiais um desafio cada vez mais complexo, dependentes de boa capacidade industrial e de boas redes ferroviárias e rodoviárias. Os reacompletamentos e substituições de pessoal são outro desafio crescente, com o prosseguimento das batalhas ao longo dos meses, gerando demandas de transporte extras e de capacitação dos militares.

A busca de controle de locais com importância logística, como cidades estrategicamente localizadas em entroncamento de vias, continua norteando as ações no nível tático, sendo vital para a circulação de suprimentos, recuperação de materiais e transferência de pessoal, assim como para os apoios de saúde, proporcionando a manutenção do poder de combate e flexibilidade ao longo das frentes.

A grande mobilidade tática, a necessidade da realização de movimentos com velocidade, a dispersão e concentração de forças forçam a logística a aproximar-se das zonas de ação mais à frente no teatro de operações. Isso significa que os elementos logísticos são obrigados a dispor de criatividade e flexibilidade para propor medidas alternativas às adversidades do combate. Para tanto, o planejador deve se valer, cada vez mais, da proteção blindada e da defesa antiaérea para proteger suas instalações, seus comboios logísticos e o desdobramento de estruturas próximas dos elementos em primeiro escalão (Jardim, 2022).

O emprego das tropas mecanizadas russas evoluiu desde o começo do conflito. Inicialmente, a Rússia empregou os grupos táticos de batalhão (BTG). Os BTG, contudo, enfrentaram limitações logísticas e de integração de armas, além de problemas com mobilidade em terrenos complexos e com a resistência de infantaria leve ucraniana, armada com sistemas anticarro modernos. Com a evolução do conflito, as tropas russas mudaram sua estrutura para as chamadas *Assault Detachments* e *Storm-Z*. Essas unidades menores, centradas em infantaria leve, são apoiadas por veículos blin-

dados e sistemas de fogo de curto alcance. Elas foram em parte inspiradas no modelo da empresa militar privada Wagner, cujas deficiências logísticas ficaram famosas na mídia internacional pelos pedidos indiscretos dos diretores, que pressionavam o governo por novas armas e munições.

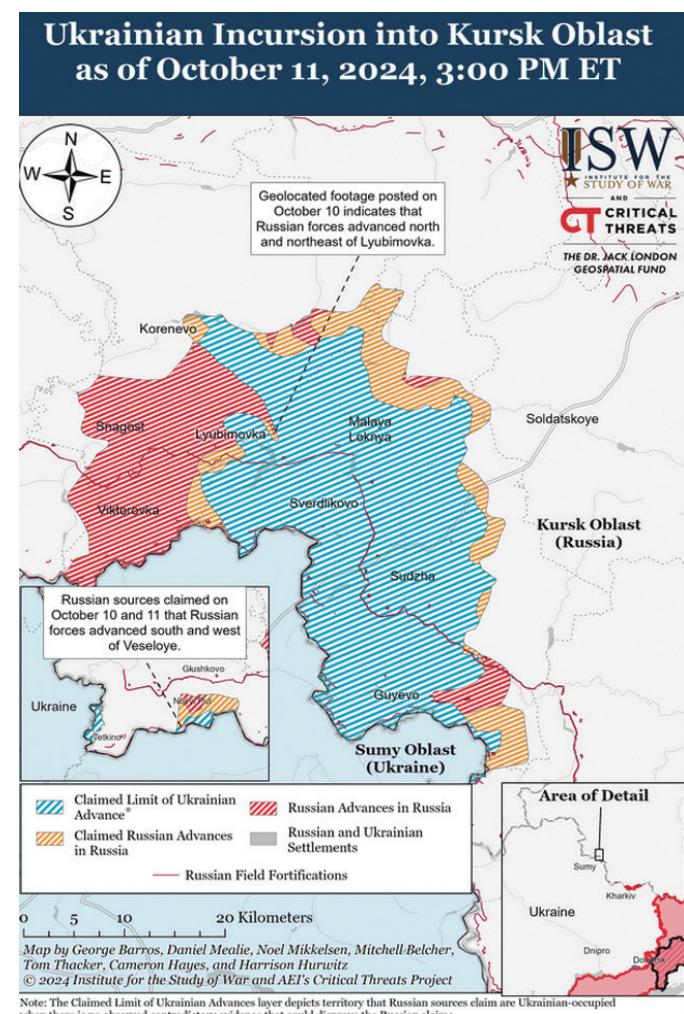
Os *Storm-Z Detachments* não têm capacidade de sustentação autônoma. Eles dependem diretamente de brigadas ou regimentos russos maiores para logística, suporte de artilharia e evacuação médica. Além disso, há falta de meios próprios de reabastecimento, o que limita sua capacidade de permanecer por longos períodos no campo de batalha sem reforço.



* Assessed Russian advances are areas where ISW assesses Russian forces have operated in or launched attacks against but do not control.

O uso de veículos aéreos não tripulados (VANT) para transportar rapidamente suprimentos essenciais (incluindo munição e suprimentos médicos) para a linhas de frente está em crescimento. Essa tecnologia pode não apenas aumentar a eficiência logística, mas também mitigar riscos, especialmente em áreas altamente contestadas (Skibinski, 2024).

Por fim, cabe destacar as intensas campanhas de mobilização e recrutamento, fundamentais para o re-completamento de pessoal e material. Para tanto, os dois lados movem uma campanha informacional para captar pessoal e material, inclusive em países aliados.



Figuras 3 e 4 – Avanços russos (destacados na cor vermelha) e áreas ucranianas em Kursk (destacadas na cor azul)
Fonte: Galan, 2024

Conclusão

A Guerra da Ucrânia demonstrou ser um campo de batalha complexo, em que a combinação de novas tecnologias com táticas militares tradicionais têm gerado ensinamentos profundos. O conflito evidenciou a crescente importância de capacidades como inteligência, movimentação rápida, fogos precisos, proteção eficaz e logística flexível, todos influenciados pelas tecnologias emergentes.

Em termos de inteligência, o uso maciço de drones, satélites e sistemas de guerra eletrônica desafiou a surpresa tática e estratégica, forçando adaptações rápidas nas táticas de ambos os lados. A integração dessas tecnologias, com apoio de inteligência artificial, tem potencializado a capacidade de prever e neutralizar movimentos inimigos, destacando a importância de sistemas robustos de comando e controle. O uso de veículos remotamente conectados por fibra óptica, por exemplo, é uma inovação fundamental para evitar interferências e manter as operações coordenadas em cenários de alta vulnerabilidade a ataques eletrônicos.

Em relação ao movimento e manobra, os combates confirmaram a relevância do uso de veículos blindados e mecanizados em áreas amplas e urbanizadas, porém expuseram a vulnerabilidade desses meios em face de armas anticarro modernas e SARP armados. A doutrina de ataque em profundidade e manobras rápidas foi aplicada com sucesso limitado, mas serviu como um alerta para a importância de flexibilidade nas forças mecanizadas e na criação de formações menores, como as unidades *Storm-Z*, que oferecem mais agilidade em combates urbanos e fortificados.

A proteção das tropas e instalações ganhou uma nova dimensão com o uso disseminado de tecnologias aéreas e de guerra eletrônica, exigindo uma combinação de defesas cinéticas e não cinéticas. O uso de camuflagem contra drones, gaiolas de proteção e a adoção de sistemas para bloquear sinais e enganar sensores foram cruciais para evitar a observação e neutralizar ataques. A defesa antiaérea, dividida em múltiplas camadas, mostrou ser essencial para a proteção de estruturas vitais e blindados.

No campo da logística, os desafios da guerra moderna foram amplificados pela necessidade de suprimentos constantes de munição e combustível, exacerbados pelas distâncias e ameaças contínuas de ataques aéreos e de mísseis. O uso de tecnologias não tripuladas para transporte e evacuação tem sido uma resposta em desenvolvimento para reduzir riscos nas operações de reabastecimento em zonas de combate.

A coordenação entre inteligência, fogos e manobra, com apoio crescente de IA, destacou a importância de redes resilientes de comunicação que sejam capazes de operar sob intensa interferência eletrônica. A guerra eletrônica demonstrou-se um fator crítico tanto para a ofensiva quanto para a defensiva, exigindo novas formas de proteção e adaptação tecnológica.

Assim, os ensinamentos da Guerra da Ucrânia sublinham a necessidade de uma doutrina militar que integre de forma dinâmica as inovações tecnológicas e as táticas tradicionais, reforçando que o futuro dos conflitos exigirá forças cada vez mais móveis, resilientes e tecnologicamente avançadas. Esse conflito vem servindo como um alerta para a importância de preparar-se para um ambiente de combate multidimensional e com ameaças em evolução constante, proporcionando lições valiosas para a modernização das forças armadas em todo o mundo.

Em síntese, no ano de 2024, os avanços russos foram facilitados pela adoção de unidades menores como as *Storm-Z* e os *Assault Detachments*, que refletem uma tentativa de adaptar a doutrina mecanizada para ambientes onde o uso de formações maiores, como os BTG, foi ineficaz. Tais grupos com capacidades combinadas são similares aos grupos de combate montados pelas forças alemãs na Segunda Guerra Mundial (*Kampfgruppen*) e podem refletir uma tendência para o futuro.

O avanço russo da segunda metade de 2024 tem buscado isolar pontos fortes e progredir nas áreas menores defendidas da Ucrânia, de modo a impedir uma defesa coordenada e eficaz. Ao mesmo tempo, a ofensiva tem como principais objetivos áreas-chave no terreno, como elevações e pontos logísticos de nível tático e operacional, facilitando ações futuras e obrigando os ucranianos a retraírem. Tais táticas já consideradas

tradicionais são enriquecidas com novos meios, em uma evolução contínua de tecnologias, já vistas em outros conflitos recentes, como na Síria. Isso reforça a ideia de que as forças armadas estão em constante adaptação a inovações tecnológicas.

Por fim, o estudo da arte da guerra, sobretudo em solo europeu, pode ser uma eficaz forma de aprendizagem para nosso exército, no objetivo constante de

atualização e transformação, buscando uma doutrina e meios modernos para que o Estado tenha condições de se proteger de qualquer ameaça externa. O estudo do que vem ocorrendo na região pode ainda ser aprofundado à luz do direito internacional, levantando novos desafios para a comunidade internacional.



Referências

BARBOSA, Carlos Eduardo de Matos. **A estratégia russa no conflito da Ucrânia**: contribuições para a doutrina militar brasileira. Vol. 841, 1º quadrimestre de 2020 – A Defesa Nacional.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Manual de Campanha EB70-MC-10.341 – Lista de Tarefas Funcionais**. Ed. 2016.

CARVALHO, Fausto Calado de. **O Pensamento de Clausewitz e sua aplicabilidade nos principais conflitos irregulares assimétricos do pós-Segunda Guerra Mundial**. ECEME. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/6106/1/MO%206176%20-%20CALADO.pdf>, 2019.

EVANS, Angelica; MAPPES, Grace; STEPANENKO, Kateryna; GASPARYAN, Davit; BAILEY, Riley; and KAGAN, Frederick W. **Russian Offensive Campaign Assessment**. Disponível em: <https://www.understandingwar.org/sites/default/files/Russian%20Offensive%20Campaign%20Assessment%20September%202021%2C%20202024%20%2028PDF%29.pdf>. September 21, 2024, 9:30pm ET.

FREITAS, Igor Leonardo Ventapane. **A inteligência artificial como ferramenta para a atividade de inteligência no combate ao terrorismo**. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/11878/1/MO%206702%20-%20IGOR%20Leonardo%20VENTAPANE%20Freitas.pdf> ECEME, 2022.

GALAN, Javier. **How the Kursk offensive has changed the front lines in Ukraine war**. El País, 10 set 2024. Disponível em: <https://english.elpais.com/international/2024-09-10/maps-how-the-kursk-offensive-has-changed-the-front-lines-in-ukraine-war.html>.

GLANTZ, David M.; HOUSE, Jonathan M. **The Battle of Kursk**. University Press of Kansas, 1999.

GRAU, Lester W. **Restructuring the Tactical Russian Army for Unconventional Warfare**. Red Diamond 5, nº 2 (February 2014). Disponível em: https://community.apan.org/cfs-file/_key/docpreview-s/00-00-00-84-85/20140926-Grau-2D_00_-Restructuring-the-Tactical-Russian-Army-for-Unconventional-Warfare.pdf.

HOOGHE, Liesbet *et al.* **The Russian threat and the consolidation of the West**: How populism and EU-skepticism shape party support for Ukraine. European Union Politics, 2024. Disponível em: <https://www.maxwell.syr.edu/research/article/the-russian-threat-and-the-consolidation-of-the-west>. Acesso em: 10 maio 2024.

JARDIM, Jonathas da Costa. **A logística russa no contexto do conflito com a Ucrânia**: alguns apontamentos. Observatório Militar da Praia Vermelha. ECEME: Rio de Janeiro. 2022.

JONES, Seth G. **Russia's III-Fated Invasion of Ukraine**: Military Lessons Learned. CSIS Briefs, Vol. 1, nº 1, p. 1-14, 2022.

KNOTT, Eleanor. **Existential nationalism**: Russia's war against Ukraine. *Nations and Nationalism*, Vol. 29, nº 1, p. 45-52, 2023.

LEWIS, Kaitlin. **Ukrainian Reserve Officer Says Russia Is Forming Special 'Storm Z' Units**. *Newsweek* (April 8, 2023). Disponível em: <https://www.newsweek.com/ukrainian-reserve-officer-says-russia-forming-special-storm-z-units-1793135>.

TIAN, Nan *et al.* **Developments in Military Expenditure and the Effects of the War in Ukraine**. *Defence and Peace Economics*, Vol. 34, nº 5, p. 547-562, 2023.

Guerra na Ucrânia: lições aprendidas para o Estado brasileiro

William Rodrigues Ochsendorf e Souza*

Introdução

O conflito entre a Rússia e a Ucrânia surpreendeu estudiosos de geopolítica por ocorrer em um momento de paz relativa na Europa. A última guerra significativa no continente havia ocorrido entre Kosovo e Macedônia, entre os anos de 1998 a 2001 (Smith, 2020). A estabilidade e os avanços na agenda contra conflitos, como a diminuição das barreiras fronteiriças na União Europeia, eram vistos como promissores para a paz mundial. O conflito na Ucrânia, no entanto, trouxe de volta à Europa a dura realidade da guerra.

A primeira fase do conflito começou em 2014 com a invasão russa à Crimeia, tendo sofrido um resfriamento até fevereiro de 2022, quando a Rússia iniciou uma nova ofensiva no território ucraniano. Nessa conjuntura, diversas vulnerabilidades nos sistemas de defesa, guerra cibernética e relações internacionais da Ucrânia foram expostas e isso trouxe implicações significativas para a segurança global, destacando a importância de estudos detalhados. Essa guerra marcou um retorno aos combates convencionais, com o uso de carros de combate e artilharia de longo alcance, resultando em um número crescente de mortos e feridos.

Aprender com as características desse conflito, especialmente com as motivações que o conduziram e suas lições aprendidas, é um desafio para os exércitos de todo o mundo. Assim, à medida que o Brasil

também enfrenta desafios na salvaguarda de sua integridade territorial e interesses nacionais, há oportunidades valiosas de aprendizado com a experiência ucraniana, pois se acredita que a guerra russo-ucraniana transforme a forma como os Estados-nação devem se preparar para conflitos armados nas próximas décadas (OMPV, 2024).

Nesse sentido, é importante que o Brasil e as Forças Armadas brasileiras aprendam com as lições da guerra russo-ucraniana, recomendando estudos sobre a forma como o Brasil prepara suas Forças Armadas.

Confrontação do contexto ucraniano e brasileiro

A Ucrânia, outrora parte da União Soviética, viu-se no epicentro de uma crise geopolítica que envolveu a anexação da península da Crimeia pela Rússia e o conflito no leste do país, especialmente na região do Donbass. Esses eventos desencadearam reflexões globais sobre a importância da capacidade de resguardar a soberania dos Estados-nação e as melhores estratégias para tal.

Por sua vez, o Brasil enfrenta desafios próprios em relação à sua soberania. Com vastos recursos

* Cel Inf (AMAN/1999, EsAO/2008, ECEME/2017, CPEAEx/2024). Possui o Curso de Estado-Maior Conjunto da ESG (CEMC/2019). Atualmente, serve no Comando da 2ª Região Militar, em São Paulo.

naturais, uma extensa fronteira terrestre e marítima e uma posição estratégica na América do Sul, o país precisa estar atento aos riscos que ameaçam sua autonomia e capacidade de decisão (Almeida, 2018). Dessa forma, visualiza-se a possibilidade de existirem similaridades entre o contexto ucraniano e brasileiro no que tange à percepção de ameaças a sua soberania.

Apesar da posição consolidada de suas fronteiras, a volatilidade do cenário geopolítico atual brasileiro sugere aos chefes militares atenção redobrada em temas com similaridade ao contexto ucraniano. O objetivo é analisar como as circunstâncias que antecederam a Guerra da Ucrânia podem lançar luz sobre os desafios enfrentados pelo Brasil, utilizando uma abordagem comparativa para identificar pontos de convergência e divergência entre os dois países.

A volatilidade dos contextos geopolíticos atuais

Os conflitos geopolíticos e as disputas informacionais são temas de grande relevância no cenário global atual. Assim, entender a forma como esses elementos influenciam a estabilidade e soberania das nações, propõe reflexões sobre as características da sociedade moderna, é fundamental para a adequada proteção da soberania.

Na realidade geopolítica atualmente dominante, a estabilidade pode ser perdida com uma rapidez muito grande após o desencadeamento de fatos provocados pela intenção de atores externos ou decorrentes das fragilidades presentes nos países. Nesse viés, a criação do acrônimo VUCA (Volatilidade, Incerteza, Complexidade e Ambiguidade) pelo U.S. Army War College sintetiza as características do cenário geopolítico contemporâneo (Bennett e Lemoine, 2014).

Soma-se a esse contexto o advento da guerra híbrida, que combina táticas militares, econômicas, cibernéticas e de informação, tornando a situação ainda mais complexa. Com esse tipo de guerra, as fragilidades das nações e de suas instituições podem ser exploradas por atores externos, como ocorreu na Ucrânia antes do ataque russo.

Assim, traçando uma comparação entre o contexto ucraniano na época das invasões – em 2014 e em 2022 – e do Brasil atual, foram elencados alguns parâmetros para que seja possível identificar as medidas que podem ser tomadas visando a um melhor resguardo à soberania brasileira. No presente estudo, os parâmetros elencados são: as dificuldades geopolíticas presentes nas fronteiras dos países; a existência de forças armadas capazes de fazer frente às principais ameaças presentes; e os conflitos informacionais enfrentados.

Dificuldades geopolíticas presentes nas fronteiras de ambos os países

As questões geopolíticas e de segurança nas fronteiras são indagações críticas que influenciam diretamente na preservação da soberania das nações de todo o mundo. A experiência da Ucrânia com a Rússia oferece lições valiosas sobre como um país pode ser vulnerável a ameaças externas e sobre como fortalecer suas capacidades defensivas (Pifer, 2016).

Em 2014, a Rússia anexou a Crimeia, uma região estrategicamente importante para o controle do mar Negro, destacando a importância de manter uma presença militar forte nas áreas de fronteira e de ter alianças internacionais robustas para desencorajar ações de anexação.

As regiões de Donetsk e Luhansk, no leste da Ucrânia, foram palco de conflitos entre forças ucranianas e separatistas apoiados pela Rússia. A incapacidade de controlar efetivamente essas regiões de fronteira resultou em uma prolongada guerra civil de caráter separatista e na perda de controle sobre partes significativas do território ucraniano.

Em resposta às ameaças, a Ucrânia teve que reavaliar e fortalecer suas defesas nas fronteiras orientais. A criação de barreiras físicas, o aumento da presença militar e a implementação de tecnologia de vigilância foram algumas das medidas adotadas.

O Brasil, com suas extensas fronteiras terrestres e marítimas, enfrenta desafios únicos nesse campo, exigindo atenção dos governantes e investimentos

constantes em infraestrutura de defesa. Com fronteiras que se estendem por mais de 16.000km, é vizinho de 10 países sul-americanos e os problemas presentes nas regiões fronteiriças brasileiras envolvem sua utilização como rotas para o tráfico de drogas, armas e pirataria, onde as facções criminosas transnacionais representam uma ameaça constante à segurança pública e à defesa nacional.

Além disso, a disputa entre Venezuela e Guiana, próxima à fronteira norte do Brasil, pode ter repercuções na estabilidade regional, o que requer do país a necessidade de prontidão para fazer frente aos possíveis conflitos que possam afetar a segurança nas suas fronteiras.

Dessa forma, ao observar as boas práticas adotadas pela Ucrânia, visualiza-se que, além das medidas já adotadas pelas Forças Armadas brasileiras, seja desejável investir em sistemas de vigilância avançados, como drones e sensores, para incrementar e complementar as atividades de vigilância das fronteiras de maneira ainda mais eficaz do que existe no Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON).

A existência de forças armadas capazes de fazer frente às principais ameaças presentes

A história ensina que a força militar desempenha um papel crucial na proteção da soberania nacional. Segundo Smith (1983, p. 250),

a segurança pública é uma das principais responsabilidades do soberano, que deve garantir a proteção da sociedade contra a violência e a invasão de outras sociedades independentes.

No início do conflito, a Ucrânia enfrentou sérias dificuldades para manter a integridade de suas forças armadas, revelando deficiências que comprometeram a capacidade do país de resistir efetivamente à agressão russa. Antes da primeira investida russa, em 2014, as Forças Armadas ucranianas recebiam um orçamento insuficiente e estavam mal equipadas.

Após anos de negligência e episódios críticos de corrupção nas esferas de poder ligadas à defesa estatal ucraniana, a prontidão operacional estava em um nível crítico. Além disso, a Ucrânia carecia de sistemas de defesa modernos, como veículos blindados e sistemas de defesa aérea avançados, que são cruciais em um conflito de alta intensidade (Gressel, 2015).

Durante os oito anos de combate aos separatistas, entre 2014 e 2022, a Ucrânia aumentou consideravelmente seu orçamento de defesa, mas nem tal ação foi suficiente para evitar o avanço das tropas russas em sua segunda investida (Gressel, 2015). A superioridade tecnológica da Rússia, especialmente em mísseis hipersônicos e poder aéreo, foi um fator decisivo no conflito com a Ucrânia. O emprego dos modernos mísseis hipersônicos Avangard e Kinzhal, que possuem capacidades de manobra e velocidades que dificultam a interceptação, bem como dos caças de quinta geração SU-57, que garantiam a superioridade aérea no conflito, demonstram como a tecnologia avançada pode alterar o equilíbrio de poder em um conflito (Reuters, 2022).

Os mísseis hipersônicos russos possuem duas características que os tornam quase invencíveis. Os mísseis Kinzhal podem atingir até Mach 10 de velocidade, o que significa em torno de 12.000km/h, além de serem capazes de deslocar-se a baixa altitude de voo e com a possibilidade de mudar de trajetória balística, dificultando sua detecção antecipada. Em consequência da detecção tardia, a defesa contra esse tipo de armamento é praticamente impossível.

Para reverter essa situação, a Ucrânia implementou uma série de reformas, incluindo o aumento do orçamento de defesa e o investimento em tecnologias de ponta, como os sistemas de vigilância, drones de reconhecimento e combate, sistemas de defesa antiaérea avançados e mísseis de longo alcance (Lindenfeld, 2023).

Os esforços implementados foram fundamentais para reestruturar a defesa do país, diminuindo o ímpeto do avanço russo e prolongando o desfecho do conflito. Os efeitos de tais ações, no entanto, só começaram a mostrar resultados significativos anos após sua imple-

mentação, o que certamente custou muito caro ao país e ao povo ucraniano.

Outra dificuldade sentida pela Ucrânia durante o conflito foi a sua insuficiente capacidade logística. Um exemplo notável se deu na Batalha de Debaltseve, ocorrida em janeiro e fevereiro de 2015. Durante esse confronto, as forças ucranianas enfrentaram grandes desafios logísticos ao tentar manter suprimentos e reforços às tropas cercadas pelos separatistas apoiados pela Rússia (BBC News, 2015).

A falta de uma infraestrutura logística robusta levou a uma situação em que as unidades ucranianas ficaram sem munição e suprimentos essenciais, resultando em pesadas baixas e na eventual retirada forçada de Debaltseve.

O Brasil, por sua vez, tem suas Forças Armadas divididas em Marinha, Exército e Força Aérea, as quais têm a missão de defender a pátria, garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem, considerando o atual contexto geopolítico volátil. Assim, aprender com a desastrosa experiência ucraniana em Debaltseve é crucial para evitar problemas semelhantes em um eventual conflito no entorno estratégico brasileiro.

A título de exemplo, recentemente, o Brasil mobilizou tropas em Roraima para responder à crescente tensão na região de Essequibo, superando dificuldades que incluíram gargalos na capacidade operacional dos aeroportos regionais em Roraima, limitações na infraestrutura rodoviária e ferroviária para acesso rápido e eficiente às áreas estratégicas, bem como desafios na manutenção e operação de hidrovias na região amazônica.

Esses obstáculos destacam a urgência de investimentos e melhorias contínuas na infraestrutura logística brasileira de forma a garantir uma resposta eficaz a situações emergenciais como essa, permitindo uma rápida mobilização de tropas e recursos para qualquer região do país. Tal capacidade é essencial para a defesa de um território extenso como o brasileiro.

E, apesar de não se deparar com ameaças militares iminentes, como a Ucrânia, o entendimento da importância de dispor de forças armadas modernas e bem treinadas é essencial para garantir a soberania nacional. Nesse sentido, o Brasil tem buscado modernizar suas forças armadas por meio de programas estratégicos sob responsabilidade das Forças Singulares e do

Ministério da Defesa, os quais visam a aquisição de novos equipamentos, evitando a disparidade tecnológica em um eventual conflito contra ameaças presentes no seu entorno.

O presente estudo vai confrontar as capacidades militares brasileiras com as da Venezuela, país que faz parte do entorno brasileiro, limitando a comparação à existência dos meios blindados da função de combate *manobra*, aos meios de combate aéreo e à capacidade de defesa anticarro e antiaérea. Tal contexto é o mais relevante ao considerar a ameaça da invasão venezuelana em Essequibo passando por território brasileiro.

Assim, no que diz respeito aos veículos blindados, a Venezuela se destaca por contar com os T-72 e T-62, além de veículos de transporte de pessoal como BTR-80 e BMP-3, todos de origem russa (SIPRI, 2020). Em contrapartida, o Brasil possui uma variedade de veículos, incluindo a VBTP M113, a VBTP-MR Guarani, VBMT-LSR Guaicuru, VBR Cascavel, as VBC Leopard 1A5 BR e M60A3 TTS, cada um com características específicas, que abrangem desde transporte de tropas até combate blindado.

Destaca-se, ainda, a recente aquisição dos modernos blindados Centauro II, previstos para chegar ao país nos próximos meses, que dispõem de excelente mobilidade tática e estratégica, proteção balística, alta tecnologia embarcada e um poderoso canhão de 120mm, capaz de enfrentar os mais modernos carros de combate principais da atualidade (Janes's, 2022).

No campo dos aviões de caça, o Brasil opera uma frota que inclui os veteranos F-5EM e os modernos Gripen E/F, recentemente incorporados. Esses últimos são reconhecidos por sua tecnologia avançada e capacidade multiuso. Por outro lado, a Venezuela mantém os caças SU-30, de quarta geração, de fabricação russa, renomados por suas capacidades de manobra e armamento.

Em relação aos helicópteros de ataque, o Brasil utiliza o versátil H-60 Black Hawk e está adquirindo mais unidades dele. Enquanto isso, a Venezuela também conta com os MI-35, os quais foram recentemente abandonados pelas forças brasileiras, além do MI-28, que são aeronaves essenciais para o desempenho de missões táticas de apoio às tropas terrestres. Ainda no combate aéreo, o Brasil desenvolveu o míssil ar-ar MAA-1B Piranha, utilizado em seus caças F-5EM e Gri-

pen E/F para defesa aérea e combate ar-ar. A FAB também conta com mísseis de última geração IRIS-T (combate aéreo próximo) e Meteor (combate aéreo além do alcance visual).

Sobre os armamentos antícarro, em junho do corrente ano, o Exército Brasileiro adquiriu 100 unidades do sistema míssil antícarro (MAC) Spike LR2, 10 lançadores, 10 simuladores e equipamentos de apoio e suporte, além de ter terminado o desenvolvimento do míssil MSS 1.2 AC, que é um armamento antícarro portátil de desenvolvimento nacional, de médio alcance (*Defence News*, 2023).

Por outro lado, a Venezuela possui mísseis antiaéreos de origem russa, como os sistemas S-300 e os MANPADS Igla, utilizados para defesa aérea de longo e curto alcance, respectivamente. A capacidade de mísseis antitanque, com os sistemas Kornet, também é destacável.

Do exposto, a análise comparativa revela que o Brasil possuirá uma vantagem tecnológica significativa no campo dos aviões de caça e dos veículos blindados, especialmente quando a incorporação dos Gripen E/F e das VBC Centauro II estiverem concluídas. Por sua vez, a Venezuela mantém uma posição robusta em termos de defesa antiaérea.

Necessidade de um orçamento de defesa mais robusto

No tocante às fragilidades presentes na Ucrânia durante o conflito e as similaridades com a realidade brasileira, o primeiro parâmetro avaliado foi a capacidade das Forças de Defesa Ucranianas em face do poderio russo. Essas forças não foram suficientes para impedir a invasão russa e manter a inviolabilidade de seu território.

Um indicador interessante a ser avaliado é que, ao contrário da meta de investimento de 2% do PIB proposta pela OTAN aos países associados, a Ucrânia em 2013 investiu cerca de 1,5% de seu PIB (SIPRI, 2022). Em 2022, após anos de conflitos com os separatistas de origem russa, a Ucrânia alcançava 3,1% do PIB.

Ao confrontar o caso ucraniano com o brasileiro, percebe-se semelhança, pois ambos os países não dispõem dos percentuais de recursos de defesa propostos pela OTAN, pois o histórico brasileiro na última década foi de investir menos de 1,5% de seu PIB. Por outro lado, a ressalva ao caso brasileiro é o fato de o Brasil não ter uma ameaça de vulto similar ao existente no lado oposto da fronteira ucraniana.

Os acordos de assistência recíproca e de cooperação militar de cada país

No início do conflito, a Ucrânia não possuía alianças militares consolidadas, uma vez que sempre esteve sob a esfera de influência russa e do Pacto de Varsóvia. Assim, a Ucrânia não pôde contar com uma ajuda militar que lhe enviasse tropas e equipamentos militares em quantidade suficiente para complementar suas capacidades e lhe permitisse combater os russos de forma adequada.

Conforme o conflito foi se desenvolvendo, contudo, a Ucrânia foi paulatinamente incrementando seus acordos de assistência internacional, particularmente com os países da OTAN, o que foi fundamental para aumentar sua capacidade defensiva. Essa integração com aliados ofereceu ao país um suporte adicional em situações de conflito por meio do fornecimento de equipamentos e treinamento especializado, melhorando a eficiência logística das Forças Armadas da Ucrânia (NATO, 2024).

Pelo estudo daquele país, o Brasil poderia verificar a possibilidade de incrementar as parcerias militares com países aliados, participando de uma quantidade maior de exercícios e operações combinadas, particularmente com países da OTAN, o que resultaria no aumento de sua capacidade de dissuasão.

Por outro lado, ao contrário da Ucrânia, o Brasil se encontra em situação mais consolidada, pois faz parte do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), em vigor desde 1947, e exerce papel de liderança na América do Sul, onde há projeto para criação do Conselho de Defesa. Além disso, já desenvolve ati-

vidades de adestramento com tropas estrangeiras tais como os exercícios Culminating, Core, Amazonlog, Arandu, Cruzex, Panamax entre outros.

Os conflitos informacionais e o emprego da guerra híbrida

O termo “conflitos informacionais” foi criado para referir-se ao uso estratégico da informação para influenciar a opinião pública, desestabilizar governos e manipular percepções internacionais (Rid, 2012). Esse tipo de guerra tem sido amplamente utilizado na Ucrânia, onde desinformação, propaganda e ciberataques desempenham papéis cruciais no conflito com a Rússia. A análise desses eventos proporciona lições valiosas para o Brasil, que já enfrenta desafios similares no presente e que podem piorar em contextos futuros.

Desde o início do conflito com a Rússia, a Ucrânia tem sido alvo de uma intensa campanha de desinformação. Mídias controladas pelo governo russo e outros meios de comunicação disseminaram notícias falsas e propaganda para justificar a anexação da Crimeia e desacreditar o governo ucraniano. Essa estratégia incluiu a disseminação de teorias da conspiração e narrativas falsas sobre o conflito.

Como exemplo, a mídia russa repetidamente alegou, sem evidências, que o governo ucraniano estava sendo controlado por neonazistas, o que foi amplamente desmentido por especialistas internacionais. Além disso, foram divulgadas informações falsas sobre supostos ataques contra a população russa na Ucrânia, utilizados para justificar a intervenção militar (Friedman, 2017).

Em um episódio notável, a mídia russa divulgou imagens falsas de supostos refugiados e cenas de violência que, na verdade, eram retiradas de outros conflitos. Essas táticas de desinformação não só criaram confusão e desconfiança entre a população ucraniana e a comunidade internacional, mas também dificultaram os esforços do governo ucraniano para ganhar apoio interno e externo (Higgins, 2017).

A Ucrânia também enfrentou numerosos ciberataques que visavam infraestruturas críticas, como sis-

temas de energia e telecomunicações. Esses ataques, atribuídos a *hackers* russos, foram projetados para desestabilizar o país, causar pânico entre a população e comprometer a capacidade do governo ucraniano de responder ao conflito. Um exemplo notável foi o ataque à rede elétrica ucraniana em 2015, que deixou parte do país sem energia elétrica (Zetter, 2016).

Plataformas de redes sociais também foram usadas para espalhar desinformação e fomentar divisões internas na Ucrânia. Perfis falsos e robôs foram empregados para amplificar mensagens de propaganda, influenciar a opinião pública e semear desconfiança nas instituições ucranianas.

O Brasil, com sua vasta presença digital e importância geopolítica, não está imune a tais ameaças. Conflitos informacionais podem se manifestar de várias formas no país, como as campanhas de desinformação que buscaram influenciar processos eleitorais.

Nas eleições de 2018 e de 2022, o país enfrentou uma onda de notícias falsas disseminadas especialmente por intermédio das redes sociais e aplicativos de mensagens, como o WhatsApp. Essas campanhas de desinformação não só tentaram manipular a opinião pública e influenciar o resultado das eleições, mas também exacerbaram polarizações e divisões sociais. As autoridades brasileiras, inclusive o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), tiveram que intensificar os esforços para identificar e combater as *fake news*, criando parcerias com plataformas digitais para monitorar e remover conteúdos enganosos (Marchetti, 2022).

Além disso, a disseminação de desinformação sobre a pandemia de covid-19, com notícias falsas sobre vacinas e tratamentos, exemplifica como esses ataques podem comprometer a saúde pública e a confiança nas instituições (Rodrigues, 2021).

Outro ponto que merece atenção especial é a campanha de desinformação e propaganda que busca minar as políticas ambientais da região da floresta amazônica. Narrativas falsas sobre desmatamento e violações de direitos humanos têm sido criadas e, no futuro, podem ser usadas para justificar pressões internacionais ou intervenções em território nacional. Esse tipo de desinformação não apenas distorce a realidade ambiental da região, mas também pode comprometer a sobera-

nia nacional ao influenciar negativamente a percepção internacional sobre as políticas brasileiras (Guimarães, 2022).

Além disso, as redes sociais oferecem uma plataforma para disseminar desinformação sobre políticas governamentais, crises econômicas e questões de segurança. Essas campanhas podem manipular a opinião pública, criando divisões e desconfiança em relação às autoridades governamentais. No contexto brasileiro, isso é particularmente relevante devido à polarização política e social, em que informações distorcidas podem intensificar conflitos e prejudicar o entendimento público de questões complexas (Kalil, 2021).

Outro fator importante presente na realidade brasileira é a concentração de mídia em poucas empresas influentes, o que pode distorcer a narrativa e limitar a diversidade de fontes de informação, divulgando, por vezes, apenas uma porção conveniente dos fatos.

Para enfrentar esses desafios, o Brasil precisa adotar medidas preventivas e reativas, tais como os investimentos em tecnologia de cibersegurança e treinamento de especialistas, que são cruciais para proteger infraestruturas críticas contra ciberataques. Além disso, as ferramentas de monitoramento e análise de redes sociais e promoção de educação digital para a população podem ajudar a identificar e neutralizar campanhas de desinformação, aumentando a resiliência contra a manipulação.

Ao aprender com as experiências da Ucrânia, o Brasil pode desenvolver uma estratégia robusta para proteger-se contra conflitos informacionais, assegurando a integridade de suas instituições democráticas, a segurança de suas infraestruturas críticas e, em última análise, de sua soberania.

Materiais empregados com sucesso no conflito na Ucrânia

Observando os sistemas de vigilância disponíveis tanto no Brasil quanto no conflito da Ucrânia, é evidente a necessidade de explorar novas tecnologias para aprimorar as capacidades de vigilância nas fronteiras

brasileiras. Aquele conflito tem sido um campo de testes para diversas tecnologias avançadas de vigilância e combate, que poderiam ser consideradas pelas Forças Armadas brasileiras.

A implementação dessas tecnologias poderia fortalecer não apenas a segurança das fronteiras, mas também aumentar a eficácia das operações militares dentro ou fora do território nacional, proporcionando dados em tempo real, que são cruciais para tomadas de decisão rápidas e precisas nas operações militares e de segurança nacional.

A seguir serão apresentados alguns exemplos de materiais que poderiam agregar poder de combate à realidade brasileira.

Drones Bayraktar e AeroVironment Switchblade

Como exemplo de material empregado na Ucrânia, citam-se os drones Bayraktar TB2, conhecidos por sua capacidade de realizar reconhecimento e ataques precisos. Eles podem ser usados para vigilância de longa duração e reconhecimento em áreas de difícil acesso.



Figura 1 – Drone Bayraktar TB2

Fonte: Aeroflap, 2022. Disponível em: <https://www.aeroflap.com.br/bayraktar-tb2-o-drone-turco-que-esta-destruindo-o-exercito-russo-na-ucrania/>. Acesso em: 6 jul 2024

Os drones Bayraktar TB2 aumentariam a eficácia brasileira na vigilância e reconhecimento de fronteiras, oferecendo capacidade de vigilância persistente e de longo alcance, além de melhorar a prontidão para responder a ameaças em tempo real.

Além disso, drones *kamikaze*, como o AeroVironment Switchblade, que podem ser usados para ataques

de precisão e reconhecimento, são pequenos, portáteis e podem ser lançados rapidamente para missões específicas.



Figura 2 – Drone AeroVironment Switchblade

Fonte: Canaltech. 2022. Disponível em: <https://canaltech.com.br/veiculos/switchblade-conheca-o-drone-que-os-eua-enviaram-para-ajudar-a-ucrania-213145/>. Acesso em: 6 jul 2024

Sistemas de radar NA/TPQ-36 e de guerra eletrônica Krasukha-4

Os sistemas de radar, como o AN/TPQ-36 Firefinder, são utilizados no conflito da Ucrânia para detectar e rastrear a origem de disparos de artilharia inimiga, ajudando a identificar ameaças antes que causem danos significativos.

No Brasil, o sistema poderia ser empregado para identificar a origem dos disparos de artilharia inimiga em um suposto conflito, permitindo uma resposta mais rápida, aumentando a eficácia das operações e a proteção das tropas. Também poderia ser instalado em áreas críticas de fronteira, monitorando movimentos e atividades suspeitas.

Além de sua aplicação militar, esses sistemas poderiam ser adaptados para apoiar operações contra o tráfico de drogas e outras atividades criminosas, especialmente em áreas urbanas e rurais onde a presença ilegal é uma preocupação.

Em resumo, o AN/TPQ-36 Firefinder seria uma adição valiosa para as capacidades de vigilância e defesa do Brasil, oferecendo uma vantagem significativa em termos de detecção e resposta a ameaças em diversas operações militares e de segurança nacional.

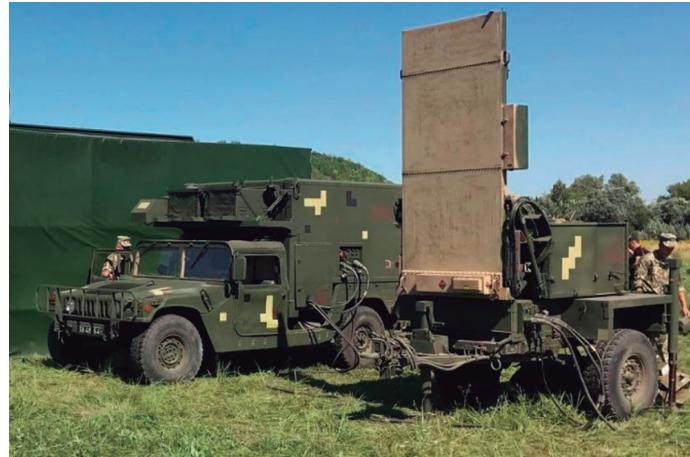


Figura 3 – Radar AN/TPQ-36 Firefinder

Fonte: Gagadget. 2022. Disponível em: <https://gagadget.com/en/139667-armed-forces-of-ukraine-use-american-antpq-36-counter-battery-radars-at-the-front-video/>. Acesso em: 6 jul 2024

Percebe-se ainda, na Ucrânia, o amplo emprego dos sistemas de guerra eletrônica, como o Krasukha-4, usados para bloquear sinais de radar e sistemas de comunicação. Tal equipamento poderia ser útil para aumentar a proteção das comunicações e operações de vigilância contra interferências, reduzindo os riscos de interferência inimiga e aumentando a segurança operacional.



Figura 4 – Sistema de Guerra Eletrônica Krasukha-4

Fonte: Army Technology. Disponível em: <https://www.army-technology.com/projects/krasukha-electronic-warfare-ew-system-russia/>. Acesso em: 6 jul 2024

Câmeras térmicas FLIR Systems e satélites de observação Sentinel-1 e 2

Outras tecnologias de vigilância e reconhecimento, como câmeras infravermelhas e térmicas e satélite de observação, também são utilizadas. Tais equipamentos detectam movimentos e atividades suspeitas em condições de baixa visibilidade ou em ambientes com muita vegetação.

Por exemplo, as câmeras térmicas da FLIR Systems são usadas para monitoramento contínuo e para detecção do calor emitido por veículos e pessoas, mesmo em total escuridão. Satélites de observação, como os Sentinel-1 e Sentinel-2 da Agência Espacial Europeia, fornecem imagens de alta resolução, que permitem monitorar grandes áreas e detectar mudanças no terreno, além de serem cruciais para a coleta de inteligência e planejamento de operações militares.

No Brasil, os satélites de observação já são empregados por empresas como a EMBRAPA. Esse tipo de emprego em prol de operações militares proporcionaria uma visão mais abrangente e detalhada das áreas de interesse, permitindo uma análise estratégica e tática mais precisa, fortalecendo a capacidade de monitoramento e resposta a ameaças potenciais em grandes áreas de fronteira.



Figura 5 – Câmera térmica FLIR Systems

Fonte: Svekon, 2024. Disponível em: <https://svekon.se/en/portfolio/flir-ranger-hdc-mr-2/>. Acesso em: 6 jul 2024



Figura 6 – Satélite de observação Sentinel-2

Fonte: Airbus, 2024. Disponível em: <https://www.airbusdefenceandspace.nl/project/sentinel-1-2/>. Acesso em: 6 jul 2024

Míssil antiaéreo de longo alcance S-400

A obtenção de um sistema de mísseis antiaéreos de longo alcance do tipo S-400, de origem russa, representaria um marco significativo para o fortalecimento das capacidades de defesa antiaérea do Brasil, uma vez que ele é capaz de engajar alvos aéreos a longas distâncias, oferecendo uma camada de defesa crucial contra ameaças aéreas modernas (Smith, 2022, p. 45).

Atualmente, o Brasil enfrenta desafios em sua defesa aérea devido à ausência de sistemas modernos e de longo alcance, que possam efetivamente neutralizar a superioridade aérea adversária (Jones, 2021). Como exemplo, é possível citar a ameaça dos caças SU-30 venezuelanos, conhecidos por suas capacidades avançadas de manobra e armamento, representando uma ameaça considerável para o espaço aéreo brasileiro em potencial cenário de conflito.



Figura 7 – Sistema Antiaéreo S-400

Fonte: Defesa Aérea e Naval, 2015. Disponível em: <https://www.defesaeanaval.com.br/geopolitica/e-possivel-derrotar-o-s-400-sistema-anti-aeronaves-russas-na-siria/>. Acesso em: 6 jul 2024

Conclusão

O cenário geopolítico atual é altamente volátil, com a possibilidade concreta de conflitos inesperados. A história recente da Ucrânia demonstrou que uma defesa frágil pode resultar na perda de soberania e integridade territorial (Menon; Rumer, 2015).

Nesse contexto, a análise das lições aprendidas com o conflito ucraniano evidencia as potencialidades brasileiras, mas também destaca algumas fragilidades, especialmente considerando as vastas riquezas naturais e a extensa fronteira do país. Na presente conclusão, pretende-se elencar de forma resumida as principais possibilidades de incremento à soberania brasileira, as quais foram destacadas ao longo do texto.

Inicialmente, aprendendo com a dificuldade ucraniana na Batalha de Debaltseve, comprehende-se que o desenvolvimento de uma infraestrutura logística mais adequada às necessidades de mobilização de tropas e recursos é primordial para a soberania brasileira.

Entende-se, também, como fundamental, a conclusão dos processos de obtenção de materiais militares já iniciados, tais como as VBTP Guarani, VBMT Guaicuru, VBC Centauro II, os caças Gripen E/F, helicópteros de ataque Black Hawk, sistemas de mísseis antincarro Spike LR2 e MSS 1.2.

Nesse mesmo contexto, embora não tenham sido citados anteriormente, por não se enquadarem na disputa de Essequibo, convém destacar o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), que inclui a construção de submarinos convencionais da classe Riachuelo e o desenvolvimento do primeiro submarino nuclear brasileiro, o Álvaro Alberto, que demonstram a pujança da Base Industrial de Defesa brasileira.

Ainda no contexto da obtenção de novos equipamentos e capacidades para uso em prol da defesa e resguardo da soberania e integridade nacional, mas agora tratando de propostas de aquisição, sugere-se avaliar materiais como drones, sistemas de vigilância, sistemas de radar, sistemas de guerra eletrônica, satélites de observação e mísseis de artilharia antiaérea de médio e longo alcance, que foram apresentados e estão presentes nos conflitos atuais. Tais acréscimos às capacidades

das Forças Armadas brasileiras poderiam fazer uma diferença significativa diante de uma eventual necessidade.

Sobre as alianças militares, ratificar a vigência de acordos de assistência, como o TIAR, que, apesar de já ter mais de meio século, ainda está em vigor, além de aumentar a participação em exercícios combinados, particularmente com os membros da OTAN, também são medidas preventivas consideradas cruciais pelo elevado grau de dissuasão que podem causar.

Também é importante aprender com a estratégia usada pelos russos durante a invasão, que fez amplo emprego das táticas de guerra híbrida, cibernética e convencional e revelou vulnerabilidades significativas no sistema de defesa ucraniano. A experiência adquirida pelos ucranianos para contrapor-se a tal estratégia destacou a importância de uma defesa cibernética eficaz e de estratégias de comunicação que possam se contrapor às campanhas de desinformação e propaganda inimigas, o que pode servir de alerta para o Brasil.

Ainda nesse viés, os investimentos em tecnologia de cibersegurança e treinamento de especialistas são essenciais para proteger infraestruturas críticas contra ciberataques. Além disso, ferramentas de monitoramento e análise de redes sociais, juntamente com a promoção de educação digital para a população, ajudariam a identificar e neutralizar campanhas de desinformação, aumentando a resiliência contra manipulações tanto em tempos de paz relativa como durante os conflitos.

Por fim, no intuito de viabilizar os investimentos anteriormente elencados, cita-se a necessidade, assinalada pelo *Livro Branco de Defesa Nacional* brasileiro, de aumentar o investimento na área de defesa. Dessa forma, a meta de obter uma equiparação com os países membros da OTAN, que destinam aproximadamente 2% de seu PIB à área, parece ser a ideal. De qualquer forma, ainda que essa meta não seja alcançada em curto prazo, entende-se que as lições aprendidas com o conflito entre Rússia e Ucrânia destacam a importância de um investimento contínuo e estratégico em defesa, essencial para manter a soberania e segurança nacional diante de um cenário geopolítico cada vez mais volátil e complexo.

Referências

AEROVIRONMENT. **Switchblade 300**. Disponível em: <https://www.avinc.com/tms/switchblade>. Acesso em: 1º jul 2024.

ALMEIDA, R. (2018). **Brazil's Geopolitical Challenges and Strategic Interests**. Latin American Policy Review, 15(1), 89-105.

BAYKAR. **Bayraktar TB2**. Disponível em: <https://baykartech.com/en/uav/bayraktar-tb2/>. Acesso em: 1º jul 2024.

BBC News. **Ukraine Conflict**: Heavy fighting rages in Debaltseve. 3 fev 2015. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-31105655>. Acesso em: 3 jul 2024.

BENNETT, N., & LEMOINE, G. J. (2014). **What a difference a word makes**: Understanding threats to performance in a VUCA world. Business Horizons, 57(3), 311-317.

BONALUME, Ricardo. **"Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON): Tecnologias e Desafios"**. Revista Brasileira de Defesa, v. 6, n. 3, 2023. Disponível em: <<https://www.revistabrasileiradedefesa.gov.br/artigos/sisfron-tecnologias-desafios>>. Acesso em: 1º jul 2024.

BRITO, Ricardo. **"WhatsApp proibirá contas de disparos em massa de mensagens no Brasil"**. Reuters, 2018. Disponível em: <https://br.reuters.com/article/topNews/idBRKCN1MS22D-OB RTP>. Acesso em: 3 jul 2024.

DEFENSE NEWS. **"Ukraine's Drone War: A Look at the Technologies Being Used"**. Defense News, 2023. Disponível em: <https://www.defensenews.com/global/europe/2023/01/15/ukraines-drone-war-a-look-at-the-technologies-being-used/>. Acesso em: 1º jul 2024.

DEFENSE INDUSTRY DAILY. **Drone Warfare**: How UAVs are Changing the Battlefield. Disponível em: <https://www.defenseindustrydaily.com/drone-warfare-how-uavs-are-changing-the-battlefield-03507/>. Acesso em: 1º jul 2024.

FRIEDMAN, Uri. **"Russia's Trolling Army Isn't Just a Nuisance"**. The Atlantic, 12 jul 2017. Disponível em: <https://www.theatlantic.com/international/archive/2017/07/russia-trolls/533520/>. Acesso em: 3 jul 2024.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON)**. Disponível em: <<http://www.eb.mil.br/sisfron>>. Acesso em: 1º jul 2024.

G. LINDENFELD. **Inside The Pentagon's Failed Ukraine Policy**. Foreign Affairs, 2023. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/ukraine/2023-03-03/inside-pentagons-failed-ukraine-policy>. Acesso em: 3 jul 2024.

GUIMARÃES, Luciana. **Desinformação na Amazônia**: Como boatos sobre a floresta se espalham rapidamente. Deutsche Welle, 2022. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/desinformacao-na-amazonia-como-boatos-sobre-a-floresta-se-espalham-rapidamente/a-56847229>. Acesso em: 3 jul 2024.

GRESSEL, G. (2015). **Ukraine's Defense Reform**: Lessons from the Front. European Council on Foreign Relations.

HIGGINS, Andrew. **Fake News, Fake Ukrainians**: How a Group of Russians Tilted a Dutch Vote. The New York Times, 16 fev 2017. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2017/02/16/world/europe/russia-ukraine-fake-news-dutch-vote.html>. Acesso em: 3 jul 2024.

JANE'S DEFENCE WEEKLY. **Brazil acquires Centauro II 8x8 armored vehicles**. Jane's, 2022.

JANE'S DEFENCE WEEKLY. “**State-of-the-Art Surveillance Technologies in Ukraine**”. Jane's Defence Weekly, 2023. Disponível em: <https://www.janes.com/defence-news/state-of-the-art-surveillance-technologies-in-ukraine>. Acesso em: 1º jul 2024.

JONES, M. (2021). **Challenges in Brazilian Air Defense Strategy**. International Security Review, 15(2), 112-125.

KALIL, Naira. **Desinformação nas redes sociais e sua influência na polarização política**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2021. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10228>. Acesso em: 3 jul 2024.

KONSTRUKTORSKOE BYURO PRIBOROSTROYENIYA. **Krasukha-4**. Disponível em: <http://kbptula.ru/en/>. Acesso em: 1º jul 2024.

MARCHETTI, Vitória. “**Fake News e Eleições: O Desafio da Justiça Eleitoral Brasileira**”. Revista de Direito, Governança e Novas Tecnologias, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/344861484_Fake_News_e_Eleicoes_O_Desafio_da_Justica_Eleitoral_Brasileira. Acesso em: 3 jul 2024.

MENON, R., & Rumer, E. (2015). **Conflict in Ukraine**: The Unwinding of the Post-Cold War Order. MIT Press.

MINISTÉRIO DA DEFESA DO BRASIL. **Exército Brasileiro adquire sistemas de míssil antícarro Spike LR2**. Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/noticias/76532-exercito-brasileiro-adquire-sistemas-missil-anticarro-spike-lr2>. Acesso em: 3 jul 2024.

NATIONAL INTEREST. **How Ukraine's Military Outmatched Russia**. Disponível em: <https://nationalinterest.org/feature/how-ukraine%20%99s-military-outmatched-russia-206844>. Acesso em: 1º jul 2024.

NATO. **NATO support to Ukraine**. 24 jun 2022. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_37750.htm. Acesso em: 3 jul 2024.

PIFER, S. (2016). **The Eagle and the Trident**: U.S.-Ukraine Relations in Turbulent Times. Brookings Institution Press.

RAYTHEON. **AN/TPQ-36 Firefinder Weapon Locating System**. Disponível em: <https://www.raytheon.com/capabilities/products/antpq36>. Acesso em: 1º jul 2024.

REUTERS. **Russia's Avangard hypersonic missile system to be operational by yearend**: RIA. Reuters, 2019. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/idUSKBN1YV1PD/>. Acesso em: 3 jul 2024.

RID, T. (2012). **Cyber War Will Not Take Place**. Journal of Strategic Studies, 35(1), 5-32.

RODRIGUES, Eduardo. “**Como as fake news impactam a vacinação contra a Covid-19 no Brasil**”. Revista Brasileira de Saúde Materno-Infantil, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/VZJjPGQf9JzW3J3MzX7QHgf/?lang=pt>. Acesso em: 3 jul 2024.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SMITH, J. (2020). **European Geopolitical Stability in the 21st Century**. Journal of International Relations, 12(3), 345-367.

SMITH, J. (2022). **Strategic Importance of S-400 Systems in Modern Air Defense**. Defense Studies Journal, 20(3), 43-57.

SIPRI Arms Transfers Database. **Venezuela**: Deliveries of major conventional weapons, 1992-2019. Stockholm International Peace Research Institute, 2020. Disponível em: <https://www.sipri.org/databases/armstransfers>. Acesso em: 3 jul 2024.

THE CONVERSATION. **How Ukraine is Using Drones to Outwit Russia.** Disponível em: <https://theconversation.com/how-ukraine-is-using-drones-to-outwit-russia-186670>. Acesso em: 1º jul 2024.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). “**TSE e parceiros vão combater notícias falsas nas eleições 2022**”. TSE Notícias, 2021. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2021/Setembro/tse-e-parceiros-vao-combater-noticias-falsas-nas-eleicoes-2022>. Acesso em: 3 jul 2024.

UOL. (2021). **França diz que Amazônia não é só dos brasileiros e não assina com Mercosul.** Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2021/05/20/franca-diz-que-amazonia-nao-e-so-dos-brasileiros-e-nao-assina-com-mercosul.htm>.

UOL. (2023). **Venezuela-Guiana:** invasão teria que passar pelo Brasil. Disponível em: [<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2023/12/09/venezuela-guiana-invasao-teria-que-passar-pelo-brasil.htm>] (<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2023/12/09/venezuela-guiana-invasao-teria-que-passar-pelo-brasil.htm>).

ZETTER, Kim. **Inside the Cunning, Unprecedented Hack of Ukraine’s Power Grid.** Wired, 3 mar 2016. Disponível em: <https://www.wired.com/2016/03/inside-cunning-unprecedented-hack-ukraines-power-grid/>. Acesso em: 3 jul 2024.

A observação aérea como ferramenta de inteligência militar: estudo de caso da Força Interina das Nações Unidas no Líbano

Max Nicolato Botelho*

Introdução

A Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL) é uma missão de paz que está desdobrada no sul de seu território. Conforme CSONU (1978), a UNIFIL foi estabelecida para: confirmar a retirada das forças israelenses; restaurar a paz e a segurança internacionais e ajudar o governo libanês a garantir o retorno de sua autoridade efetiva na área.

O Setor Leste da UNIFIL é comandado por uma brigada espanhola, que é composta por batalhões dos seguintes países: Espanha (SPANBATT), Índia (INDOBATT), Indonésia (INDOBATT) e Nepal (NEPBATT). Esses batalhões possuem equipes de reconhecimento aéreo que utilizam a aeronave Bell UH-1H (**figura 1**).



Figura 1 – Aeronave Bell empregada na UNIFIL
Fonte: UNIFIL (2014)

As características do relevo do sul do Líbano, somadas com os ressentimentos da população libanesa em relação ao conflito com Israel, impedem que a UNIFIL consiga acessar por via terrestre todos os pontos de sua área de operações (AO). Essa negação de área tem exigido da UNIFIL o desenvolvimento de capacidades para tentar levantar informações nessas áreas. Nesse cenário, a observação aérea tenta se desenvolver como uma ferramenta para responder ao citado problema.

Conforme acordo técnico entre Brasil e Espanha (2014), o Exército Brasileiro (EB) contribui com a UNIFIL com o envio de um contingente (CONTBRAS) de sete militares que integram a brigada espanhola no Setor Leste da missão. Dentre esses militares, existe um capitão com a função de *coordenação de obtenção e gerenciamento das necessidades de inteligência* (CCIRM), que participa da coordenação dos trabalhos de reconhecimento aéreo no Setor Leste da AO da UNIFIL.

A partir do cenário anteriormente exposto, verifica-se que a negação de área dentro de parte da AO da UNIFIL representa um óbice com capacidade de dificultar o cumprimento do mandato da ONU para a referida missão de paz. Essa situação justifica o desenvolvimento de ferramentas capazes de solucionar o referido óbice.

* Maj Art (AMAN/2007, EsAO/2018). Possui o curso de Operação do Sistema de Mísseis e Foguetes (2008) e o curso Básico de Inteligência. Integrou a UNIFIL (*United Nations Interim Force in Lebanon* – Força Interina das Nações Unidas no Líbano) em 2020/2021. Atualmente, é aluno na ECHEME.

O presente artigo utiliza dados entre os anos de 2014 até março de 2024. Esse corte temporal se justifica pelo fato de 2014 ser o início da participação do EB na UNIFIL, sendo possível colher dados dos militares que participaram da missão. Por sua vez, o fim do período em março de 2024 se deve à necessidade de alcançar um estudo que possua o máximo de atualidade possível e que seja capaz de representar uma realidade ainda existente na UNIFIL.

No que tange ao espaço, o presente estudo terá foco no Setor Leste da AO da UNIFIL. Isso se justifica pelo fato de os militares brasileiros atuarem apenas nessa parte da AO, o que é uma consequência natural advinda do acordo de cooperação técnico entre a Espanha e o Brasil, pois a brigada espanhola fica desdobrada sobre o Setor Leste da referida missão de paz. Assim, este pesquisador pôde ter acesso às informações precisas e confiáveis do referido setor se comparado à AO como um todo.

O presente artigo utilizou como ferramentas de coleta de dados a revisão documental, a revisão bibliográfica e o emprego de questionário. Esses procedimentos estão alinhados com o objetivo do artigo, pois são eficazes para a situação de estudo de caso, na qual o pesquisador precisa investigar fatos que ocorrem na realidade e que não podem ser reproduzidos ou simulados em laboratório.

No que se refere ao questionário, o presente trabalho utiliza essa ferramenta para registrar experiências pessoais de militares que exerceram a função de coordenar patrulhas de reconhecimento aéreo no âmbito da UNIFIL. Isso permitiu ao pesquisador coletar dados objetivos da realidade e sistematizá-los para se chegar aos objetivos específicos anteriormente citados. Dessa maneira, ao coletar esses dados, será possível levantar lições aprendidas, vantagens, limitações e tarefas que envolvem a observação aérea no âmbito da UNIFIL.

A abordagem da presente pesquisa utiliza estratégias tanto de pesquisa qualitativa quanto quantitativa, o que é conhecido por *técnica de métodos mistos*. Essa metodologia foi necessária devido à existência de uma amostra pequena de militares para serem consultados. Logo, parte dos relatos devem ser tratados de maneira qualitativa, enquanto suas percepções que tenham consenso podem ser tratadas de maneira quantitativa.

uma técnica de métodos mistos é aquela em que o pesquisador tende a basear as alegações de conhecimento em elementos pragmáticos (por exemplo, orientado para consequência, centrado no problema e pluralista). Essa técnica emprega estratégias de investigação que envolvem coleta de dados simultânea ou sequencial para melhor entender os problemas de pesquisa (Creswell, 2007, p. 35).

Nessa direção, o questionário aplicado apresenta questões abertas, que precisam de um tratamento de dados qualitativos. Por outro lado, foram empregadas questões objetivas com os critérios de intensidade já inseridos nas possíveis respostas, o que permite a análise estatística desses dados por meio da proporção.

A aplicação do questionário alcançou todo o universo de militares brasileiros que participaram da UNIFIL na função de CCIRM. Desde a assinatura do acordo de cooperação entre Brasil e Espanha, 20 brasileiros foram empregados na referida função dessa missão de paz. As respostas dos militares serão apresentadas de forma separada, considerando as características quantitativas e qualitativas desta pesquisa.

Aspectos legais da participação brasileira na UNIFIL

O Brasil possui militares do Exército e da Marinha desdobrados na UNIFIL. Esses militares exercem funções nos estados-maiores das brigadas multinacionais que estão sendo empregadas no Líbano. Essa participação encontra respaldo tanto na Constituição Federal quanto em acordos celebrados com outros países.

No que tange à CF/88, o artigo 4º sintetiza a forma como o Brasil deve reger suas relações com outros Estados. Dentre os 10 incisos desse artigo, pode-se destacar que os seguintes possuem ligação direta com o envio de tropas para o exterior em missões de paz: II – prevalência dos direitos humanos; VI – defesa da paz; VII – solução pacífica dos conflitos; VIII – repúdio ao terrorismo e ao racismo; e IX – cooperação entre os povos para o progresso da humanidade. Assim, esses são os princípios que respaldam participação do Brasil na solução de conflitos por meio do envio de tropas no contexto das missões de paz da ONU.

Por outro lado, existem incisos no artigo 4º da CF/88 que possuem o poder de limitar a participação brasileira em operações de paz, pois estabelecem princípios e requisitos para que o país envie tropa para essas missões. Dentre os incisos que possuem essa característica limitadora, podemos citar: I – independência nacional; III – autodeterminação dos povos; IV – não intervenção; e V – igualdade entre os Estados. Assim sendo, esses incisos obrigam que o Brasil somente desdobre tropas caso a missão possua o consentimento de todas as partes envolvidas no conflito, pois, sem esse requisito, o país estaria ferindo os princípios da independência, autodeterminação, não intervenção e igualdade dos Estados envolvidos.

Nesse sentido, o Brasil atua na comunidade internacional pautado em princípios que autorizam e que limitam a participação brasileira em missões de paz no exterior. Dessa forma, o emprego efetivo e o desdobramento de tropas em missões de garantia da paz devem respeitar os preceitos constitucionais, garantindo, assim, a legalidade e a legitimidade dessas missões.

A Política Nacional de Defesa (PND 2020) mostra-se alinhada com a CF/88 ao reportar a tradição do Brasil em relação à solução de conflitos, como pode ser verificado na seguinte citação:

O Brasil privilegia a paz e defende o diálogo e as negociações para a solução das controvérsias entre os Estados. Os eventos que marcam a sua história atestam tal postura e fundamentam o seu posicionamento nas relações externas (Brasil, 2020b, p. 7).

Além disso, ao descrever o atual ambiente internacional, a Política Nacional de Defesa faz a seguinte consideração sobre a possibilidade de participação brasileira em missões de paz:

A demanda por ajuda humanitária e por operações de paz tende a acentuar-se, de sorte que o país poderá ser estimulado a incrementar sua participação nesses tipos de missão. Além do aumento de sua influência política em nível global, a participação em operações internacionais permitirá ao Brasil estreitar laços de cooperação por intermédio das Forças Armadas e de agências participantes das missões, bem como ampliar sua projeção no concerto internacional (Brasil, 2020b, p. 17).

Nesse contexto, verifica-se que a Política Nacional de Defesa respeita os princípios constitucionais e orienta as Forças Armadas a incrementar sua participação nesse tipo de missão. Como interpretação da citação anterior, pode-se afirmar que esse incremento possui como objetivos o aumento da influência política do país em nível global; o estreitamento de laços de cooperação com agências participantes das missões; e a ampliação da projeção brasileira no concerto internacional.

Para se atingir os objetivos citados, a PND 2020 inseriu o seguinte Objetivo Nacional de Defesa (OND): “VII. Contribuir para a estabilidade regional e para a paz e a segurança internacionais”:

Refere-se à participação do Brasil nos mecanismos de resolução de controvérsias no âmbito dos organismos internacionais, complementada pelas relações com toda a comunidade mundial, na busca de confiança mútua, pela colaboração nos interesses comuns e pela cooperação em assuntos de Segurança e Defesa (Brasil, 2020b, p. 25).

A Estratégia Nacional de Defesa (END 2020) estabelece, logo no seu 1º parágrafo, as bases das relações internacionais do país. Essa abordagem de maneira preliminar mostra tanto a importância do tema quanto seu alinhamento com os preceitos constitucionais já citados no presente trabalho.

O Brasil rege suas relações internacionais, entre outros fundamentos, pelos princípios constitucionais da não intervenção, da defesa da paz e da solução pacífica dos conflitos. Essa vocação para a convivência harmônica com outros países é parte da identidade nacional e constitui valor a ser conservado pelo povo brasileiro (Brasil, 2020a, p. 31).

Além disso, a END 2020 descreve a concepção estratégica de defesa dando ênfase à participação brasileira em missões de paz como uma forma de aumentar a projeção de poder do país no exterior.

O Brasil, por sua tradição de defensor do diálogo e da convivência harmoniosa entre os povos, continuará a ser convidado a dar sua contribuição para a paz mundial. Em consequência, deve estar preparado para atender às possíveis demandas de participação em Operações de Paz, sob a égide da Organização das Nações Unidas – ONU ou de organismos multilaterais (Brasil, 2020a, p. 33).

A participação de militares do Exército Brasileiro na UNIFIL foi possível devido a um acordo técnico entre o Ministério da Defesa do Reino da Espanha e o Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil, em 2014, conforme a seguinte tratativa:

De acordo com o que foi estabelecido, incluir, na UNIFIL, um contingente brasileiro integrado ao Contingente Espanhol e composto de 7 (sete) militares do Exército Brasileiro no Estado-Maior no Quartel-General (QG) do Setor Leste (SECEAST) – (Brasil, Espanha, 2014, p. 2).

Do exposto, constata-se que a República Federativa do Brasil possui embasamento legal para desdobrar tropas junto à UNIFIL. Nessa direção, fica claro que o país possui respaldo em sua Constituição para participar de missões de paz da ONU. Ademais, com respeito à CF/88, tanto a PND 2020 quanto a END 2020 se mostraram alinhadas com os princípios constitucionais que regem as relações internacionais do Brasil no concerto das nações. Além disso, o acordo técnico entre Brasil e Espanha determina a fundamentação legal da participação brasileira na missão.

Atividades de reconhecimento e vigilância de inteligência militar

O *Manual de Operações de Paz* do Ministério da Defesa (MD-34-M-02) condiciona a orientação da produção do conhecimento de inteligência em uma operação de paz. Nesse sentido, ele determina que:

Em Op Paz, a Inteligência é a atividade que provê os conhecimentos necessários para: a) o planejamento

das ações da Força de Paz; b) o preparo do contingente armado, inicialmente em território nacional, e a manutenção dos padrões na área da missão; c) o desdobramento da Força de Paz na área da missão, de forma adequada, oportuna e segura; d) o acompanhamento do cumprimento da missão da Força de Paz; e e) a antecipação de possíveis ações hostis contra a Força de Paz, contra outras entidades integrantes da missão de paz, contra instalações e patrimônio do organismo internacional e contra a população civil da área da missão (Brasil, 2013, p. 40).

Ao analisar essa citação, pode-se inferir que a inteligência possui como objeto assessorar o comando da missão com informações que permitam o preparo, o desdobramento, o acompanhamento da missão, a proteção da tropa empregada, a proteção da população civil, bem como a proteção do patrimônio empregado na missão. Essas premissas geram obrigações éticas para a inteligência nas missões de paz, que deve se focar em garantir informações que sejam úteis para o cumprimento do mandato recebido pela ONU.

O MD-34-M-02 deixa claro, ainda, a possibilidade do emprego de patrulhas de reconhecimento com o objetivo de obter informações para o comando da missão de paz. Isso pode ser verificado na seguinte passagem do referido manual:

Finalmente, é conveniente observar que, a exemplo do que acontece em operações de guerra, nas Op Paz existe um estreito relacionamento entre as Seções de Inteligência, de Operações e de Planejamento das unidades da força e das chefias de observadores militares. Essa interação cresce de importância na medida em que atividade de Inteligência se vale de tarefas gerenciadas pela célula de operações, como o lançamento de patrulhas, por exemplo, para obter dados de Inteligência. Em contrapartida, os conhecimentos gerados pela atividade de Inteligência têm importância capital no planejamento da atividade operacional das unidades da Força de Paz e das células de observadores militares (Brasil, 2013, p. 42).

Na sequência, o *Manual de Campanha Inteligência* (EB20-MC-10.207) faz considerações sobre a inteligência nas operações combinadas ou multinacionais:

5.6.1 As operações combinadas ou multinacionais podem ocorrer em situações de guerra ou de não guerra. A capacidade de combate da F Ter desenvolve-se mediante os processos de preparação, geração e projeção da força.

5.6.2 O apoio de inteligência aos processos de preparação e projeção da F Ter pressupõe a produção de conhecimentos de inteligência a respeito da área de interesse considerada, com a antecedência necessária para que se constitua a força de acordo com a missão a desenvolver e com as ameaças conhecidas, facilitando a futura operação. Isso inclui também o desenho da estrutura de inteligência que vai ser empregada (Brasil, 2015, p.5-3).

O *Manual de Campanha Planejamento e Emprego da Inteligência Militar* (EB70-MC-10.307) estabelece e esclarece os conceitos de reconhecimento e vigilância:

2.3.6.4 O reconhecimento é a missão empreendida para se obter informações sobre as atividades, instalações ou meios de forças oponentes, atuais ou potenciais, mediante a observação visual e o emprego de outros métodos ou para confirmar dados relativos à meteorologia, à hidrografia ou a características geográficas de uma área definida. É uma atividade limitada no tempo e no espaço.

2.3.6.5 A vigilância é a observação sistemática do Ambiente Operacional, tendo por objetivo áreas, pessoas, instalações, materiais e equipamento, utilizando o auxílio de meios eletrônicos, cibernéticos, fotográficos, ópticos ou acústicos, entre outros. São exemplos de missões de vigilância o monitoramento de eixos de progressão e/ou corredores de mobilidade, de possíveis posições das ameaças e de regiões de interesse para a Inteligência (RIPI) – (Brasil, 2016, p. 2-22).

Do exposto, pode-se depreender que reconhecimento é uma missão limitada no tempo que obtém

dados específicos para uma necessidade presente de inteligência. Por outro lado, a vigilância é uma atividade mais ampla e ocorre de maneira sistemática, sem interrupções em um processo que alimenta o comando da operação com conhecimentos constantes e oportunos.

A atividade de observação aérea na UNIFIL

A atividade de observação aérea está normatizada pelo procedimento operacional padrão, denominado *SOP 201 SECEAST G-2/Intelligence System*. Essa norma trata das funções dos militares que compõem a seção de inteligência da missão (G-2) e, ao descrever as atribuições do coordenador de obtenção e gerenciamento das necessidades de inteligência, afirma que esse militar é responsável por planejar reconhecimentos terrestres e aéreos para o G-2.

Nessa direção, pode-se inferir que o oficial brasileiro é o responsável pelo planejamento de reconhecimentos aéreos no âmbito do Setor Leste da UNIFIL. Outra informação relevante são as tropas que podem ser demandadas pelo CCIRM para realizar a atividade de observação aérea que, no caso, são: SPANBATT, INDBATT, INDOBATT, NEPBATT, Força-Tarefa A (TF-A) e Força-Tarefa B (TF-B).

A atividade de observação aérea possui capacidades únicas, que ainda não foram alcançadas por tecnologias como as aeronaves remotamente pilotadas. Nesse sentido, podemos citar as seguintes vantagens de se possuir um observador aéreo embarcado em uma aeronave.

- Campo de visão mais amplo;
- Possibilidade de identificar as diversas partes do terreno devido à sua visão periférica e à sua colocação na aeronave podendo observar em todas as direções;
- Acompanhar o desenvolvimento das operações e transmitir informações ao centro decisivo em tempo real;
- Não estar suscetível a falhas eletrônicas, ao contrário de meios digitais, dependendo exclusivamente dos parâmetros fisiológicos e de meteorologia para observação direta (Dantas, Oliveira, 2021, p. 12).

Na mesma direção, pode-se citar as seguintes vantagens pelas palavras de outro autor:

– Quanto ao Campo de observação extenso, a possibilidade de uma observação ilimitada, dependendo da altitude, das condições meteorológicas e da actividade inimiga, permite suprimir zonas mortas e todas aquelas que se localizam para além das capacidades da observação terrestre; – Quanto à Mobilidade do observador, a aeronave constitui-se como um posto de observação extremamente flexível, rápido em algumas situações, dotado de grande mobilidade nas aeronaves de asa móvel (helicópteros), que permite um acompanhamento das operações terrestres em tempo quase real na sua totalidade e manter-se dissimulado das vistas das forças inimigas; – Quanto à Precisão, a visão quase perfeita de qualquer objectivo, a maior facilidade da sua localização no terreno ou pormenores adjacentes são superiores às obtidas na observação terrestre, o que permite obter localizações bastante mais precisas e rigorosas e uma melhor percepção de profundidade, sendo mais fácil a observação dos desvios em alcance; – Quanto à Rapidez de difusão das informações entre o posto de comando no terreno e a aeronave poderá ser obtida num mínimo de tempo por intermédio da utilização dos meios rádio a bordo da aeronave e uma maior fiabilidade das mesmas dada a não existência de obstáculos entre os dois pontos de contacto (Santos, 2011, p. 12).

Depois de citar as vantagens da observação aérea, Santos (2011) também coloca questões que limitam o emprego da referida atividade:

– Quanto à Sensibilidade às condições atmosféricas e à escuridão do dia, a pouca visibilidade (devido às chuvas, nevoeiros, fumos e outros), ventos fortes e a penumbra da noite podem dificultar, ou até mesmo impedir, a execução das missões, diminuindo ou tornando praticamente nulo o seu valor como fonte de aquisição de objectivos; – A Vulnerabilidade das aeronaves quando expostas aos radares, à aviação e a AAA In é limitadora das actividades de observação aérea se não forem tomadas medidas convenientes de protecção, como a escolha adequada da aeronave, preferencialmente de asa móvel (helicópteros), ou equipados com sistema de alarme e defesa. – Quando a Localização das pistas em face da distância entre elas e a zona

a observar for grande, o observador poderá vir a dispor de pouco tempo para executar a missão, em virtude de grande parte do combustível ser consumido no trajecto. Para tal é favorável a utilização de meios que não necessitam de pistas para abastecer, como por exemplo os helicópteros; – Quanto à Surpresa, esta poderá ser perdida com o emprego da observação aérea, pois as forças inimigas, sabendo que estão a ser observadas, restringiram e dissimularam as suas actividades; por outro lado, o inimigo poderá deduzir as razões da presença da aeronave e inferir factos importantes acerca de operações futuras das nossas tropas. – A Fadiga do pessoal quando do manejo da aeronave e a observação aérea provocam um desgaste físico e mental que é necessário ter em linha de conta. – A Dificuldade de manutenção dos aparelhos e necessidade de as aeronaves se encontrarem constantemente em condições perfeitas de voo exigem pessoal e equipamento especializado e um custo associado elevado (Santos, 2011, p.13).

Com relação ao emprego de aeronaves de asa rotativa em apoio à função de combate de inteligência, podemos citar o trabalho de Trombetta (2017):

Quando se enuncia sobre as incumbências no escopo da função de combate inteligência, pode-se dizer que a Av Ex realiza missões de reconhecimentos diversos, como reconhecimento de eixo, de área ou de zona, entre outros, e vigilâncias, atuando como Força de Segurança, em vigilância de flanco ou de retaguarda. Tudo isso com o objetivo de se obter dados sobre o inimigo e/ou do terreno, realizando tarefas de IRVA (Trombetta, 2017, p. 14).

Do exposto, constata-se que a atividade de observação aérea está prevista e normatizada no âmbito da UNIFIL. Nesse cenário, o Exército Brasileiro contribui com um oficial apto a planejar os reconhecimentos aéreos e ocupando a função de CCIRM no SECEAST da UNIFIL. Além disso, constata-se que a referida atividade possui vantagens e limitações que devem ser estudadas para verificar se o uso da observação aérea é realizado de maneira eficiente no âmbito da referida missão de paz.

Características da área de operações da UNIFIL

A AO da UNIFIL é delimitada pelo rio Litani ao norte, pela Síria a leste, por Israel ao sul e pelo Mediterrâneo a oeste. O relevo da AO é montanhoso no leste, fato que dificulta a mobilidade das tropas nessa região. Outro dado relevante é o clima, que, no inverno, tem formação de neve, tornando parte das vias intransitáveis, como na **figura 2**.

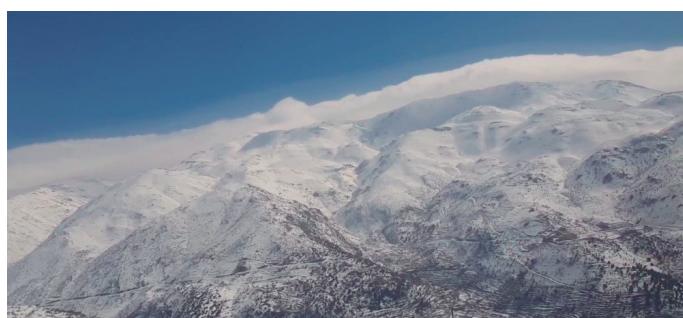


Figura 2 – Relevo do SECEAST
Fonte: O autor (2020)

A UNIFIL divide a AO em Setor Leste (SECEAST) e Setor Oeste (SECWEST), sendo a parte leste comandada pela brigada espanhola, conforme o mapa da **figura 3**.

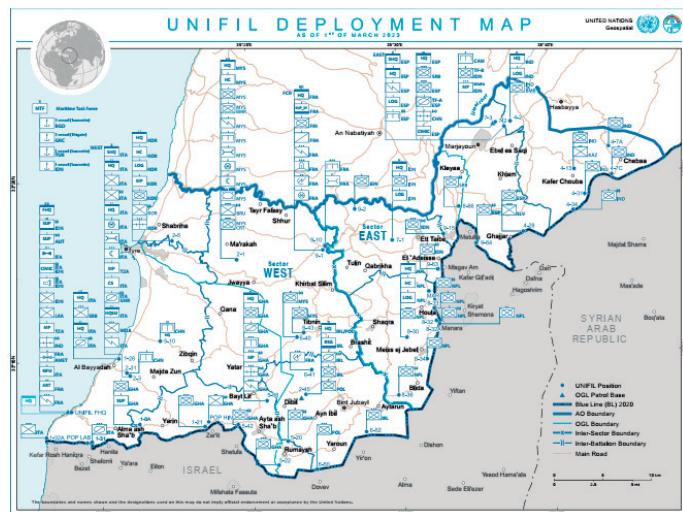


Figura 3 – Mapa de tropas destacadas na UNIFIL
Fonte: UNIFIL – Press Kit (2023, p. 2)

A negação de área na AO da UNIFIL ocorre tanto por questões ligadas ao relevo e clima quanto, também, às características de parte da população, que limita o acesso a determinadas áreas do sul do Líbano por parte de integrantes da UNIFIL. Atualmente, a Doutrina Militar Terrestre tem evoluído e aprofundado o conceito de antiacesso e negação de área (A2/AD). Essa abordagem é de origem norte-americana e encontra-se presente nos manuais de campanha do Exército Brasileiro. Nesse sentido, o *Manual de Campanha Grupo de Artilharia Antiaérea* (EB70-MC-10.365) trouxe a conceituação que pode ser aplicada à área de acesso negado:

14.1.3 Os conceitos de operação que emergiram desse desejo passaram a ser conhecidos coletivamente como antiacesso-negação de área (A2/AD).

14.1.3.1 Antiacesso (anti-access – A2) – ação destinada a retardar o desdobramento de forças amigas em um teatro, reduzir a liberdade de manobra ou fazer com que as forças operem a distâncias maiores do local do conflito. O antiacesso (A2) afeta o movimento para um teatro.

14.1.3.2 Negação de Área (area denial – AD) – ação destinada a impedir operações amigáveis em áreas onde um adversário não pode ou não impedirá o acesso. A intenção é criar uma área na qual o inimigo não possa operar sem risco extremo. A negação de área afeta as manobras dentro de um teatro (Brasil, 2021, p.14-1).

Assim sendo, verifica-se que a doutrina tem delineado de forma precisa o uso do conceito A2/AD, que, no caso da presente pesquisa, pode ser verificado apenas quando parte da população que simpatiza com a causa do Hezbollah dificulta o acesso por membros da UNIFIL a alguns setores da AO. As implicações do relevo e clima não estão abarcadas de maneira clara por esse conceito que se desenvolve na atual Doutrina Militar Terrestre mundial.

Do exposto, constata-se que a AO da UNIFIL é dividida em SECEAST e SECWEST. Por sua vez, o SECEAST possui sua AO dividida nos seguintes ba-

talhões: SPANBATT, INDBATT, INDOBATT e o NEPBATT. Além disso, o SECEAST apresenta características de clima e relevo que impõem restrições à mobilidade de tropas da UNIFIL. Ademais, a UNIFIL tem enfrentado desafios para superar a negação de área em suas patrulhas de reconhecimento terrestre, aumentando a importância da atividade de observação aérea na referida missão.

Apresentação dos dados

No que tange aos fatores que contribuem para negação de área, a análise dos dados apontou que a população, o relevo e o clima são respectivamente os principais óbices para que a UNIFIL tenha acesso completo à sua AO. Além desses aspectos, o questionário levantou outros fatores, ligados à liberdade de ação da referida missão, que serão abordados na parte qualitativa da presente pesquisa. O **gráfico 1** resume de maneira percentual a percepção dos militares que responderam ao questionário proposto, agrupando os fatores por grau de importância, permitindo uma visualização precisa dos dados.

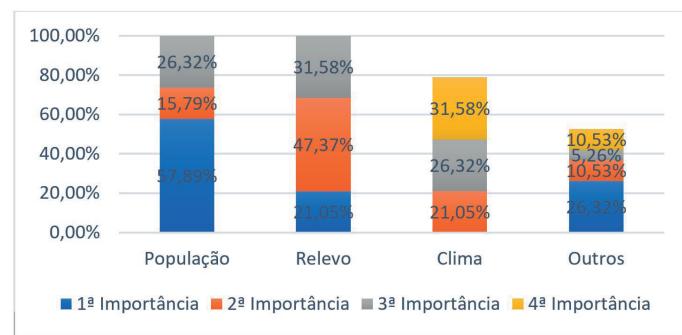


Gráfico 1 – Fatores que contribuem para negação de área
Fonte: Elaborado pelo autor, baseado nas respostas ao questionário

Ainda sobre negação de área, verificou-se que, além da população, relevo e clima, outros aspectos foram levantados pelos militares que participaram da UNIFIL, conforme **quadro 1**.

Outros fatores que contribuem para negação de área

- 1) *Presença de Minas Terrestres*
- 2) *Conflitos entre grupos armados*
- 3) *Conflito entre Hezbollah e Forças de Defesa de Israel (IDF)*
- 4) *Vegetação*

Quadro 1 – Outros fatores que contribuem para negação de área
Fonte: Elaborado pelo autor, baseado nas respostas ao questionário

No que se refere às vantagens da observação aérea, verificou-se que, somando os percentuais de militares que concordam totalmente e parcialmente, temos os seguintes resultados: amplo campo de visão (84%), visão periférica (89%), apoio na condução de operações militares (63%), não estar suscetível a falhas eletrônicas (68%) e posto de observação com mobilidade (74%). Assim sendo, pela experiência dos profissionais que empregaram essa atividade, ela se mostrou vantajosa com os critérios pesquisados pelo questionário aplicado, conforme pode ser observado no **gráfico 2**.

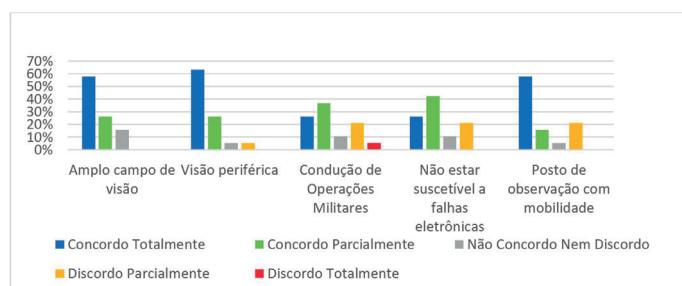


Gráfico 2 – Vantagens da observação aérea
Fonte: Elaborado pelo autor, baseado nas respostas ao questionário

Em relação às desvantagens da observação aérea, constatou-se que, somando os percentuais de militares que concordam totalmente e parcialmente, temos os seguintes resultados: suscetibilidade às condições atmosféricas (79%), vulnerabilidade das aeronaves aos radares (74%), dependência de pistas de pouso e decolagem (53%), perda da surpresa (79%), fadiga do time de observação (58%) e dificuldade de manutenção das aeronaves (79%). Dessa forma, pela experiência dos militares que empregaram essa atividade, ela apresentou limitações que foram previstas nos critérios pesquisados pelo questionário proposto, conforme pode ser visualizado no **gráfico 3**.

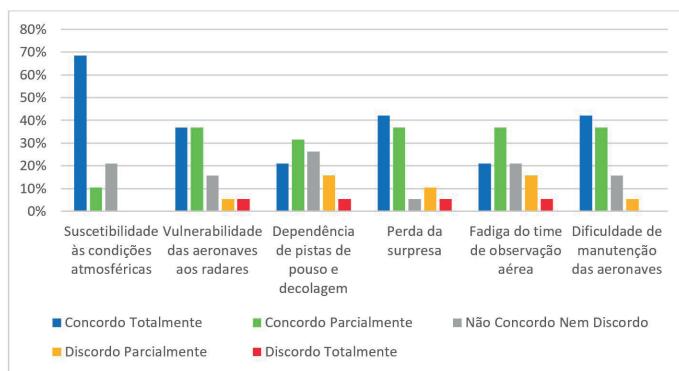


Gráfico 3 – Desvantagens da observação aérea

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado nas respostas ao questionário

No que se refere à eficiência da observação aérea na obtenção de informações, constatou-se que, em todos os aspectos pesquisados, obteve-se um resultado somado entre concordância total e parcial acima de 68%. Isso demonstra que a observação aérea é eficiente para obter as seguintes informações (**quadro 2**):

Possibilidades de emprego da observação aérea na UNIFIL

- 1) Na estimativa de tamanho de instalações.
- 2) Na estimativa de número de refugiados.
- 3) Na localização de assentamentos de refugiados.
- 4) Na obtenção de dados sobre a construção de instalações suspeitas.
- 5) No monitoramento do trabalho das organizações não governamentais.
- 6) No monitoramento de atividades terroristas.
- 7) Na indicação de indícios de construção de túneis.
- 8) Na obtenção de dados sobre presença militar do Líbano e de Israel na AO.
- 9) Em missões de reconhecimentos diversos, como de eixo, de área ou de zona.
- 10) Na obtenção de informações capazes de aumentar a segurança da tropa e da população que vive na área de operações.
- 11) Na identificação de rota de tráfico de armamentos e com destino a AO.

Quadro 2 – Possibilidades de emprego da observação aérea na UNIFIL

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado nas respostas ao questionário

Considerações Finais

A PND e a END têm como objetivo o incremento da participação brasileira em missões de paz. Nesse contexto, cresce de importância o desenvolvimento de doutrina de emprego militar para esse tipo de operação. Dessa forma, torna-se relevante o estudo de ferramentas de obtenção de informações para subsidiar o emprego de tropas em missões de paz internacionais.

A atividade de observação aérea é utilizada pela UNIFIL para fazer frente à negação de área com que convive em partes de sua AO. Nesse sentido, verifica-se que a observação aérea é uma ferramenta eficiente para obter dados em áreas de acesso negado pela população e de locais com difícil acesso devido ao relevo acidentado e às condições climáticas. Além desses fatores, constatou-se que a presença de minas terrestres, a existência de conflitos entre grupos armados, o conflito entre Hezbollah e Forças de Defesa de Israel (IDF) e a vegetação também são capazes de restringir a liberdade de movimento das tropas da UNIFIL no Setor Leste. Esses ensinamentos são importantes para subsidiar o futuro emprego em missões de paz que possuam características similares ao presente estudo de caso.

O resultado apresentado demonstrou que a referida atividade é capaz de atender a diversas demandas de inteligência da UNIFIL, que foram sintetizadas no **quadro 2**. Conforme relatos de militares brasileiros que foram empregados na missão, a observação aérea foi um meio eficiente de obtenção de informações, o que gera maior segurança para integrantes da UNIFIL e para a população local, facilitando o cumprimento do mandato por parte dessa missão de paz. Ademais, com relação às vantagens e desvantagens da observação aérea, foi possível confirmar os aspectos planejados no questionário de forma quantitativa, conforme os **gráficos 2 e 3**.

Por fim, constatou-se que a observação aérea é um vetor de inteligência militar eficiente e capaz de aumentar a operacionalidade e a segurança das tropas empregadas pela UNIFIL. Nesse sentido, a experiência de militares brasileiros nessa missão pode contribuir para evolução da Doutrina Militar Terrestre, aumentando as capacidades da Força Terrestre. 

Referências

BRASIL, ESPANHA. **Acordo Técnico** – Com Relação à Integração de Militares do Exército Brasileiro no Contingente Espanhol no Setor Leste da Brigada Multinacional (MNB-E) Desdobrado no Sul do Líbano nas Forças Interinas das Nações Unidas No Líbano (UNIFIL). Madrid/Espanha, Brasília/Brasil, 2014.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF, 2020a.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **EB20-MC-10.207: Manual de Campanha Inteligência**. 1. ed. Brasília, DF, 2015a.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **EB70-MC-10.307: Planejamento e emprego da inteligência militar**. 1. ed. Brasília, DF, 2016.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **EB70-MC-10.365: Manual de Campanha Grupo de Artilharia Antiaérea**. 1. ed. Brasília, DF, 2021.

BRASIL. Ministério da Defesa. **MD34-M-02: Manual de Operações de Paz**. 3. ed. Brasília, DF, 2013.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa**. Brasília, DF, 2020b.

CRESWELL, J.W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Tradução: Luciana de Oliveira da Rocha. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CSONU. **Resolution 425 (1978)**. Adopted by the Security Council at its 2074th meeting, on 19 March 1978. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/71622>. Acesso em: 29 maio 2022.

CSONU. **Resolution 426 (1978)**. Adopted by the Security Council at its 2074th meeting, on 19 March 1978. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/71623>. Acesso em: 29 maio 2022.

DANTAS, D. G.; OLIVEIRA, M, B. **Observação aérea em operações**: emprego do observador aéreo na observação direta em operações de não guerra. Taubaté: Centro de Instrução de Aviação do Exército, Programa de Pós-graduação Lato Sensu em Observação Aérea, 2021.

SANTOS, G.F.S. **Observação Aérea em Portugal**: Realidade Actual e Perspectivas Futuras. Mestrado Integrado em Ciências Militares – Especialidade de Artilharia. Lisboa, 2011.

TROMBETTA, D.Z. **Possibilidades e Limitações da Aviação do Exército na Função de Combate Inteligência, Controle e Controle e Logística em Apoio ao Batalhão de Infantaria Mecanizado na Defesa em Localidade**. Trabalho acadêmico apresentado à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, como requisito para a especialização em Ciências Militares com ênfase em Doutrina Militar Terrestre. ESAO, Rio de Janeiro, 2017.

UNIFIL. **Press Kit. 2023**. Disponível em: <https://unifil.unmissions.org/unifil-documents>. Acesso em: 23 abr 2024.

UNIFIL. **SECEAST G-2 – Intelligence System**. Standard Operation procedure SOP 201. Marjayoun, Líbano, 2019.

UNIFIL. **United Nations Interim Force In Lebanon**. UNIFIL Photos. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/unifil/49316288202/>. Acesso em: 29 maio 2022.

A ação da diplomacia militar brasileira no Suriname

*Henrique Cesar Loyola Santos**

Introdução

A República do Suriname, situada ao norte da América do Sul, faz fronteira com o Brasil ao sul, compartilhando aproximadamente 590km de limites territoriais com os Estados do Pará e Amapá. Sua população, no ano de 2019, segundo dados do Algemeen Bureau voor de Stastiek (ABS), é de 598 mil habitantes (Suriname, 2021).



Figura 1 – Mapa da República do Suriname
Fonte: USP, 2024

O Brasil foi o primeiro país a estabelecer uma representação diplomática no Suriname após sua independência em 25 de novembro de 1975 (Cavlak, 2022). Desde então, as relações bilaterais têm evoluído, com certa ênfase, no fortalecimento da cooperação militar.

No mês de julho de 2020, houve a substituição no cargo de mandatário do poder executivo. Com o início do governo do presidente Chandrikapersad Santokhi, as relações diplomáticas, que não estavam em prioridade no governo anterior, passaram a buscar o protagonismo.

Ao final do ano de 2019, foram divulgadas na imprensa local a descoberta de jazidas petrolíferas no mar territorial surinamês. Tais descobertas, naquela época, geraram grande expectativa do governo local, tendo em vista a crise econômico-financeira que o país estava vivenciando.

Em sua obra, Pereira (2012, *apud* Silva, 2014) escreve que a diplomacia de defesa se encontra ligada à política externa de Estado e, portanto, obrigatoriamente, seguirá os princípios que regulam a atividade diplomática, sendo os agentes executores dessa diplomacia os civis e militares ligados à área de defesa.

Conforme Pereira (2021), em seu entendimento, os termos “diplomacia de defesa” e “diplomacia militar” possuem o mesmo significado, apesar da palavra

* Cel Art (AMAN/1998, EsAO/2006, ECEME/2016, CPEAEx/2024). Foi adido de Defesa, Naval e do Exército junto à Embaixada da República Federativa do Brasil em Paramaribo, Suriname (2019 a 2021). Atualmente, está no Comando Militar do Sudeste.

“defesa” exprimir a ideia de um conceito mais amplo, que abrange não somente as atividades militares, mas também a participação de civis que trabalham nas forças armadas, a indústria bélica e a formulação de políticas relacionadas a essa área, sendo que o termo “militar” encontra-se associado às atividades e funções específicas dos profissionais das armas.

Diplomacia de defesa é o conjunto de práticas sociais específicas de agentes oficiais, para construir e reproduzir as relações não coercitivas no âmbito da defesa entre os Estados e outras entidades que atuam na política internacional (Pereira, 2021, p. 47, *apud* Silva, 2014, p. 95).

A partir do anúncio da descoberta de jazidas de petróleo na Zona Econômica Exclusiva (ZEE) daquele país e, sobretudo, após a posse do presidente Santokhi, que outras nações amigas, particularmente EUA, China, Holanda e França, investiram com maior ênfase suas iniciativas diplomáticas na área de defesa junto aos surinameses.

O objetivo deste artigo é analisar as ações de diplomacia militar brasileira, especialmente as executadas pelo Exército Brasileiro para manutenção do protagonismo em suas relações institucionais junto às Forças Armadas do Suriname, com ênfase no Exército Surinamês, em face do aumento dos interesses militares de outras nações amigas.

Para tanto, o texto, em seu desenvolvimento, foi estruturado nos seguintes tópicos: o emprego da diplomacia militar de nações amigas junto às Forças Armadas do Suriname; principais antecedentes do relacionamento diplomático militar entre o Brasil e o Suriname; e a ação da diplomacia militar brasileira na Área de Cooperação em Matéria de Defesa com o Suriname. Por fim, será apresentada a análise dos conhecimentos nas considerações finais.

O emprego da diplomacia militar de nações amigas junto às Forças Armadas do Suriname

Assim como o Brasil, o Suriname também possui acordo de cooperação em matéria de defesa com outras nações amigas. Dentre estas, destacam-se a

China, os Estados Unidos (EUA), a Holanda e a França. Tais países realizam diversas ações no campo da cooperação em defesa, como operações combinadas e intercâmbio de cursos e treinamentos.

O mais alto líder militar do Comando Sul-Americano (*US South Com*), almirante Craig Faller, será convidado no Suriname na quarta-feira, 13 de janeiro. A visita de trabalho visa “fortalecer e expandir a cooperação de defesa existente entre o Suriname e os Estados Unidos”, disse a ministra da Defesa, Krishna Mathoera, à *Starnieuws*. “As visitas de alto nível enfatizam a importância da cooperação entre as partes” (Suriname, 2021, tradução nossa).

A China era o principal parceiro em matéria de defesa no período do governo do ex-presidente Bouterse (2010-2020). Após a mudança de governo, não perdeu o seu protagonismo nas relações diplomáticas de defesa, porém passou a dividir o protagonismo com outras nações amigas. Na parte da educação, a China oferece bolsas de estudo e apoio financeiro aos oficiais e praças das Forças Armadas do Suriname, que realizam cursos naquele país. Os chineses se caracterizam como um dos principais doadores de diversos materiais e equipamentos militares ao Suriname.

Pode-se afirmar que, nos anos de 2020 e 2021, os EUA buscaram ocupar uma posição de destaque em relação aos demais países já mencionados. As relações com os EUA são bastante ativas, especialmente nas áreas militar e policial. A intenção norte-americana é de promover um papel de força de paz regional e de defesa civil em conjunto com as Forças Armadas do Suriname. Durante as ações de enfrentamento da pandemia da covid-19, os EUA realizaram doações de vacina, bem como de um hospital de campanha com implementos e equipamentos de saúde.

Entre os anos de 2020 e 2021, ocorreu a renovação da assinatura do Acordo de Cooperação em Matéria de Defesa entre o Suriname e a Guiana Francesa (França). O acordo estipulou a realização de treinamentos e operações em conjunto na faixa de fronteira entre o Suriname e o território franco-sul-americano, a participação de representação de militares surinameses em eventos militares na Guiana Francesa, bem como

possibilitou a oportunidade de aquisição de material de emprego militar francês para as Forças Armadas surinamesas.

Destaca-se que, no ano de 2020, a ministra da Defesa Krishna Mathoera buscou maior aproximação com a Holanda, retomando acordo antigo no qual estão incluídas iniciativas como: treinamentos em conjunto entre tropas dos dois países em território surinamês, o planejamento de intercâmbio entre escolas militares de ambas as nações amigas e a participação de tropas holandesas nos desfiles e comemorações de datas significativas do Suriname, conforme ocorreu no desfile do 45º Aniversário do Dia da Independência, realizado naquele ano. Ressalta-se, por razão do acordo mencionado, que militares holandeses encontram-se participando como instrutores da Academia Militar do Suriname e da Escola Militar do Suriname, que são estabelecimento de ensinos formadores de oficiais e praças das Forças Armadas surinamesas.

País	Acordo	Descrição
Estados Unidos da América	<i>Concerning Cooperation in Maritime Law Enforcement</i>	Acordo que visa realizar ações conjuntas de vigilância e proteção do mar territorial do Suriname a fim de combater ações ilegais, como tráfico de drogas, pirataria e pesca ilegal.
	<i>Joint Combined Exchange Training (JCET)</i>	Treinamento de frequência anual, realizado por fração de militares das Forças Especiais norte-americanas com o destacamento de Forças Especiais do Suriname neste país. O treinamento possui a duração de um mês aproximadamente e costuma ocorrer em meados do ano.
	<i>State Partnership Program (SPP)</i>	Programa de parceria entre 26 países da região do Caribe, além do Suriname e Guiana, com 18 estados dos EUA. Cada um desses estados americanos adota um ou dois países como parceiro e usam a Guarda Nacional como agente executivo das ações. Dakota do Sul é o estado patrocinador deste país.

		<p>Operações de assistência humanitária com base em exercícios de aprestamento médico (<i>MEDRETE – Medical Readiness Training Exercises</i>), exercícios de aprestamento dentário (<i>DENTRETE – Dental Readiness Training Exercises</i>) e atividades de engenharia (construções e reformas).</p> <p><i>Trade Winds</i></p>	<p>Equipes de militares norte-americanos (engenheiros, médicos e dentistas) são trazidos para o Suriname em sistema de rodízio ao longo do ano e assim realizam as ações de assistência humanitária em diversas localidades do país.</p>
		<p><i>Trade Winds</i></p>	<p>Realizado no âmbito do Caricom e patrocinado pelo Comando Sul dos EUA, tem como finalidade propiciar treinamento em operações conjuntas e de longa duração nas áreas de segurança, desastres naturais e preparação contra ameaças transnacionais.</p>
	<p>Holanda</p>	<p><i>Jungle Warfare Training</i></p>	<p>Treinamento de frequência anual, a se reiniciar no ano de 2022, entre a fração dos exércitos dos Países Baixos e do Suriname neste país.</p>
	<p>Fr anç a</p>	<p>Acordo de Cooperação na Área de Defesa entre o Suriname e a Guiana Francesa (De militairies samenwerking tussen het Surinaamse leger en dat van Frans-Guyana)</p>	<p>Tem por objetivo integrar as Forças Armadas dos dois países a fim de realizar operações conjuntas na fronteira dos territórios, reuniões bilaterais e aquisição de PRODE. Realizar reuniões de intercâmbio entre as Forças Armadas conhecidas como <i>Regional Assembly on Military Exchange – Suriname / French Guiana (RREM)</i>.</p>

Quadro 1 – Resumo de alguns dos principais acordos de defesa do Suriname
Fonte: O autor, 2024

Acordos na área de defesa representam a principal estratégia adotada pelos surinameses para suprir suas necessidades, tanto em termos de ampliação de conhecimentos quanto na busca por materiais de emprego militar que garantam a adequada operacionalidade de suas Forças Armadas para a manutenção da soberania de seu território.

Conforme o anteriormente exposto, verifica-se que o trabalho intenso na área de defesa, caracterizado pelos acordos e ações de nações amigas extrarregionais, mostra-se como um desafio para a diplomacia militar brasileira na manutenção de seu protagonismo junto às Forças Armadas do Suriname.

Principais antecedentes do relacionamento diplomático militar entre o Brasil e o Suriname

O relacionamento diplomático entre a República Federativa do Brasil remonta desde a independência da República do Suriname, ocorrida em 25 de novembro de 1975.

No ano de 1982, devido a uma questão geopolítica de aproximação de Cuba com o governo de Desiré (“Desi”) Delano Bouterse, revolucionário que estava como mandatário do executivo surinamês desde o ano de 1980, o presidente Figueiredo promulgou a Missão Venturini.

Por meio do Decreto Presidencial nº 88.730, de 7 de junho de 1983, foi aberto o escritório da Aditância Militar junto à Embaixada da República Federativa do Brasil em Paramaribo (Brasil, 1983).

Segundo o pesquisador Urt (2010, *apud* McDonnell, 1988, p. 117), a missão chefiada pelo general Danilo Venturini teve como principal tarefa aproximar as relações entre o Suriname e o Brasil, com a finalidade de enfraquecer a influência cubana na política surinamesa. Para tanto, foram utilizados alguns instrumentos da diplomacia militar, como a realização de intercâmbios na área de ensino em estabelecimentos da Forças Armadas do Brasil.

Naquela ocasião, foi oferecida uma linha de crédito no valor de US\$70 milhões para aquisição de material de emprego militar (MEM) de fabricação brasileira, a qual foi utilizada, em grande parte, na importação de produtos de defesa de fabricação brasileira (Urt, 2010, *apud* McDonnell, 1988, p. 117).

A formação de oficiais do exército surinamês nos institutos de ensino das Forças Armadas brasileiras. Informações provenientes da embaixada brasileira em

Paramaribo afirmavam que cerca de 60% dos oficiais do Exército surinamês tinham realizado curso de aperfeiçoamento em institutos militares brasileiros. Dessa forma, afirma-se que o fim primordial da cooperação militar Brasil-Suriname foi fomentar a profissionalização de oficiais do Suriname, assim difundindo as doutrinas militares brasileiras no país (Correa & Guerra, 2018, p. 82, *apud* Ávila, 2009, p. 51).

Em relação a MEM, registrou-se que, na década de 1980, o Brasil, por meio de financiamento, vendeu 16 VBTP/SR Urutu e 6 VBC/SR Cascavel, bem como 32 caminhões Engesa EE-25 (Bastos, 2006). No ano de 2014, o governo do Suriname adquiriu 6 VTNE AM10 4X4 Marruá na ocasião da visita do ministro da Defesa do Suriname ao Brasil. Ressalta-se que, no período de 2013 a 2014, foi realizada a repotencialização de 4 VBTSP/SR Urutu e 2 VBC/ SR Cascavel pelo Exército Brasileiro.

Outra grande iniciativa da diplomacia brasileira foi o estabelecimento do Acordo de Cooperação em Matéria de Defesa entre esses dois países, publicado como Decreto Legislativo nº 895, de 20 de novembro de 2009 (Brasil, 2009).

Um dos principais objetivos do acordo de cooperação em matéria de defesa tem sido a capacitação de recursos humanos por meio do estabelecimento de assessorias militares brasileiras em assuntos ligados à área de preparação física e esporte, bem como de ensino e doutrina, a militares das Forças Armadas do Suriname. Soma-se a essa contribuição a oferta de cursos em estabelecimentos de ensino militares no Brasil a oficiais e praças das Forças Singulares surinamesas, em particular o Exército dessa nação amiga.

Ressalta-se que a maior parte dos militares que ocupam os altos postos nas Forças Armadas e nas Forças Singulares, sobretudo no Exército e na Marinha, já realizaram cursos no Brasil. Tal fator vem contribuindo para a manutenção do vínculo entre as nações amigas, bem como em suas forças armadas e, particularmente, entre os seus exércitos.

Integrantes dos exércitos dos dois países reúnem suas comitivas a fim de atualizar os acordos estabelecidos por meio do Decreto Legislativo nº 895, com

destaque para a realização de visitas institucionais entre as delegações do exército desses dois países, participação em eventos militares e para reafirmar o compromisso no intercâmbio na área de ensino entre as instituições militares coirmãs.

Correa e Guerra (2018), em sua pesquisa, realizaram uma entrevista com o embaixador Marcelo Baumbach, chefe da Missão Diplomática do Brasil no Suriname entre os anos de 2012 e 2017. Nessa oportunidade, o embaixador Baumbach destacou que a cooperação militar é um dos pilares mais bem-sucedidos do relacionamento bilateral entre os dois países.

Desde o ano de 2010, aproximadamente, diversos assessores militares do Exército Brasileiro na área desportiva e na área do ensino têm atuado na instrução para contribuir com o aperfeiçoamento de oficiais intermediários do Exército do Suriname e fomentaram o vínculo existente entre as forças coirmãs, produzindo o fortalecimento das capacidades militares surinamesas, bem como a integração e a cooperação.

Atualmente, tais missões são realizadas por dois oficiais, no posto de capitão, sendo cada um assessor em áreas distintas. O tempo de permanência dos dois oficiais no Suriname é de 12 meses, sendo substituídos ao término do prazo de execução de cada uma das missões.

Destaca-se que um dos aspectos mais importantes nesse acordo é a promoção de atividades de visitas e reuniões entre instituições. Nesse contexto, pode-se citar a realização das Reuniões Regionais de Intercâmbio Militar (RRIM). Tais reuniões ocorrem há mais de 20 anos, sendo sua sede escolhida em sistema de rodízio entre uma localidade brasileira ou surinamesa.

Verificou-se que o Ministério da Defesa do Brasil realizou doações de diversos materiais. O MD brasileiro realizou as seguintes doações: 7 contêineres habitáveis ao Ministério contraparte surinamês em 2010; no ano de 2015, foram doados uniformes e equipamentos ao Museu Militar do Suriname e, no ano de 2018, foram doados 100 coletes salva-vidas ao Ministério da Defesa do Suriname.



Figura 2 – Assinatura do Acordo da XXI RRIM Brasil-Suriname
Fonte: Brasil, 2024

Em relação às doações realizadas pela Marinha do Brasil, registra-se que, em julho de 2017, foi doada à Marinha do Suriname uma Lancha de Apoio ao Ensino, Patrulhamento e Polícia Naval (LAEP-7) e uniformes de instrução para formação de um pelotão de fuzileiros navais

No trabalho da diplomacia militar na área naval, pode-se destacar a formação da Força de Fuzileiros Navais surinameses realizada por dois grupos de tarefa de fuzileiros navais da Marinha do Brasil nos anos de 2017 e 2018. Foram formados, no total, 30 militares fuzileiros navais da Marinha do Suriname.

Ainda referente ao trabalho da diplomacia militar na área naval, destaca-se a execução da Operação Caribex. Tal atividade é realizada por militares da Marinha do Brasil e vem ocorrendo desde o início dos anos 1990. Tal operação é um exercício naval realizado pelas embarcações pertencentes ao Comando do Grupamento de Patrulhamento Naval do Norte, unidade militar sediada na cidade de Belém/PA, e Comando do Grupamento de Patrulhamento Naval do Nordeste, unidade naval localizada na cidade de Natal/RN.

Essa operação tem o objetivo de realizar o patrulhamento no mar territorial do Brasil, adestrar as tripulações das embarcações integrantes da Força-Tarefa Caribex, visitar portos e realizar atividades com militares das marinhas de nações amigas localizadas no mar do Caribe. Nessas ocasiões, são realizadas atividades para congraçamento entre militares das marinhas de ambas as nações, ações de apoio de serviço de manutenção em lanchas da Marinha do Suriname e cerimônias militares nos navios brasileiros.

Diante no presente tema, pode-se verificar que o trabalho da diplomacia militar brasileira se apresenta como um caso notável de sucesso no estabelecimento das relações bilaterais entre o Brasil e o Suriname. Tais iniciativas diplomáticas contribuem para fortalecer o vínculo e constroem uma parceria sólida, fomentando os vínculos entre as Forças Armadas e, especificamente, entre o Exército Brasileiro e o Exército Surinamês. Assim sendo, o desafio atual das ações da diplomacia militar brasileira mostra-se na manutenção do protagonismo nesse relacionamento bilateral.

Ação da diplomacia militar brasileira na área de cooperação em matéria de defesa com o Suriname

De acordo com o constante na Diretriz nº 10 do Comandante do Exército (Brasil, 2023), o Exército Brasileiro prosseguirá com as iniciativas da Diplomacia Militar Terrestre junto às nações amigas, conforme delineado nas linhas de esforço estabelecidas na Diretriz para as Atividades do Exército Brasileiro na Área Internacional (DAEBAI), EB10-D-01.006, otimizando a distribuição de recursos humanos no exterior e promovendo a divulgação dos produtos da Base Industrial de Defesa (BID) por meio das aditâncias militares. Adicionalmente, atuará como instrumento de política externa, facilitando a venda ou doação de MEM desativados e/ou modernizados, no âmbito de acordos de cooperação na área de defesa.

Cooperação são ações coordenadas entre as nações que possibilitam estabelecer ambiente de confiança mútua entre os exércitos. Enquadram-se nessa categoria os convites e solicitações para que a Força forneça instrutores e assessores militares a outros países. Coerente com os marcos legais, a América do Sul, a América Central, o México, o Caribe e a África balizam os intercâmbios dessa natureza (EB10-D-01.006, 2020, p. 20).

Além disso, verifica-se que, no Plano Estratégico do Exército 2024-2027 (PEEx 2024-2027), nas suas

iniciativas estratégicas constantes em seu Objetivo Estratégico do Exército 2 (OEE 2) – aprimorar a contribuição com o desenvolvimento nacional, a paz social e a política externa, estão registradas intenções, como estabelecer programas de cooperação plurianuais com demais exércitos de nações amigas e de inclusão de alunos militares de nações amigas no programa da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) – (Brasil, 2024).

A ABC é um órgão do Ministério das Relações Exteriores (MRE) que apoia a cooperação técnica entre nações amigas que possuem acordos vigentes de cooperação em diversas áreas com o objetivo de fomentar o vínculo entre os países e contribuir, nesse caso, para o desenvolvimento regional (Brasil, 2024).

OEE 2 - APRIMORAR A CONTRIBUIÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO NACIONAL, A PAZ SOCIAL E A POLÍTICA EXTERNA			
Estratégia	Ação Estratégia	Iniciativa Estratégia	Período de Execução
2.3 Fortalecimento da Diplomacia Militar Terrestre	<p>2.3.1 Fortalecer as atividades de representação diplomática militar</p> <p>2.3.2 Fortalecer as atividades de ação colaborativa</p> <p>2.3.3 Incrementar interpenetabilidade e com exércitos de nações amigas</p> <p>2.3.4 Incrementar a capacidade do EB para a estabilidade regional e a paz mundial</p>	<p>2.3.1.1 Estabelecer programas plurianuais de cooperação com exércitos de nações amigas.</p> <p>2.3.1.2 Estabelecer um programa de reuniões de consultas com comandantes dos exércitos da faixa de fronteira (Cone Sul e Região Amazônica)</p> <p>2.3.1.3 Estabelecer um plano de apoio à obtenção de capacidades com exércitos de nações amigas</p> <p>2.3.1.4 Restructurar programas de formação, aperfeiçoamento e especialização de militares de nações amigas do entorno estratégico</p> <p>2.3.2.1 Estabelecer um programa plurianual de transferência de Material de Emprego Militar de exércitos de nações amigas do entorno estratégico</p> <p>2.3.2.2 Estabelecer um programa plurianual de inclusão de alunos militares de nações amigas no programa da Agência Brasileira de Cooperação.</p> <p>2.3.3.1 Estabelecer um programa plurianual de adestramento de tropas para emprego multinacional em operações convencionais</p> <p>2.3.4.1 Incrementar a participação de equipes móveis de treinamento para a capacitação de tropas de nações amigas para operações de paz</p>	2024-2027

Quadro 2 – Extrato do PEEx 2024-2027

Fonte: Brasil, 2024

Ao longo do período de 2020 a 2024, têm sido executadas iniciativas já consagradas pelo acordo de cooperação em matéria de defesa em diversas áreas como: ensino, intercâmbio militar, visitas e operações. Pode-se afirmar que essas iniciativas se encontram materializadas nos trabalhos executados pelos assessores militar e desportivo e por instrutores brasileiros junto aos oficiais das Forças Armadas do Suriname, bem como nas realizações das RRIM, das Operações Caribex e dos cursos realizados por militares surinameses no Brasil.

Em 2020, devido às ações relativas ao combate à disseminação da pandemia de covid-19, muitos compromissos, cursos e atividades na área da cooperação militar Brasil-Suriname não foram realizados. Nesse contexto, destaca-se a execução da Operação Caribex. Em 3 de dezembro desse ano, a operação contou com os navios de patrulha *Bocaina* e *Macau*, oriundos do Comando do Grupamento de Patrulhamento Naval do Nordeste, sediado em Natal/RN. Na oportunidade da presença da Força-Tarefa Caribex (FT Caribex), foram realizadas a visita de militares da Marinha do Suriname aos navios e uma cerimônia de recepção e entrega de condecorações.



Figura 3 – Cerimônia de recepção oferecida pela FT Caribex
Fonte: O autor, 2020

No ano de 2021, ocorreu maior interação nos compromissos de diplomacia militar entre as Forças Armadas brasileiras e surinamesas devido às condições sanitárias de melhora no cenário da pandemia de covid-19. Ao longo dos anos de 2019 e 2020, não houve militar surinamês realizando curso ou estágio no Brasil. Já em 2021, um oficial superior do Exército do Suriname realizou o Curso de Comando e Estado-Maior do Exército na ECEME: o major Shailesh Avinash Sewkaransing, com o apoio de bolsa de estudos oferecido pela ABC.

Ainda naquele ano, o assessor militar no Suriname capacitou instrutores surinameses no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais. O Estágio de Preparação e Nivelamento de Instrutores do Curso de

Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército do Suriname encerrou-se no dia 25 de junho de 2021 e teve como objetivo proporcionar a revisão dos conhecimentos militares, como simbologia militar, documentos operacionais, metodologia do planejamento militar, operações defensivas e ofensivas aos futuros instrutores do curso de aperfeiçoamento, iniciado no segundo semestre desse mesmo ano (Defesanet, 2021).



Figura 4 – Encerramento de estágio aos instrutores surinameses
Fonte: Defesanet, 2021

Ainda em 2021, ocorreu o estágio de capacitação em treinamento físico executado pelo assessor desportivo do Ministério da Defesa brasileiro a militares surinameses integrantes da *Sports Company* do Exército Surinamês. Nessa oportunidade, os militares da nação amiga foram capacitados a planejar e aplicar treinamentos utilizando exercícios calistênicos, com o intuito de aprimorar o poder de combate de seu exército por meio de melhor preparação física de seus quadros.

No dia 12 de dezembro de 2022, foi concluído o Curso Intensivo de Língua Portuguesa para 19 militares das Forças Armadas do Suriname. O objetivo do curso foi prepará-los para frequentar cursos militares no Brasil no ano de 2023. O curso foi conduzido pelo assessor militar no Suriname, em parceria com o Instituto Guimarães Rosa (IGR) de Paramaribo (Brasil, 2024).



Figura 5 – Encerramento do Curso de Língua Portuguesa
Fonte: Brasil, 2024

O IGR, em Paramaribo, utiliza a cultura brasileira como ferramenta de diplomacia junto à população local e se encontra vinculado à Embaixada do Brasil nessa cidade. Segundo o sítio eletrônico do Ministério das Relações Exteriores, na página referente ao instituto, uma de suas atribuições é promover o conhecimento da língua portuguesa em suas unidades no exterior por meio de cursos de língua portuguesa para estrangeiros e aplicação do teste CELPE-Bras (Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros), destinado à comprovação da proficiência no idioma português do Brasil (Brasil, 2024).

Nos meses de fevereiro e março de 2023, o assessor militar e o assessor desportivo conduziram, respectivamente, o Estágio de Capacitação para Instrutores do Curso de Aperfeiçoamento de Capitães do Exército do Suriname e o Curso de Treinamento Físico Operacional para militares da *Sports Company* (Defesanet, 2023).



Figura 6 – Encerramento de cursos aos militares do Suriname
Fonte: Defesanet, 2023

A capacitação dos instrutores do curso de aperfeiçoamento teve como objetivo preparar os militares surinameses para a condução do curso em 2024 nos seguintes temas: simbologia militar, ordem de operações, planejamento tático em operações ofensivas e defensivas, e metodologia de ensino. Esse treinamento permitiu aos instrutores reciclar conhecimentos, trocar experiências doutrinárias e se atualizar, visando preparar-se para transmitir esses conhecimentos aos futuros alunos.

O Curso de Treinamento Físico Operacional teve o intuito de capacitar os instrutores de educação física com novas metodologias para melhorar o desenvolvimento físico operacional da tropa, proporcionando o conhecimento necessário para o planejamento e condução de treinamentos físicos no nível de pelotão e companhia.

Em fevereiro de 2024, o Exército Brasileiro iniciou a cooperação para a implantação do Curso de Comando e Estado-Maior no Suriname. Essa iniciativa foi solicitada pelo Instituto de Educação de Defesa do Suriname (Instituut voor Defensie Opleidingen), localizado na cidade de Paramaribo, e faz parte das ações estratégicas das Forças Armadas do Suriname para sua modernização (Brasil, 2024).

Ainda de acordo com a referência anterior, o primeiro bloco de instrução foi ministrado por meio de videoconferência e, no decorrer do ano, instrutores da ECEME, na forma presencial, em Paramaribo, prosseguiram na transmissão do conhecimento sobre temas como: geopolítica, inteligência estratégica, processo de planejamento e condução das operações terrestres, operações conjuntas e logística no nível estratégico e operacional. Cobriram, assim, ampla diversidade de assuntos estratégicos e operacionais na especialização em alto nível dos futuros líderes militares surinameses. Essa iniciativa não visa apenas à transferência de conhecimento, mas também ao fortalecimento das relações institucionais entre os exércitos dos dois países.

Destaca-se que, no intervalo de 1984 até 2022, por volta de 290 militares surinameses realizaram cursos e estágios em estabelecimentos de ensino do Exército Brasileiro, bem como foram consignadas, pelo EB, por meio daquela aditânciaria militar, 77 medalhas a militares das Forças Armadas do Suriname e a diversas autoridades civis brasileiras e surinamesas até o ano de 2021.

Cabe ressaltar que, no período de 2020 até o presente momento, outras iniciativas na área da diplomacia militar estão sendo executadas, que, somadas às ações anteriormente apresentadas, demonstram a busca contínua na manutenção do protagonismo brasileiro desse relacionamento bilateral em matéria de defesa, de forma a contrapor as demais atividades realizadas por outras nações amigas extrarregionais, de maneira a defender os interesses regionais na promoção da estabilidade da América do Sul.



Figura 7 – Instrução por videoconferência
Fonte: Brasil, 2024

Considerações finais

A análise da influência da diplomacia militar brasileira junto ao Exército Surinamês, focando no período a partir de 2020 até os dias atuais, revela a profunda importância das ações contínuas realizadas pela Aditância Militar do Suriname. Essas ações desempenham um papel vital na promoção da manutenção e do aprimoramento do vínculo entre os Exércitos Brasileiro e Surinamês, com vistas a criar um ambiente regional favorável e colaborativo no campo do poder militar entre essas duas nações amigas.

Observa-se que, desde os anos de 1980, a diplomacia militar brasileira vem buscando fortalecer a cooperação bilateral em defesa com o Suriname. No ano de 2008, tal ideia foi reforçada com a assinatura do Acordo de Cooperação em Matéria de Defesa entre essas duas nações amigas.

A diplomacia militar nacional, nesse contexto, tem sido crucial para proteger os interesses estratégicos brasileiros e manter certo protagonismo junto às

Forças Armadas do Suriname, particularmente junto ao Exército Surinamês, em face dos desafios surgidos por essa competição de influências com potências militares extrarregionais.

A Aditância Militar do Brasil no Suriname tem se empenhado em iniciativas que estão alinhadas com o Acordo de Cooperação, assinado em 2008, bem como com as políticas de diplomacia militar adotadas pelo Ministério da Defesa, pela Marinha do Brasil e pelo Exército Brasileiro, que se encontram registradas na Diretriz do Comandante, na DAEBAI e no PEEx 2024-2027.

Apesar da presença de nações amigas extrarregionais, como EUA, China, França e Holanda, interessadas em aprimorar seus acordos em matéria de defesa, possivelmente em razão de interesses em explorar os recursos naturais existentes no território surinamês, a diplomacia militar brasileira, por meio das iniciativas do MRE, da Defesa, da MB e do EB, e executadas pela Aditância Militar brasileira no Suriname, vem fortalecendo, constantemente, os laços bilaterais e garantindo que as iniciativas de cooperação sejam mutuamente benéficas e eficazes.

No período de 2020 e 2021, observou-se que muitos dos militares surinameses que ocupavam os altos postos nas Forças Armadas e nas Forças Singulares, particularmente no Exército e na Marinha, foram oficiais que já realizaram cursos no Exército Brasileiro. Tal fator contribui para a manutenção do vínculo diplomático entre Brasil e Suriname, bem como com suas Forças Armadas e, particularmente, entre os seus exércitos.

Conclui-se, portanto, que as ações contínuas e proativas da diplomacia militar brasileira no Suriname são fundamentais para garantir a manutenção de um vínculo forte e eficaz entre as duas nações. Esse vínculo não só fortalece a defesa e a segurança regional, mas também contribui para a estabilidade política e o desenvolvimento da região. Assim sendo, é imperativo que o trabalho conjunto do MRE, do MD e do Exército Brasileiro continue a investir em suas iniciativas de diplomacia militar, assegurando que seus interesses estratégicos sejam protegidos e promovidos em face da influência de interesses extrarregionais relativos à área de defesa junto à República do Suriname.



Referências

PEREIRA, E.S. **Diplomacia de Defesa:** Ferramenta de Política Externa. 1. ed., Curitiba, 2021. ISBN 978-65-250-0497-6.

BASTOS, Expedito Carlos Stephani. **Uma Realidade Brasileira – As Exportações dos Veículos Militares da Engesa.** Revista da Cultura, p. 36-41, Ano VI, nº 10, jun 2006. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.calameo.com/books/0052525911b1c3d12bb56>. Acesso em: 29 jun 2024.

CAVLAK, I. **Exercendo Protagonismo Regional:** A Política Externa Brasileira salvaguardando a independência e a consolidação do Estado surinamês (1975-1985). Antíteses, [S. l.], v. 15, n. 29, p. 155-181, 2022. DOI: 10.5433/1984-3356.2022v15n29p155-181. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/45541>. Acesso em: 13 fev 2024.

CORREA, P. G. P., & GUERRA, P. R. C. **A Cooperação Militar entre Brasil e Suriname / Military Cooperation between Brazil and Suriname.** Diálogos, 22(3), 76-108. 2018 Disponível em: <https://doi.org/10.4025/dialogos.v22i3.41557>. Acesso em: 13 fev 2024.

BRASIL. Diário Oficial da União. **Decreto nº 88.730, de 7 de junho 1983** – Altera dispositivo do Decreto nº 75.911 de 26 de junho de 1975, que fixa a lotação dos Adidos Militares junto às representações diplomáticas no exterior, alterado pelos Decretos nº 86.780, de 23 de dezembro de 1981, e 88.313 de 18 de maio de 1983. Seção 1 – 8/6/1983, p. 9.733. Brasília. 1983.

BRASIL. Portal da Câmara dos Deputados. **Acordo de Cooperação em Matéria de Defesa entre a República Federativa do Brasil e a República do Suriname.** 2009. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2009/decritolegalitivo-895-20-novembro-2009-593200-acordo-117926-pl.html>. Acesso em: 17 jun 2024.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Diretriz para as Atividades do Exército Brasileiro na Área Internacional (DAEBAI) – EB10-D-01.006.** Brasília. 2020. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sg8/006_outras_publicacoes/01_diretrizes/01_comando_do_exercito/port_n_653_cmdo_eb_06jul2020.html. Acesso em: 2 jul 2024.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Diretriz do Comandante do Exército (2023-2026).** Brasília. 2023. Disponível em: <https://www.calameo.com/exercito-brasileiro/read/0012382065998c87fbb1e>. Acesso em: 2 jul 2024.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Plano Estratégico do Exército.** p. 14 e 15. Brasília, DF. 2024. Disponível em: <https://www.ceedex.eb.mil.br/images/PDF/5-PEEx-24-27-APROVADO-Fase-5-do-SIPLEX-24-27.pdf>. Acesso em: 2 de jul 2024. 7.3.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Agência Brasileira de Cooperação (ABC).** 2024. Disponível em: <https://www.abc.gov.br/SobreABC/Introducao>. Acesso em: 30 jun 2024.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Instituto Guimarães Rosa.** Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/cultura-e-educacao/instituto-guimaraes-rosa>. Acesso em: 29 jun 2024.

BRASIL. Instituto Guimarães Rosa em Paramaribo. **Encerramento do Curso de Língua Portuguesa.** Disponível em: <https://www.facebook.com/BrasilnoSuriname/posts/d41d8cd9/1115289112467103/>. Acesso em: 29 jun 2024.

BRASIL. Portal da Câmara dos Deputados. **Acordo de Cooperação em Matéria de Defesa entre a República Federativa do Brasil e a República do Suriname.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2009/decritolegalitivo-895-20-novembro-2009-593200-acordo-117926-pl.html>. Acesso em: 17 jun 2024.

BRASIL. Exército Brasileiro. **22ª Brigada de Infantaria de Selva**. XXI Reunião Regional de Intercâmbio Militar Brasil-Suriname. Disponível em: <https://22bdainfsl.eb.mil.br/index.php/ultimas-noticias/409-reu-intercambio>. Acesso em: 17 jun 2024.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Exército apoia criação do Curso de Comando e Estado-Maior das Forças Armadas do Suriname**. Disponível em: <https://www.eb.mil.br/web/noticias/w/eceme-apoia-primeiro-curso-de-comando-de-e-estado-maior-das-forcas-armadas-do-suriname>. Acesso em: 10 abr 2024.

DEFESANET. **Exército Brasileiro Contribui para o Aperfeiçoamento de Oficiais do Suriname**. 2021. Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/al/exercito-brasileiro-contribui-para-o-aperfeiçoamento-de-oficiais-do-suriname/>. Acesso em: 29 jun 2024.

DEFESANET. **Militares Brasileiros Capacitam Instrutores das Forças Armadas Surinamesas**. 2023. Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/terrestre/militares-brasileiros-capacitam-instrutores-das-forças-armadas-surinamesas/>. Acesso em: 29 jun 2024.

SURINAME. **Algemeen Bureau Voor Statistiek (ABS). Statistisch Jaarboek Statistical Yearbook – 2019-2020**. Paramaribo. 2021.

SURINAME. Starnieuws. **Mathoera: Defensiesamenwerking met VS wordt versterkt**. Paramaribo, 2021. Disponível em: <https://www.starnieuws.com/index.php/welcome/index/nieuwsitem/62496>. Acesso em: 4 abr 2024.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). Portal Contemporâneo da América Latina e Caribe. **Mapa da República do Suriname**. Disponível em: <https://sites.usp.br/portalatinoamericano/suriname/mapa-suriname>. Acesso em: 30 jul 2024.

URT, João Nackle. **A lógica da construção de confiança**: relações Brasil-Suriname entre 1975 e 1985. Rev Bras Polít Int [Internet], 53(2):70–87. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-73292010000200004>. Acesso em: 13 fev 2024.

EDITORIAL

2025



EM BREVE

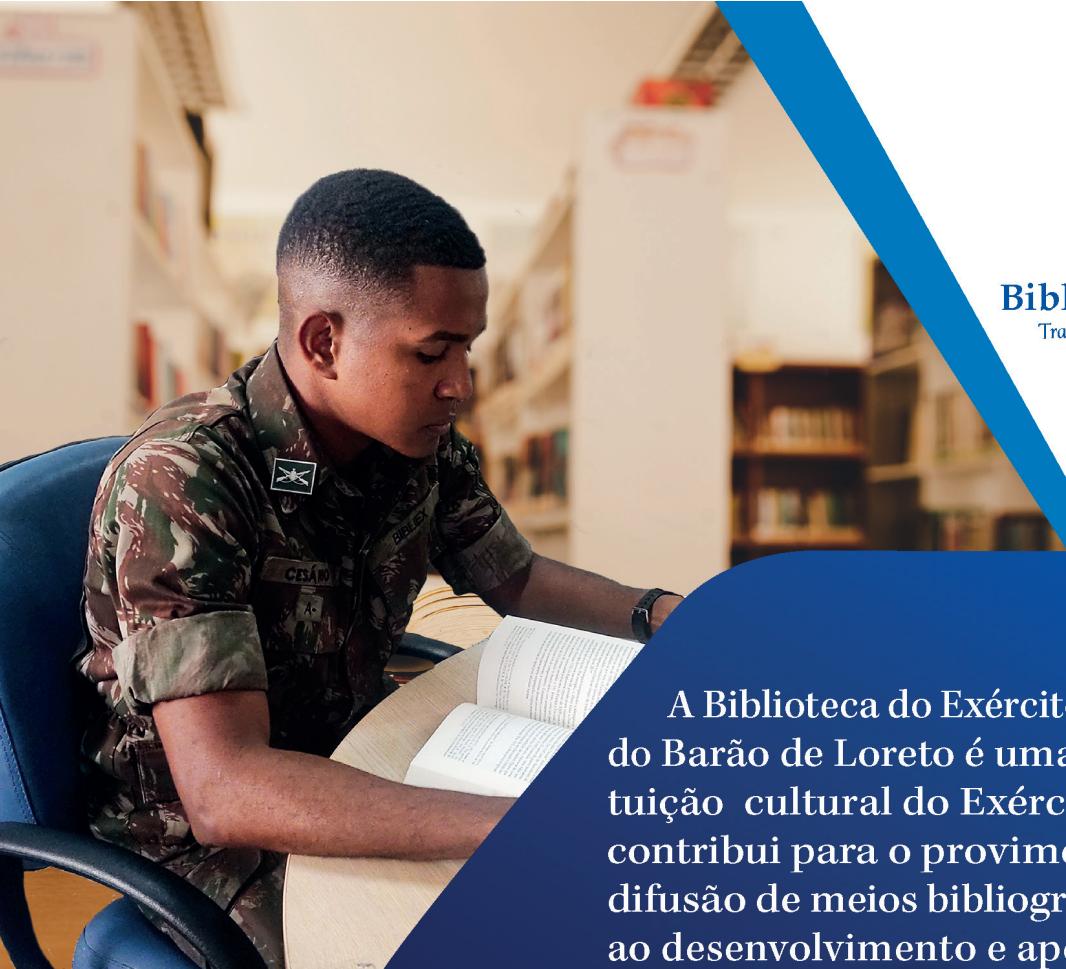
- JOGOS DE GUERRA- DOS GLADIADORES AOS GIGABYTES
- A ARTE DA INOVAÇÃO MILITAR- LIÇÕES DAS FORÇAS DE DEFESA DE ISRAEL
- ÉTICA MILITAR
- LIDERANÇA EM SITUAÇÕES PERIGOSAS
- OS MELHORES SÃO APENAS BONS PARA INFANTARIA
- NGUVU - A LUTA PELA PAZ NA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO
- RIO DA DÚVIDA- REVIVENDO A EPOPEIA AMAZÔNICA DE ROOSEVELT E RONDON EM SEU CENTENÁRIO

E RECEBA EM SUA RESIDÊNCIA NOSSOS LIVROS PUBLICADOS.
ACOMPANHE NOSSOS LANÇAMENTOS

SEJA NOSSO
ASSINANTE

www.bibliex.eb.mil.br





Biblioteca do Exército
Tradição e qualidade em publicações

A Biblioteca do Exército (BIBLIEx) – Casa do Barão de Loreto é uma centenária instituição cultural do Exército Brasileiro que contribui para o provimento, a edição e a difusão de meios bibliográficos necessários ao desenvolvimento e aperfeiçoamento da cultura profissional-militar e geral.

SEJA NOSSO ASSINANTE

e receba em sua residência nossos
livros publicados.



Praça Duque de Caxias, 25
Palácio Duque de Caxias - Ala Marcílio Dias – 3º andar
Centro – CEP 20221-260 – Rio de Janeiro – RJ



Tel.: (21) 2519-5707

Acesse >>> www.bibliex.eb.mil.br



Biblioteca do Exército

Tradição e qualidade em publicações

www.bibliex.eb.mil.br



ISSN 0011-7641

